

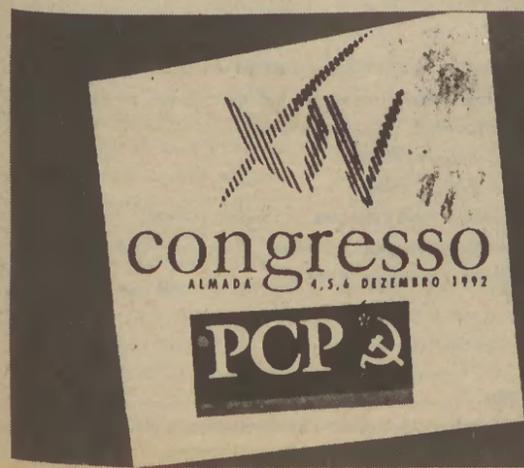
# Greve nacional da Função Pública

Pela primeira vez no nosso país, todas as organizações sindicais representativas da Administração Pública convocaram uma greve nacional conjunta. É no próximo dia 13 de Novembro

Pág. 17

# PCP rejeita política de saúde do Governo

Pág. 16



# Notas de trabalho

Págs. 5, 6 e 7

# Orçamento para a Educação: retrocesso

Pág. 32



# Loures: entrevista com Demétrio Alves

Pág. 20



# Maastricht: a questão da alternativa

— artigo de Sérgio Ribeiro

Pág. 25



# Um lançar de olhos sobre os catecismos

Pág. 19



Organizações do PCP em todo o País discutem os documentos propostos ao Congresso

## RESUMO

21

Quarta-feira

Em conferência de imprensa, a CIP exige salários abaixo da inflação, só admitindo sentar-se à mesa de negociações sobre o acordo de rendimentos se for debatida a política económica global ■ Despenha-se nos arredores de Abrantes um helicóptero da FAP ■ O Parlamento britânico rejeita uma moção do Partido Trabalhista pedindo o cancelamento do plano governamental de encerrar várias minas de carvão ■ Na maior manifestação realizada em Londres desde 1989, mais de 50 000 mineiros protestam contra o encerramento dos poços de carvão ■ A China manifesta-se novamente contrária à venda pelos Estados Unidos a Taiwan de aviões de combate F-16.

22

Quinta-feira

O PS e o PCP anunciam, na Assembleia da República, que vão requerer ao Tribunal Constitucional a apreciação de inconstitucionalidade formal das alterações à Lei da Greve ■ A CGTP denuncia em conferência de imprensa o carácter restritivo do Orçamento de Estado para 1993 ■ Em Assembleia Geral os sócios da ASP da Polícia de Segurança Pública pronunciam-se contra a anunciada reestruturação das forças de segurança ■ Várias organizações sindicais da Função Pública marcam para 13 de Novembro uma greve nacional de protesto contra as propostas salariais do Governo.

23

Sexta-feira

O Governo afirma que só as instituições universitárias cujas associações de estudantes assinem o chamado «contrato social» poderão beneficiar da prometida triplicação de alojamento nas residências para estudantes ■ Os eurodeputados de extrema-direita reunidos em Palmela, entre os quais se encontra o fascista francês Jean-Marie Le Pen, dão uma conferência de imprensa em Palmela no final de uma reunião do respectivo grupo parlamentar ■ O antigo director do Centro Nacional de Transfusões de Sangue em França é condenado a quatro anos de prisão por responsabilidade na administração de sangue com SIDA que causou a morte a 250 hemofílicos. Outros quatro arguidos são igualmente condenados. Em Portugal, sobre um caso similar, a imprensa diz ser já cerca de 50 o número de processos entrados em Tribunal ■ O presidente do Brasil, Itamar Franco, conclui a formação do novo governo.

24

Sábado

Portugal é o único país da Europa que reutiliza com frequência os filtros no tratamento dos insuflantes renais - afirmação do presidente da Associação

dos Doentes Renais do Norte numa intervenção no V Congresso Nacional de Deficientes ■ O líder da Distrital de Lisboa do PSD, Isaltino Morais, admite coligações na região com o CDS nas próximas eleições autárquicas ■ O primeiro-ministro francês afirma que «antes das eleições americanas» não haverá acordo nas negociações do GATT ■ Manifestações anti-Ieltsin realizam-se por toda a Moscovo enquanto o presidente russo reúne o Conselho de Segurança do Estado ■ O chanceler alemão Helmut Kohl defende o aumento de impostos para fazer face ao endividamento provocado pela unificação.

25

Domingo

Morre Adelino da Palma Carlos, primeiro-ministro do 1.º Governo Provisório após o 25 de Abril ■ Em todo o país organizações do PCP realizam debates para discussão dos Estatutos, Programa e Teses propostos para o XIV Congresso do Partido ■ Realiza-se um referendo no Quebeque (Canadá) sobre a soberania da única província falcófona daquele país ■ Cem mil pessoas manifestam-se em Londres contra a política do primeiro-ministro John Major.

26

Segunda-feira

O primeiro-ministro está no início de uma visita a Israel enquanto Mário Soares prossegue a sua visita à Turquia ■ Os resultados das eleições legislativas de ontem na Lituânia dão a vitória ao Partido Democrático dos Trabalhadores (ex-Partido Comunista) com 44,7 por cento dos votos contra 19,8 do Sajudis, no poder desde a queda dos comunistas em 1990 ■ Termina a visita à China do imperador japonês Akihito, a primeira de um imperador japonês depois da II Guerra Mundial.

27

Terça-feira

O Governo e 15 estruturas associativas de estudantes do Norte do País assinam um «contrato social» para o ensino superior; todavia as academias de Lisboa e Coimbra não assinaram e afirmam que a contestação aumenta, mesmo nas escolas cujos dirigentes associativos assinaram o contrato ■ O Parlamento Europeu acusa, em Strasburgo, os governos dos Estados membros de terem «esquecido os compromissos de Maastricht» no projecto de Orçamento da Comunidade para o próximo ano e ameaçam rejeitá-lo ■ Os canadianos rejeitam por larga maioria de votos, a proposta de reformas constitucionais apresentada a referendo, ignorando os alertas dos principais dirigentes políticos sobre os perigos da divisão do país ■ O presidente da Rússia, Bóris Ieltsin, ameaça «ilegalizar» a Frente de Salvação Nacional, criada no passado fim-de-semana, alegando que se trata duma «aliança anticonstitucional».

A

convocação de uma greve nacional conjunta de todos os trabalhadores da Administração Pública, para o dia 13 de Novembro, é, indubitavelmente, um dos acontecimentos

mais marcantes da actualidade política e social do País.

A decisão anunciada em comunicado, de 22 de Outubro, subscrito pela Comissão Negociadora Sindical da Plataforma Reivindicativa Comum, pelas Comissões Negociadoras da FESAP e pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado exprime a gravidade do ataque que o Governo desencadeou contra os trabalhadores da Função Pública, designadamente, através da proposta de lei do Orçamento de Estado e da chamada «Lei dos Disponíveis». Mas traduz acima de tudo uma firme vontade de lhe resistir e fazer frente por parte dos trabalhadores visados e das suas organizações representativas. Põe em evidência, ao mesmo tempo, a consciência de que só pela unidade e a luta uma tal resistência pode ser eficaz.

A convocatória da greve abarca todos os trabalhadores da Administração Central e Local, os professores, os enfermeiros e a ela já se juntaram os médicos, em luta contra a decisão governamental liquidadora do Serviço Nacional de Saúde, através da convocatória da FNAM feita para a mesma data. Isto é, só através dos sectores referidos a greve de 13 de Novembro envolve muito mais de meio milhão de profissionais de sectores estratégicos da vida do País.

Entretanto, muitos dos sectores envolvidos neste processo têm marcado para 6 de Novembro uma jornada de luta compreendendo acções de esclarecimento e outras diversificadas iniciativas de luta.

Importantes sectores operários como os químicos, os têxteis e os trabalhadores do calçado aprovaram processos de luta, incluindo o recurso à greve, a concretizar ao longo do mês de Novembro, contra a política governamental de contenção salarial, de despedimentos e em geral contra a política do Governo e do patronato para atirar com os custos da crise para cima dos trabalhadores.

Prossegue aguerrida a luta dos estudantes do Ensino Superior contra o aumento das propinas, ao ser recusada pelas Academias de Coimbra e de Lisboa e numerosas associações de outros centros universitários do País, a assinatura do «Contrato Social» com o ministro da Educação por surgir claramente num «contexto de chantagem» e não dar solução aos grandes proble-

mas do Ensino Superior e dos estudantes que o frequentam.

Os dias 18 e 19 de Novembro, altura em que o plenário da Assembleia da República debate na generalidade o Orçamento de Estado, são considerados por diferentes sectores como ocasião oportuna para o prosseguimento da luta e o desencadeamento de novas acções se até lá o Governo não recuar.

Novembro apresenta-se já, pelas acções agendadas, como um mês de grandes lutas populares e de massas. As graves implicações políticas e sociais da actuação governamental de direita tornam imperioso que sejam intensificadas e ampliadas as lutas em curso e que novos sectores se reúnam a este caudal combativo.

C

om toda a razão, a convocatória da greve de 13 de Novembro salienta que «eleição das despesas com pessoal no Orçamento do Estado para 1993 como instrumento privilegiado para a contenção orçamental e o controlo da inflação é injustificada e não assenta em bases rigorosas, uma vez que, nos últimos

*As graves implicações políticas e sociais da actuação governamental de direita tornam imperioso que sejam intensificadas e ampliadas as lutas em curso e que novos sectores se reúnam a este caudal combativo.*

15 anos, a despesa com pessoal passou de 44 por cento para 31 por cento do total das despesas correntes».

Com toda a razão também, o STAL denuncia: «o Governo quer fazer dos funcionários públicos o instrumento com que procura diminuir o défice orçamental.

Com a maior desfaçatez anuncia que tal objectivo será atingido à custa dos salários dos funcionários públicos e do seu próprio emprego...»

O que é realmente rigoroso na acção do Governo é a sua predisposição de classe e o propósito político permanente de sacrificar os interesses e direitos dos trabalhadores, seja «ao altos interesses do Estado» (a inflação, o défice orçamental ou qualquer outro), seja à «convergência com outras economias comunitárias» de acordo com a filosofia e as imposições de Maastricht, seja a própria «competitividade das empresas».

No seguimento de declarações e apelos de Cavaco Silva e Braga de Macedo, foi agora Silva Peneda, ministro do Emprego e Segurança Social, quem num congresso de empresários apelou ao patronato (até parece ironia) para que não aceite aumentos reais de salários, alegando que «o aumento do poder de compra dos trabalhadores portugueses não pode hipotecar a competitividade das empresas». Explicando todo o seu pensamento, naquela intimidade empresarial, confessou que vê com simpatia que o nível de vida dos trabalhadores portugueses se aproxime do nível médio comunitário, «mas isso tem que ser feito mais à conta da competitividade das empresas do que do aumento dos salários reais.»

Para o Governo de Cavaco Silva, como se vê, a melhoria do bem-estar dos portugueses que vivem do trabalho está em último lugar.

E não apenas no plano salarial, mas também nos planos do acesso à saúde, ao ensino, à habitação, à segurança social, áreas em que as dotações do Orçamento do Estado, presentemente em discussão, acusam ou cortes, ou estagnação, ou são manifestamente insuficientes.

A

s lutas em curso, por objectivos específicos e concretos, merecem aos comunistas, que nelas estão profundamente envolvidos e empenhados, todo o aplauso, solidariedade e apoio.

Entretanto, cumpre sublinhar, de acordo com a análise que é feita nas Teses do Comité Central para o XIV Congresso do PCP, actualmente em debate em todo o Partido, que a injustiça da actuação governamental não reside nesta ou naquela medida ou orientação concreta em relação a esta ou aquela área, mas que a injustiça é intrínseca à política de direita do Governo.

A crescente intensificação da exploração dos trabalhadores, bem como, a degradação da democracia política, são corolários da reconstrução e restauração do capitalismo monopolista, objectivo prioritário e dominante da política do PSD e da sua actuação governamental, com as consequências ruinosas que o nosso povo está a sofrer.

Por isso mesmo, é que as Teses do Comité Central salientam que o afastamento da direita do poder e a concretização de uma alternativa democrática são de importância vital para o nosso país e correspondem aos interesses da grande maioria dos portugueses.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes ... 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA - Rua de São Bernardo, 14, 2.º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47059. NIF = 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! - R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa ... Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

... DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS ... Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1.º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra - Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guilfões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa - Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa - Telef. (01) 395 21 93

Composto e Impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

### TABELA DE ASSINATURAS \*

PORTUGAL (CONTINENTE) ... 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS ... 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA ... 50 números: 8.326\$00

MACAU ... 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE ... 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) ... 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA ... 50 números: 18.760\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_  
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

# Álvaro Cunhal em Coimbra, Porto e Braga



O Secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, participou no passado fim-de-semana em três importantes reuniões preparatórias do XIV Congresso do PCP. Na sexta-feira à noite esteve em Coimbra, numa reunião geral de quadros da organização concelhia. No sábado à tarde, no Centro de Trabalho da Boavista, no Porto, o camarada interveio na reunião distrital de quadros do Porto – ver intervenção nas páginas 5, 6 e 7. Nessa noite, em Braga, mais de 300 militantes e simpatizantes participaram num debate em torno dos projectos de Teses e de alterações ao Programa e aos Estatutos do Partido, com a presença de Álvaro Cunhal. Destas iniciativas aqui deixamos algumas notas de reportagem.

## Coimbra

Decorreu na passada sexta-feira, no Auditório do Centro da Juventude, uma reunião de quadros promovida pela Comissão Concelhia e pelo Sector Intelectual de Coimbra do PCP. Esta reunião contou com a participação do camarada Álvaro Cunhal que, após a intervenção introdutória da mesa, iniciou o debate expondo as principais linhas de força das Teses e das propostas de alteração aos Estatutos e ao Programa do PCP apresentados pelo Comité Central.

Estiveram presentes mais de 200 quadros e militantes do Partido e também algumas personalidades independentes convidadas das organizações. O debate foi bastante participado, assumindo mesmo algumas intervenções a forma de propostas concretas.

Entre as questões que mereceram maior número de intervenções, propostas e comentários situam-se, no âmbito das alterações aos Estatutos, as relativas às condições de que decorre o papel de vanguarda do Partido e às suas alianças sociais básicas da classe operária, respectivamente referidas nos artigos 1º e 8º agora postos à discussão do colectivo partidário. Estes temas, entre muitos outros, foram largamente desenvolvidos pelo Secretário-Geral do Partido nas duas vezes que interveio para responder a questões colocadas.

Para além do camarada Álvaro Cunhal, fizeram parte da mesa os camaradas Helena Costa, da Comissão Concelhia de Coimbra, António Martins, do Organismo de Direcção de Professores, Carlos Fraião, da CRN do Comité Central, e Francisco Guerreiro, da DORC e do CC, que dirigiu os trabalhos e apelou no final aos camaradas presentes para a participação activa nas diversas reuniões que se irão seguir.

Uma outra nota sobre a consciencialização da grande importância do XIV Congresso pelas organizações é dado pelo facto muito positivo de, na recolha de fundos para cobertura das despesas extraordinárias que a sua realização implica, os militantes presentes terem

contribuído com cerca de 85 mil escudos.

## Porto

Meio milhar de camaradas acorreram no passado sábado à Reunião de Quadros do Distrito do Porto que contou com a participação do Secretário-Geral do PCP.

Álvaro Cunhal fez uma exposição sucinta sobre as Teses apresentadas pelo Comité Central para discussão nas organizações do Partido. Entremendo a sua exposição das primeiras teses sobre a situação mundial e nacional com breves esclarecimentos e exemplos ilustrativos, Álvaro Cunhal percorreu de uma maneira exhaustiva todos os aspectos salientes dos documentos em discussão.

Atentamente executada por todos os presentes, a intervenção de Álvaro Cunhal foi o ponto de partida para numerosas e alongadas intervenções – todas manifestando de uma forma expressa o acordo com as Teses apresentadas, sublinhando os traços distintivos da identidade comunista e colocando opiniões sobre os diversos problemas em debate.

Foram temas mais em foco: – A identidade comunista, o carácter de classe do PCP, as alianças sociais e políticas, o papel dos comunistas nas instituições e organizações de massas, as mutações económico-sociais que se vêm registando no país, os problemas da integração europeia, os efeitos da derrocada dos países capitalistas, etc.

No plano do funcionamento do Partido, a questão voto secreto/voto aberto foi uma constante em todas as intervenções. Por uma razão muito simples – o primeiro camarada a pedir a palavra depois de Álvaro Cunhal sustentou que a Direcção do Partido deveria defender a adopção do voto secreto como a solução que melhor serve o Partido neste momento. Defendeu o voto secreto mas sublinhou também, observe-se, a sua identidade comunista, o seu acordo com o Programa do Partido, a sua confiança na Direcção e a sua convicção de que o PCP é imprescindível



## No CT da Boavista, no Porto

vel e dará um contributo decisivo para uma alternativa política democrática. Este mesmo camarada insistiu na necessidade de relevar a nossa diferença, o carácter de classe do Partido e de preservar a nossa autonomia política.

Na generalidade das suas intervenções (15 ao todo) os outros camaradas defende-

dados encheram a abarrotar o cinema Galécia, onde decorreu a Reunião Geral de Militantes, convocada pela DORBraga, para um debate em torno dos projectos de Teses e alterações ao Programa e aos Estatutos, com a presença do Secretário-Geral do Partido.

Álvaro Cunhal, na sua pri-

PSD; o avanço do processo de integração europeia e o agravamento das dependências do País. O Partido, a sua natureza de classe e identidade comunista, seu carácter revolucionário e o sentido geral das alterações aos Estatutos e Programa propostas nos documentos em discussão.

justificam, conforme explicou, o abandono da foice e do martelo (hoje já meros símbolos) na bandeira comunista.

Questões sobre o Movimento Sindical, a sua independência, democracia interna, permitiram a referência mais desenvolvida sobre a dupla responsabilidade dos membros do Partido nas grandes organizações de massas – o respeito pelas características dessas organizações, pela sua independência face aos partidos políticos, mas também a responsabilidade como militante comunista perante o seu Partido, que lhe aponta, exactamente em primeiro lugar, o dever de respeitar a democracia interna desses movimentos.

Uma camarada que manifestou a sua indignação pela decisão dos EUA de reforçar o boicote contra Cuba revolucionária e o seu povo, deu aso a que o Secretário-Geral sublinhasse as posições internacionalistas do Partido e a solidariedade dos comunistas portugueses com a Revolução Cubana e em geral com as forças revolucionárias de todo o mundo. Referindo-se aos Países onde se defende e constrói o Socialismo, lembrou o que consta no projecto de Teses quanto à solidariedade para com esses países, independentemente das diferenças de apreciação quanto às soluções concretas adoptadas nos mesmos.

O debate e diálogo foram vivos, seguiram-se com atenção, quer as perguntas quer as considerações posteriores do Secretário-geral do Partido e sublinharam-se, por vezes com palmas, as intervenções, nomeadamente as que reafirmavam o carácter revolucionário do Partido, a sua identidade e a confiança na luta.



## A sessão em Braga

ram o voto aberto ou relativizaram a questão – todos exprimindo a opinião de que se devia deixar a cada assembleia partidária a escolha do modo de votar.

As questões da situação mundial, os problemas da paz e da guerra, a emergência dos nacionalismos, do racismo e da xenofobia, os problemas de ordem económica e social do país, as alianças sociais e as necessárias convergências políticas para uma alternativa democrática foram, entretanto, os temas que mais peso tiveram no conjunto das intervenções.

## Braga

No sábado 24 à noite, mais de 300 membros do Partido e alguns simpatizantes convi-

meira intervenção, apresentou, em linhas gerais e com grande síntese, o conjunto de temas que vêm constituindo o eixo da análise, exame colectivo e procura de respostas por parte dos comunistas portugueses – as grandes alterações da situação internacional nos últimos anos, o desaparecimento da URSS e do Socialismo como sistema mundial, a caracterização do Capitalismo neste final de século que vivemos, a natureza e características do sistema socioeconómico e do regime político em Portugal, as profundas alterações promovidas pelo avanço do processo de reconstituição e restauração monopolista no nosso país e as consequências económicas, políticas e culturais da ofensiva dos Governos do

No seguimento da exposição inicial, gerou-se o debate no qual a partir das perguntas formuladas foi possível ao Secretário-Geral desenvolver e aprofundar algumas das Teses gerais antes apresentadas.

Questões relacionadas com a manutenção dos símbolos históricos do Partido como sinal de preservação do ideal comunista nos dias de hoje e da justeza dos grandes objectivos por que lutam os comunistas portugueses. As alterações sociais produzidas pela modernização dos meios e instrumentos de trabalho, as características e fronteiras actuais da classe operária, sendo objecto de análise pelo Partido, que a elas se refere nas Teses e estando presentes na sua orientação e acção política, não

# Carlos Carvalhas em Lisboa e no Algarve



No âmbito dos trabalhos preparatórios do XIV Congresso do PCP, Carlos Carvalhas, Secretário-Geral adjunto do Partido participou numa série de iniciativas no final da semana passada.

Em Lisboa, no Centro de Trabalho Vitória, o camarada esteve presente no plenário do Sector da Saúde da Organização Regional de Lisboa. Deslocou-se depois ao Algarve, participando no jantar-convívio realizado em Lagos, na sexta-feira. Nessa mesma noite interveio na sessão-debate realizada na Câmara Municipal de Portimão. No sábado, Carlos Carvalhas esteve em Silves, num almoço-convívio na Escola Secundária. À tarde interveio numa sessão-debate realizada no Hotel Eva, com um discurso de que damos nestas páginas alguns extractos significativos. À noite, em Olhão, participou num jantar-convívio na Escola Secundária.

## Discurso em Faro

Extractos da intervenção de Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, em Faro, na sessão-debate realizada no sábado, dia 24, no Hotel Eva

(...)

«No actual momento da vida nacional, nada é mais necessário, mais indispensável e mais urgente do que denunciar e desmascarar a impiedosa ofensiva global que o Governo do PSD está lançando contra os interesses e as condições dos trabalhadores e de vastas camadas da população, os múltiplos e perigosos ataques contra direitos e garantias alcançadas, a investida geral a que está procedendo de saque dos recursos do Estado e de privatização de serviços públicos essenciais, a desumana política anti-social que inspira numerosas das suas medidas e decisões.

Mas no momento actual, face a esta brutal ofensiva, ao mesmo tempo nada é mais imperativo, indispensável e urgente do que fazer alargar a justa consciência de que está ao alcance do desenvolvimento do protesto e da luta, de que está inteiramente ao alcance da acção unida dos trabalhadores e do povo fazer recuar a desastrosa política do Governo, levantar um grande e corajoso movimento de protesto nacional que deixe bem claro que os trabalhadores e a população não estão dispostos a deixar-se sangrar em vida, não estão dispostos a conformar-se com as injustiças, as prepotências e as medidas desumanas, impostas pelo Governo não estão dispostos a que, passo a passo e de ofensiva em ofensiva, o Governo do PSD complete a sua obra de destruição, desorganização, desarticulação, desprotecção e desigualdades sociais, soterrando conquistas, regalias, direitos e aspirações que estão no coração dos portugueses e são componentes essenciais do Portugal democrático.

É preciso dizer basta! a um governo serventário dos poderosos e castigador de quem trabalha, a um governo para quem os interesses e os lucros do grande capital são sagrados mas para quem os direitos dos trabalhadores são incómodas realidades a liquidar, a um governo insensível aos dramas e dificuldades que marcam a vida quotidiana da maioria das famílias portuguesas, a um governo que esquece a terrível situação dos reformados e pensionistas.

E rebatendo as mentiras, as desculpas de mau pagador e as falsas justificações a que o Governo do PSD a toda a hora recorre, é preciso dizer, alto e bom som que **não é agravando os problemas dos portugueses que se resolvem os problemas de Portugal.**»

(...)

«E é no seguimento desta política anti-social que se enquadra o projecto de Orçamento para 1993, que abre ainda mais as portas à recessão.

Este projecto de Orçamento navega sob a bandeira de Maastricht e vai contra a corrente das necessidades da economia e das aspirações dos trabalhadores e dos reformados à melhoria do nível de vida e do bem-estar.

O Governo ao enquadrar este Orçamento a partir dos constrangimentos da convergência para a União Monetária, optou por uma desinflação abrupta, não competitiva, antidesenvolvimento e anti-social.

Ao procurar responder às exigências da convergência europeia do Tratado de Maastricht e às pressões do grande capital especulativo, o Governo acentua as desigualdades, penaliza os rendimentos do trabalho, sacrifica a agricultura, as pescas e importantes sectores industriais e tudo isto, quando nos encontramos a dois passos do mercado único.

Este Orçamento não está à altura das necessidades do país,



Sector da Saúde da ORL, no CT Vitória



Sessão em Faro

### Bragança

A Direcção da Organização Regional de Bragança do PCP reuniu no passado dia 23, em Mirandela, para dar continuidade à preparação do XIV Congresso do Partido, analisar a situação política e social e discutir as tarefas partidárias. A DORBA apreciou o andamento do processo de preparação do Congresso, tendo aprovado o calendário de Assembleia e reuniões para eleição dos delegados e discussão dos documentos que o Comité Central vai submeter ao Congresso. Foi decidido marcar assembleias plenárias dos concelhos de Bragança, Mirandela, Macedo de Cavaleiros, Vila Flor, Moncorvo, Alfândega da Fé e Carrizada de Ansiães, e realizar reuniões de organismos e organizações partidárias de forma a abranger todos os membros do Partido. Para encerrar o debate no distrito de Bragança, vai ser convocada uma reunião distrital de quadros, em que deverão estar presentes os membros da Direcção Regional e das Comissões Concelhias e outros militantes, entre os quais os delegados ao Congresso que vierem a ser eleitos.

### Lisboa

Uma vasta série de iniciativas estão a ser levadas a cabo no âmbito da Organização Regional de Lisboa, a fim de preparar o próximo Congresso do PCP. Entre as notícias chegadas à nossa Redacção, destaca-se o debate sobre propostas de Alteração ao Programa e Estatutos, realizado pelo Sector Público da ORL, que contou com a participação de 46 camaradas. Foi um debate de bom nível, centrando-se algumas das intervenções sobre as questões das alianças, do centralismo democrático e da militância.

Com a participação de 21 camaradas também teve lugar, no CT Vitória, um debate sobre os mesmos documentos, promovido pela Organização da Freguesia dos Olivais.

Realizaram-se ainda debates na OD do Sector dos Transportes, e plenários conjuntos das freguesias de Alvalade, Campo Grande, S. João de Brito, S. João de Deus e S. Sebastião da Pedreira.

Com a participação de 62 camaradas e de Edgar

Correia, da Comissão Política, teve lugar também uma reunião de militantes dos Sectores Intelectuais da ORL para primeiro contacto e debate sobre as alterações propostas ao Programa e aos Estatutos.

### Plenário Distrital

Entretanto, o Executivo da DORL vai promover, com a participação do camarada Carlos Carvalhas, um Plenário Distrital, a realizar em 7 de Novembro, no Centro de Trabalho de Alcântara.

Este plenário tem o objectivo de discutir os documentos preparatórios do XIV Congresso, designadamente as Teses, ligando-as às respostas necessárias à política do Governo. O plenário contará com a participação de membros de células de empresa e de outros locais de trabalho; de dirigentes delegados sindicais comunistas; de militantes membros de Comissões e Subcomissões de Trabalhadores e Coordenadoras; de camaradas de Organismos de Direcção de concelhos, sectores e comissões. Participam ainda membros da DORL.

PCP



# Notas de trabalho

**O** camarada Álvaro Cunhal participou no último fim-de-semana (como se noticia noutra ponto desta edição) em três sessões de preparação do XIV Congresso, em Coimbra, Porto e Braga. A sua intervenção no início dos trabalhos baseou-se nos três casos num conjunto de notas, estruturadas não como um discurso, mas efectivamente como notas de sistematização.

Quem tenha assistido às três sessões terá verificado que, de cada uma para a seguinte, a exposição foi sendo enriquecida com a inclusão de novas referências e pormenores, em geral sugeridos pelos pontos mais ventilados e discutidos na reunião anterior.

Este próprio enriquecimento sugere a grande utilidade deste trabalho de sistematização, que aponta 9 teses essenciais (2 sobre a situação internacional, 7 sobre a nacional), das quais decorrem outras conclusões que alargam e completam a conclusão básica.

Tratando-se acima de tudo de um documento de trabalho, é manifesta a sua utilidade não apenas para uma consideração mais atenta das Teses e alterações ao Programa e Estatutos, mas essencialmente como apoio à preparação

e participação em assembleias e plenários - motivo por que o «Avante!» o publica na íntegra, acompanhado da introdução que o secretário-geral do Partido leu no início das reuniões de sexta e sábado passados:

As Teses que o CC colocou ao exame e debate de todo o Partido são apresentados num documento muito longo, minucioso, com pormenorizada informação.

As Teses contêm de certa forma um relatório da actividade do Partido desde o XII Congresso (último Congresso ordinário) realizado há 4 anos, em 1988. Contêm análises sobre os problemas fundamentais da situação nacional e internacional e definem orientações, objectivos e tarefas do Partido para os anos próximos.

O Programa do Partido com as alterações que são propostas pelo Comité Central e os Estatutos do Partido também com as alterações que são igualmente propostas pelo Comité Central devem ser considerados, no seu conteúdo e significado, inseparáveis das análises orientações e objectivos definidos nas Teses.

Justifica-se assim que, como introdução ao debate a realizar nesta reunião, eu comece por abordar as Teses para depois me referir ao Programa e aos Estatutos.

Muitos camaradas têm referido a dificuldade em sintetizar as ideias contidas num documento tão longo e rico de ideias. A arrumação por capítulos ajuda à arrumação e compreensão da interligação das Teses. Apesar disso a dificuldade persiste.

Tentarei discernir, de tão extenso e complexo documento, **quais são as Teses fundamentais que constituem o eixo, o que podemos considerar como a linha de força central das análises, orientações e tarefas do Partido e apontar depois em conexão com cada uma dessas Teses fundamentais e como que seus corolários ou desenvolvimentos, outras das mais importantes Teses contidas no documento sujeito ao debate.**

## A situação mundial

# 1<sup>a</sup> tese

A desagregação da URSS e dos regimes do leste da Europa significaram uma mudança radical da situação internacional com uma súbita alteração da correlação mundial de forças, ficando o imperialismo com as mãos mais livres para procurar restabelecer a sua hegemonia mundial.

O desaparecimento do sistema mundial do socialismo e a alteração da correlação de forças cria novos e sérios obstáculos à luta dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo, à luta pela democracia, o progresso social, a paz e o socialismo.

# 2<sup>a</sup> tese

Estas mudanças não significam que tenha falhado e se tenha esgotado historicamente o projecto da construção de uma nova sociedade - a sociedade socialista - nem que o capitalismo se revele e afirme como um sistema superior.

A luta contra o capitalismo e o projecto de uma sociedade socialista - uma sociedade sem exploradores nem explorados que na sua construção colha a experiência dos acontecimentos - mantém inteira razão de ser e validade e, embora em condições mais difíceis, prossegue a luta dos trabalhadores e dos povos com perspectiva do seu desenvolvimento e recuperação e novo avanço das forças progressistas e revolucionárias.

Com estas duas teses relativas à situação internacional estão articuladas outras de particular significado no pensamento político do Partido:

— A importância da Revolução de Outubro e das conquistas revolucionárias do século XX na história da humanidade.

— O papel que a URSS representou ao longo do século nas grandes transformações e conquistas dos trabalhadores e dos povos.

— A derrocada da URSS e dos regimes do leste da Europa não como o fracasso dos ideais dos comunistas mas como fracasso de um modelo que deles se afastara em aspectos essenciais.

— O capitalismo conseguiu êxitos mas não ultrapassou as suas contradições fundamentais nem alterou a sua natureza exploradora e agressiva.

PCP

# A situação nacional

## 1<sup>a</sup> tese

Na situação nacional estão-se dando profundas alterações. O processo contra-revolucionário está em vias de conseguir o seu objectivo estratégico que tem sido e é o eixo central da política de direita: a reconstrução e restauração do capitalismo monopolista, tendo como inevitáveis corolários o agravamento da exploração dos trabalhadores e da situação social, a perversão da democracia política, a degradação cultural, e a perda de importantes elementos da independência e soberania nacionais.

Portugal caminha assim para a restauração do sistema socioeconómico do capitalismo monopolista de Estado e a instauração e institucionalização de um regime político de caris autoritário, no quadro da soberania nacional gravemente limitada. Uma tal política e uma tal evolução da situação nacional não servem o povo nem o país. O afastamento da direita do poder, uma alternativa democrática com um Governo democrático é um objectivo central na actual situação nacional.

Com esta primeira tese relativa à situação nacional estão articuladas outras de particular significado, entre as quais:

- Que a política do Governo do PSD tem sido de afrontamento aberto à Constituição, à legalidade democrática, à noção de um Estado de direito.

- Que a reconstrução e restauração do capitalismo monopolista significa que a economia e a política portuguesas passarão a estar nas mãos de alguns grandes grupos económicos (nomeadamente os formados e no poder no tempo do fascismo) cujos interesses e objectivos contrariam os interesses nacionais.

- Que esse processo está conduzindo ao apossamento pelo capital estrangeiro (nomeadamente pelas transnacionais) de alavancas fundamentais da economia portuguesa.

- Que a integração de Portugal na CEE, a política de capitulação nacional do Governo e o Tratado da União Europeia (Maastricht) comprometem e limitam gravemente a independência e a soberania nacionais.

- Que estão a ser liquidados direitos fundamentais dos trabalhadores e se agravam grandes problemas sociais de importância capital na vida dos portugueses (saúde, habitação, ensino).

- Que o Governo está a proceder à governamentalização do poder e a partidarização do Estado, à eliminação dos mecanismos de fiscalização da acção governativa, à tentativa de sufocar o poder local, à alteração antidemocrática das leis eleitorais com vista a perpetuar-se no poder mesmo que venha a perder a maioria dos votos.

## 2<sup>a</sup> tese

Existe potencialmente a nível social uma base política e eleitoral para uma alternativa democrática.

De facto a restauração do capitalismo monopolista (com a nova arrumação embora contraditória das forças de classe) reduz a base social de apoio à política de direita e alarga objectivamente a base social de apoio a uma alternativa democrática (as classes e camadas antimonopolistas convergindo numa vasta frente social).

As insistentes e amplas movimentações de massas confirmam esta arrumação de forças e esta frente social em movimento.

Com esta segunda tese estão articuladas outras de grande significado:

- Que apesar das transformações que se têm dado na composição de classes da sociedade portuguesa, transformações às quais as Teses dedicam importante contribuição, a arrumação das forças de classe (tendo em conta as suas contradições e interesses fundamentais) coloca as classes e camadas antimonopolistas que constituem a maioria esmagadora da população portuguesa objectivamente em oposição à política de direita.

- Que a grande movimentação social e as classes e camadas que nela participam comprova esta arrumação de forças sociais.

- Que dessas transformações decorrem duas alianças sociais básicas no actual momento histórico: da classe operária com o campesinato e da classe operária com os intelectuais e outras classes intermédias.

## 3<sup>a</sup> tese

O caminho para defender os interesses do povo e do país, a democracia e a independência nacional, fazer frente à política de direita, criar condições para e assegurar finalmente o afastamento da direita do poder e uma alternativa democrática, passa pelo alargamento e intensificação da movimentação social e em particular pela acção institucional (Assembleia da República, Autarquias, Parlamento Europeu, etc.), pela convergência, entendimento e unidade das forças democráticas e finalmente pela derrota da direita e a vitória democrática nas eleições.

A dinâmica e concretização desses diversos factores depende de forma determinante da força do PCP e da sua intervenção na vida nacional.

Com esta terceira tese estão articuladas outras de grande significado, nomeadamente:

- Que as lutas de massas não foram em vão pois impediram, limitaram ou atrasaram muitos dos planos e medidas mais gravosas do Governo e representaram na evolução da situação nacional um papel que pode ser determinante.

- Que, neste contexto, adquirem importância de primeiro plano os movimentos e as organizações unitárias de massas representativas das classes e camadas de vasta frente social antimonopolista nomeadamente do movimento sindical unitário e a CGTP-IN cujas características fundamentais há que salvaguardar dos ataques que contra elas se desenvolvem.

- Que a acção institucional (na AR, Autarquias, Parlamento Europeu, etc.) deve ser articulada com a movimentação popular.

- Que a defesa do poder local democrático a gestão dos eleitos comunistas e a preparação para as eleições de 1993 se inscrevem entre as tarefas prioritárias imediatas.



## Notas de Trabalho



# 4<sup>a</sup>

## tese

A arrumação das forças político-partidárias e do respectivo eleitorado não corresponde à arrumação das forças sociais.

O PSD e o governo de direita têm tido um apoio eleitoral mais vasto que o apoio social à sua política, o mesmo sucedendo com o PS. Inversamente, a política do PCP tem um apoio social mais vasto que o que tem sido o seu eleitorado.

Coloca-se assim como linha de actuação, não só desenvolver a oposição social à política e ao Governo da direita, não só a transformação da oposição social em oposição política, mas também a transformação da oposição política em opção eleitoral, nomeadamente através do voto no PCP e na CDU.

# 5<sup>a</sup>

## tese

A par do desenvolvimento das movimentações de massas, da luta política e da acção institucional, a unidade, convergência e entendimento das forças democráticas nomeadamente do PCP e PS é um factor necessário para assegurar uma alternativa ao Governo e à política da direita. A curto e a médio prazo não é viável uma alternativa democrática sem o PS e tão-pouco é possível sem o PCP.

Apesar de que a colaboração do PS com o PSD em numerosos aspectos assim como as pretensões hegemónicas e bipolarizadoras do PS e a sua recusa de uma aliança com o PCP têm como consequência a divisão das forças democráticas e constituem reais obstáculos que é necessário combater à concretização de uma alternativa à política de direita, o PCP insiste na unidade ou convergência e entendimento das forças democráticas e está pronto a examinar com o PS e outras forças democráticas um possível acordo para uma alternativa democrática à política de direita.

Quanto mais claras se tornarem aos olhos das massas os compromissos do PS com a direita e quanto mais forte for o PCP e a sua ligação e influência de massas mais possível será concretizar a convergência e o entendimento necessário para uma alternativa.

Com esta quinta tese estão articuladas outras de particular significado:

- Que a direita, o PSD e o seu Governo têm beneficiado da divisão das forças democráticas, do colaboracionismo do PS em muitos dos aspectos mais importantes da sua política (revisão da Constituição, privatizações, pacote laboral, leis eleitorais e outras) assim como das pretensões hegemónicas e bipolarizadoras do PS que o próprio Governo e o PSD activamente promovem.
- Que, entretanto, o PS é um partido que se situa no campo democrático e no qual importantes sectores são favoráveis a uma convergência de acção a luta contra o Governo e mesmo a um acordo com o PCP para afastar a direita do poder.

- Que o eventual enfraquecimento do PCP e da sua influência deixaria as mãos livres ao PS para continuar em aspectos importantes uma política efectivamente de direita e por isso também o voto útil no PS é um logro para a esquerda.

- Que a força relativa dos partidos democráticos e as raízes profundas que o PCP mantém na classe operária e em amplos sectores sociais mostra que o PCP é um elemento indispensável em termos de coerência democrática e em termos de influência relativa para possibilitar uma maioria democrática de alternativa à maioria de direita.

# 6<sup>a</sup>

## tese

O PCP não se limita a combater a política de direita que não serve o povo nem o país.

O PCP propõe ao povo português um Programa para solução dos grandes problemas nacionais, o programa de "uma democracia avançada no limiar do século XXI".

A política que o PCP propõe é uma verdadeira alternativa, a mais coerente, sólida e vigorosa alternativa à política de direita.

Ao mesmo tempo que defende coerentemente a unidade da classe operária, dos trabalhadores e das massas populares em luta e da convergência das forças democráticas com objectivos concretos imediatos, ao mesmo tempo que o PCP se afirma disposto a um acordo ou plataforma com as outras forças democráticas, o PCP tem um projecto político próprio, que propõe ao povo português e para o qual procura ganhar o povo português.

Esta sexta tese encontra justificação e desenvolvimento no Programa do PCP com as alterações propostas pelo Comité Central.

Designadamente:

- O projecto de uma democracia avançada traduz-se em cinco componentes objectivos fundamentais largamente desenvolvidos no Programa:

- 1.º - um regime de liberdade no qual o povo decida do seu destino e um Estado democrático, representativo, participado e moderno;

- 2.º - o desenvolvimento económico assente numa economia mista, moderna e dinâmica, ao serviço do povo e do País;

- 3.º - uma política social que garanta a melhoria das condições de vida do povo;

- 4.º - uma política cultural que assegure o acesso generalizado à livre criação e fruição culturais;

- 5.º - uma pátria independente e soberana com uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos.

- O actual Programa do PCP é proposta na continuidade histórica da luta conduzida no tempo do fascismo e dos ideais, conquistas e realizações de valor igualmente histórico da revolução de Abril, que se projectam como realidades, necessidades objectivas, experiências e aspirações no futuro democrático de Portugal.

- Propondo o Programa de uma democracia avançada o PCP tem no seu horizonte a sociedade socialista, definida segundo o pensamento próprio do PCP e assimilando as experiências positivas e negativas do movimento revolucionário.

- O lema com que as Teses são apresentadas "*Democracia e socialismo - o futuro de Portugal*", traduz que a sociedade socialista que o PCP propõe ao povo português incorpora e desenvolve elementos fundamentais da democracia avançada.

# 7<sup>a</sup>

## tese

A força e reforço do PCP é, na situação existente, um elemento essencial não só na luta contra a política e o Governo de direita e na defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo, da democracia e da independência nacional, como para a concretização de uma alternativa democrática. O desenvolvimento da luta nas suas várias frentes, a capacidade de intervenção dos movimentos e organizações unitárias de massas, a convergência das forças democráticas, uma vitória eleitoral que dê base para a formação de um Governo democrático, depende de forma decisiva da força do PCP e do reforço da sua influência.

A força e o reforço do PCP assentam na sua identidade comunista: natureza de classe, objectivo da construção de uma sociedade nova sem exploradores nem explorados, uma teoria revolucionária que o inspira, uma concepção e uma prática de estrutura e funcionamento que asseguram a sua unidade e capacidade de intervenção, a sua ligação estreita e indissolúvel com as massas, o seu patriotismo e internacionalismo.

O PCP é um partido de que Portugal precisa. É uma força necessária, indispensável e insubstituível para os trabalhadores, o povo e o país, a democracia.

Esta sétima tese encontra fundamentos e desenvolvimentos nos Estatutos do Partido com as alterações propostas pelo Comité Central.

- Uma primeira consideração é a de que os Estatutos não se podem considerar nem podem ser considerados como um código de princípios e normas fixas e intemporais que, pelo contrário, estão sujeitos ao enriquecimento proveniente da experiência e da reflexão assim como a modificações exigidas pela necessidade de responder a mudanças da situação que o Partido defronta no momento actual.

- As alterações propostas contêm definições mais rigorosas e maior aprofundamento de princípios.

- Assim:
- a definição da natureza de classe mais precisa e alargada;

- o papel de vanguarda que não é uma característica do Partido pela sua simples afirmação, mas precisa de ser uma realidade para afirmar-se;

- a caracterização da teoria (marxismo-leninismo) pela sua natureza essencialmente materialista e dialéctica, contrária à dogmatização e à revisão oportunista de teorias, princípios e conceitos;

- os princípios orgânicos baseados no desenvolvimento criativo do centralismo democrático com novos elementos enriquecedores forjados na experiência do nosso próprio Partido;

- as condições para ser membro do Partido e os seus deveres fundamentais;

- os deveres dos membros do Partido nas organizações e movimentos de massas e as suas simultâneas responsabilidades ante o Partido e ante as massas associativas no quadro da autonomia, carácter unitário e vida democrática das organizações e movimentos em que actuam;

- e outras alterações que, como sublinham as Teses, enriquecem os Estatutos com a experiência, a prática, a reflexão teórica ao longo dos anos e a adequação à realidade e tornam os Estatutos a lei do Partido, actual, viva, flexível, criativa e dinâmica.

Esta quarta tese está articulada com análises e outras teses de grande significado, nomeadamente:

- Que sectores sociais que têm constituído uma base tradicional de apoio eleitoral ao PSD participam activamente em lutas com reivindicações concretas contra decisões e medidas do Governo que atingem os seus interesses e em muitos casos manifestam-se abertamente não apenas contra tais decisões e medidas, mas contra o próprio Governo.

- Que socialistas e eleitores habituais do PS participam na movimentação social, não com objectivos colocados pelo PS mas com objectivos apontados pelo PCP.

- Que é corrente o reconhecimento por eleitos do PSD e também do PS que o PCP é o partido que melhor traduz e defende os seus interesses, considerados no concreto e no imediato.

# Preparar o Congresso e prosseguir a luta

■ José Augusto Esteves  
Membro da CEN

A escassos dias do início da 3.ª fase do debate preparatório do XIV Congresso, que na nossa região se iniciou no passado dia 17 com a Reunião da Dorlei e a que se seguiram já as primeiras assembleias plenárias de Peniche, Caldas, Nazaré, Vieira de Leiria e da Org. de Reformados da Marinha Grande, é cedo, face às circunstâncias em que se realizaram, para um balanço mesmo que parcial do andamento dos trabalhos preparatórios. No entanto, estas primeiras iniciativas dão-nos conta já de um conjunto de preocupações e contribuições, dos cerca de cento e cinquenta camaradas que iniciaram o debate, mas também que a programação inicial (cerca de 65 Assembleias e Reuniões na região) pode ser insuficiente e que é necessário um esforço e atenção suplementar para superar as deficiências que as primeiras iniciativas refletem. Trata-se da constatação de que muitos militantes se apresentam ao debate ainda sem uma leitura atenta e crítica de documentos em discussão e em segundo lugar das dificuldades evidenciadas pelas próprias organizações, face ao quadro de evidentes dificuldades de direcção e organização, de conseguirem num curto espaço de tempo, assegurar de forma satisfatória a mobilização para o debate.

Sendo, contudo, as primeiras realizações, estamos a tempo de superar ou minimizar tais dificuldades, criando uma maior dinâmica de congresso nas organizações.

Realizar um Congresso num período de tão exigentes tarefas que se colocam às organizações do Partido, não é de realização fácil, particularmente num momento em que a política de recuperação de capitalistas, redobra a sua ofensiva, contra os interesses dos trabalhadores e de outras camadas da população.

Preparar o Congresso nas condições actuais, exige um redobrado esforço que concilie o debate aprofundado e participado de milhares de militantes, com a necessária acção e intervenção quotidiana do Partido, organizando e respondendo com eficácia aos problemas prementes que a vida impõe. Seria um grave erro se por momentos desviássemos a nossa atenção da grave situação social e económica, em crescente deterioração e que se expressa na nossa região por um volume número de processos de despedimentos em curso, pondo em causa o direito ao trabalho de muitas centenas de trabalhadores. Se desviássemos a nossa atenção da ofensiva patronal, que escudada na permissiva legislação cavaquista afronta os mais elementares direitos dos trabalhadores e uma frontal violação dos direitos e liberdades sindicais.

O Congresso do Partido e o debate não podem estar desligados também das medidas concretas que é necessário concretizar para dar resposta à necessária e imperiosa acção dos Comunistas visando potenciar o desenvolvimento da luta contra a política de contenção e redução salarial em curso, e de drástica redução e desresponsabilização das funções sociais do Estado, bem patente no O. Estado para 93, particularmente em áreas tão sensíveis como as das Saúde e Educação. O Congresso e o debate têm que contribuir para premente necessidade de dar conteúdo concreto e institucional, às reivindicações e lutas das populações, que na nossa região de forma crescente e espontânea se desenvolvem, na base das mais diversificadas exigências, como são exemplo a luta da população de Mira D'Aire por água potável, ou das populações do Oeste, por melhores redes viárias, ou das populações da Bacia do Lis e do Oeste por eficazes medidas contra a

poluição da Lagoa de Óbidos, Baía de S. Martinho do Lis e do Lena e que no quadro da discussão do O. E. em curso é a altura própria para dar apresentação de propostas de solução.

Questão central ainda, como bem referem as Teses agora em debate, é toda a problemática da adesão de Portugal à CEE e da integração europeia, que pretextou e facilitou, o avanço da ofensiva de restauração do capital monopolista, e que assume agora foros de maior gravidade e actualidade com a tentativa de concretização do Tratado de Maastricht.

O Congresso do Partido para além do aprofundamento que vai permitir, é também a boa oportunidade a não desprezar para ganhar mais camaradas para a importância do desenvolvimento e alargamento do movimento «Não a Maastricht» e no imediato na dinamização do abaixo-assinado em curso, e na batalha de esclarecimento sobre as consequências para Portugal da opção federalista que o tratado consagra.

Por fim, o Congresso é também a possibilidade, pelo número de camaradas que sempre envolve no debate, para a aferição dos objectivos que cada concelho ou freguesia se vai empenhar na batalha eleitoral que se aproxima e o momento oportuno para concretizar medidas orgânicas para a árdua batalha da formação das listas da CDU.

Num Distrito como o de Leiria, o êxito das próximas eleições autárquicas dependerá também em grande medida, da capacidade que tivermos para antecipar e lançar desde já a dinamização de todo o processo.

Estes são alguns dos objectivos que nos propomos e não podemos deixar de tentar concretizá-los.

## «Os quadros são o que são...»

■ Sérgio Ribeiro

A convocatória era para um encontro distrital de quadros técnicos e científicos da Organização Regional de Lisboa, integrado nos trabalhos preparatórios do XIV Congresso. A mesa foi formada pelos camaradas Helena Medina, Zilda de Carvalho e António Abreu, e também pelos camaradas expressamente citados na convocatória para participarem com intervenções relativas aos temas propostos para debate, José Casanova, da Comissão Política, e este deputado europeu, que, para além da intervenção relacionada com a sua actual tarefa, se incumbiu de fazer esta nota.

Esses temas propostos para debate eram — análise da situação, problemas e perspectivas dos quadros técnicos e científicos, hoje em Portugal, — a integração europeia e suas consequências, — o trabalho e a organização do Partido, e responderam à convocatória mais de sessenta camaradas, tendo estado sempre presente mais de quarenta durante as cinco horas que durou o encontro (com a interrupção para abastecimento a fazer as vezes de jantar, além das frequentes e privadas escapadelas dos «nicotinodépendentes» para uma sala anexa de onde continuavam a seguir os trabalhos sem os perturbar...)

Como primeira nota pessoal — e todas o serão —, estimo ter sido muito útil a participação neste encontro de quadro, pois a actual tarefa, a «comissão de serviço», por Bruxelas, Estrasburgo e variados lugares deste rectângulo onde a deputância (e, sobretudo, Maastricht) me leva, não pode fazer esquecer que sou, assumidamente, um quadro comunista.

As dezassete intervenções de camaradas, intercaladas com as cinco intervenções que partiram da mesa, dão uma ideia, estatística, da animação e da participação que caracterizaram o debate.

Com uma referência de fundo à crescente importância social, económica, política da camada social que são os quadros, que a camarada Helena Medina traçou, e que se reflecte nas teses para o Congresso, como o camarada José Casanova, quase no final do encontro, lembrou, começou por ser caracterizada sucintamente, ainda pela camarada Helena Medina, a situação política que vivemos hoje, podendo sublinhar-se — à minha responsabilidade — o significado do orçamento para 1993, a contracção da actividade produtiva, o desmantelamento do nosso frágil tecido económico e as reestruturações empre-

sarias e do aparelho do Estado, com um sinal evidentemente anti-social.

As intervenções dos camaradas presentes trouxeram um acervo de informações e de comentários que foram uma importante e diversificada contribuição para a caracterização da situação nova dos quadros numa nova situação social e económica, particularmente depois de 1989.

Permito-me — de novo — sublinhar um aspecto, ou seja, a muitas vezes referidas importância das remunerações extraordinárias, suplementares, em «espécie», na caracterização da situação dos quadros, o que torna o salário quase dispiciendo em muitos casos, e de onde resulta uma situação em que a ligação que as entidades patronais promovem e estimulam é directa, individual, numa perfeita anarquia desejada pelo patronato, assim dividindo para reinar, isto é, melhor poder explorar.

Parece-me uma questão de grande pertinência, até teórica, pois representa uma forma de precarização do emprego, por indefinição e ambiguidade do vínculo laboral, que pouco ou nada tem sido considerada embora represente uma manifestação inequívoca da mercandização da força de trabalho.

No que respeita ao aparelho de Estado, a política de contenção dirigida à «poupança» nos gastos com pessoal, a criação de «excedentes» e «disponíveis», o tratamento dos quadros como meros fornecedores de dados, e de apoio logístico a trabalhos e estudos encomendados ao exterior, foram aspectos referidos e que — de novo e ainda — me arrego o direito de retirar como relevantes em debate muito diversificado quanto a temas e abordagens.

Pelo meu lado, na minha intervenção, tentei «fazer a ponte» entre as informações e comentários, caracterizadores da situação dos quadros, e as consequências do processo de integração, particularmente neste momento em que a ratificação do acordo de Maastricht trouxe para a primeira linha das preocupações (e das potencialidades mobilizadoras) o caminho da integração e dos saltos que se pretende que ele faça.

A situação dos quadros, as novas condições em que se inserem na sociedade, tem a ver com uma estratégia comunitária, de que o governo português é co-responsável e muitos zeloso executor, e que o acordo de Maastricht, a tornar-se tratado, viria acelerar. Concretamente, foi referida a questão da liberdade de circulação das pessoas, com particular incidência nos quadros e profissões liberais,

mas é evidente que essa liberdade de circulação, num contexto e tendência agravadores do atraso da dimensão social, se referência como adequação às novas condições de exploração da força de trabalho e não como a assunção de um direito.

A expectativa do mercado interno, depois de Janeiro de 1993, não preveniu a legislação ao direito universal de estabelecimento e exercício de profissão, e só deu algumas respostas pontuais, profissão a profissão e com características que se podem assimilar a corporativas ou paracorporativas, contribuição importante para a divisão entre trabalhadores sujeitos ao mesmo sistema e máquinas exploradora da sua força de trabalho.

Na parte final do encontro, o camarada José Casanova falou sobre a organização dos quadros comunistas, sublinhando que nenhum outro partido ou força social tem a perspectiva do nosso e pode dar respostas para as situações que se confrontam. Referiu, também, duas áreas de trabalho prioritário, a da acção sindical, e a das autárquicas, em que os quadros poderão ter papel decisivo. Ainda sobre organização, o camarada António Abreu fez uma intervenção respondendo a alguns camaradas que tinham intervenido, e salientou as convergências traduzidas na luta e a necessidade de considerar as alianças sociais, considerando encontros como o que se estava realizando, e outros nomeadamente sobre questões pontuais, sem prejuízo das ligações orgânicas existentes.

A camarada Helena Medina ainda fez uma intervenção, retomando a questão do papel dos quadros na sociedade portuguesa e sobre a assunção da situação de quadro comunista. Por último, foram referidas, no sentido de uma intervenção da camarada Zilda de Carvalho, passos qualitativos em situações qualitativamente novas, e a elaboração de um plano de trabalho de iniciativas.

Tendo-se atribuído esta incumbência, termino-a com uma última nota pessoal — como todas as que ficam o foram — pegando na frase de um camarada que disse que «os quadros são o que são». Sendo essa uma verdade, igual à de que «a vida é como é», os quadros comunistas são, já, uma coisa diferente... porque são comunistas e, parafraseando Marx, se é importante conhecer, é (sempre) tempo para tentar transformar a vida para que ela seja mais humana e também, porque não?, para mudar os quadros no mesmo sentido e para que estes contribuam, pela sua parte, para a transformação da vida.

## TRABALHADORES

## Direito à greve O âmbito não pode ser limitado por lei

Foram publicadas em 20 do corrente as alterações à Lei da Greve. No mesmo dia, a CGTP-IN emitiu um comunicado reafirmando que «os trabalhadores exercerão o direito à greve». A Central salienta que o Governo aprovou essas alterações «contra a vontade unânime dos trabalhadores e dos seus sindicatos».

A CGTP, através do seu gabinete de imprensa (DIF), acrescenta que «os trabalhadores portugueses vão continuar a exercer o direito à greve, que conquistaram com o 25 de Abril, nos exactos termos da Constituição da República».

Para a CGTP, isso significa que os trabalhadores definirão «eles próprios o âmbito dos interesses a defender», não podendo esse âmbito «ser limitado por lei».

No comunicado de 20 do corrente, a Central «exorta os trabalhadores a exercerem o direito à greve, sempre que os seus direitos, interesses e objectivos reivindicativos o exijam e justifiquem, designadamente no caso imediato dos trabalhadores da Administração Pública, central e local, nas formas já decididas, contra as tentativas de contenção salarial, anunciadas pelo Governo no Orçamento do Estado para 1993, bem como contra a "lei dos disponíveis" e contra o desmantelamento dos serviços de saúde».

As principais alterações à lei da greve têm a ver com o regime de «serviços mínimos» e com os prazos de publicação dos pré-avisos.

A possibilidade da requisição civil é mantida.

As alterações à lei da greve foram aprovadas na Assembleia da República em Julho findo pela maioria PSD a que se juntou o CDS.

O novo diploma foi promulgado pelo Presidente Mário Soares em 25 de Setembro, depois de o Tribunal Constitucional se ter pronunciado pela constitucionalidade.

## Movimentação nas forças de segurança

Depois da notícia recente de que a Associação Socio-Profissional da Polícia de Segurança Pública (ASPP) está a proceder à recolha de 15 mil assinaturas para entregar à Assembleia da República, com o objectivo de vir a dispor do estatuto de Sindicato, soube-se, segundo a Lusa, que os órgãos dirigentes da Associação Nacional dos Guardas Fiscais (ANGF) foram mandados em assembleia geral extraordinária de 19 do corrente em Lisboa, para promoverem reuniões de trabalho com as suas congéneres das restantes forças de segurança, bem como com o Sindicato do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a Comissão de Trabalhadores da Alfândega de Lisboa.

Esta movimentação, que tem coincidido com a de sectores das Forças Armadas, apresenta forte componente crítica quanto à reestruturação decidida pelo Governo, sem que os elementos dos corpos policiais de segurança, ou os seus representantes eleitos, tenham participado directamente na elaboração dos diplomas que o Governo pretende aprovar nesse sentido pelo órgão legislativo competente.

A ANGF, por exemplo, manifestava em 19 do corrente as suas preocupações quanto ao futuro da Guarda Fiscal e dos seus profissionais. Segundo veio a público, a Guarda Fiscal — o seu comandante demitiu-se entretanto — será extinta e integrada, com parte dos seus efectivos, na GNR, efectuando missões relacionadas com a vigilância das fronteiras.

## Desemprego

### Luta na Colsi

Ameaças na Grundig, protestos na hotelaria; posta em dúvida a veracidade das estatísticas oficiais

A falência ou a gestão controlada — a opção não era conhecida no princípio desta semana — fazem temer pelo emprego de 500 trabalhadores na Colsi, fábrica de confecções de Coimbra. Na Grundig (Braga) são 24 os postos de trabalho ameaçados. No ramo da hotelaria, o Sindicato do Sul alude a «despedimentos individuais e colectivos, nomeadamente nos hotéis Sheraton e Lutécia» e ainda na Torralta.

Mais de três centenas de trabalhadores da Colsi manifestavam-se entretanto em Coimbra. À semelhança do sucedido em 13 de Outubro, o pessoal voltou à rua quinta-feira passada para reclamar a viabilização da empresa.

A fábrica deve mais de um milhão de contos às Finanças e ao Centro Regional de Segurança Social de Coimbra.

A Lusa, que teve acesso a documentos sobre os débitos, referia quinta-feira que o défice financeiro anual da Colsi ronda os 35 mil contos. A dívida ao Estado, acrescenta a mesma fonte, cresceu em média perto de 10 mil contos por mês, no primeiro semestre deste ano.

Na Grundig, segundo o STIEN (Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte), além da «intenção da Grundig» no sentido de despedir 24 trabalhadores, há os casos

da Efacec e da Preh, empresas onde também se tenciona recorrer aos despedimentos.

Na hotelaria, além dos despedimentos, aumentam os salários em atraso na Saal. No hotel Excelsior a administração reduz os salários dos trabalhadores. Na Torralta

«continua de forma irresponsável o processo de desmembramento da empresa, com encerramento de várias áreas e o consequente despedimento dos trabalhadores», refere o Sindicato (STIHTRS) do Sul.

Segundo a Lusa, o Centro de Apoio a

Desempregados de Setúbal negava entretanto a veracidade das estatísticas oficiais de desemprego, alegando que os dados divulgados publicamente não correspondem aos que «circulam no interior» do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

## Orçamento do Estado é muito restritivo

— sublinha a CGTP

Para a CGTP-IN, o Orçamento do Estado para 1993 (OE/93) é conforme a proposta apresentada pelo Governo, «totalmente restritivo», porque tem em vista reduzir os rendimentos dos trabalhadores, diminuir os postos de trabalho e criar ainda mais instabilidade de emprego.

Numa conferência de imprensa, quinta-feira passada, José Ernesto Cartaxo, da Comissão Executiva da CGTP, afirmou que o OE/93, segundo a proposta do Governo, «prosegue e aprofunda» a crescente desrespeitabilização do Estado no que respeita às obrigações sociais.

De acordo com o telex da Lusa sobre a conferência de imprensa, Cartaxo referiu-se nomeadamente às obrigações no âmbito da segurança social, habitação, saúde e ensino público.

Maria do Carmo Tavares, também membro da Comissão Executiva da Central unitária, falou sobre a estrutura fiscal portuguesa. Segundo esta dirigente da CGTP, a chamada harmonização foi aplicada unicamente para alargar a base dos impostos indirectos, cujo peso é exagerado e distorce ainda mais o sistema. Partes significativas dos rendimentos do capital — criticou — beneficiam progressivamente de isenções fiscais. De acordo com estimativas do próprio Governo, acrescentou, só em 1992 o Estado concedeu 41 milhões de contos de incentivos em termos de IRC.

Essa vantagem para os rendimentos do capital implicou um progressivo agravamento da carga fiscal para os trabalhadores. Os impostos que suporta agravaram-se entre 1989 e 1992. De 22,6 passaram para 24,93 por cento.

Maria do Carmo, citada pela Lusa, referindo-se a um casal com dois filhos, trabalhando ambos os cônjuges com um salário mensal de 76 contos, disse que o peso do IRS passaria, sendo aprovado o OE/93, de 8,07 por cento do salário este ano para 8,18 por cento, na hipótese de um aumento salarial de 7 por cento; 8,34 por cento, no cenário de um aumento de 8 por cento; e 8,64 por cento de IRS, no caso de um crescimento salarial de 10 por cento.

Após recordar que a OCDE prevê 7,6 por cento de inflação para Portugal em 1993, a dirigente da CGTP-IN destacou que, mesmo com uma inflação de 7 por cento, um aumento salarial de 7 por cento representaria em 1993 uma descida de 0,14 por cento no salário líquido real, devido ao aumento dos impostos.

Quanto à segurança social, recordou aquela dirigente da Comissão Executiva da CGTP, o OE/93 prevê um aumento de apenas 5,5 por cento nas prestações sociais, ficando portanto abaixo da inflação. Há mesmo rubricas com descidas. É o caso do subsídio de doença — menos 8,2 por cento. O do desemprego baixa 7,5 por cento.

## Professores

### Correntes sindicais convergem nas críticas ao Ministério

Ao mesmo tempo que a Federação Nacional dos Professores (FENPROF) publicava um «Manual de Reclamações» contra as «ilegalidades, injustiças e outras imoralidades» praticadas pelo Ministério da Educação, como referia a Lusa em 7 do corrente, o Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa (UGT), reunido em Congresso no dia seguinte, decidia iniciar uma luta pela equiparação das car-

reiras do ensino particular às do ensino oficial.

As maiores correntes sindicais (CGTP e UGT) convergem nas críticas ao Ministério da Educação.

Subjacentes a essas acções, encontram-se tomadas de posição de franco repúdio pela actualização do ministro Couto dos Santos e do Governo, o mesmo acontecendo com os estudantes.

Como salienta a Federação próxima da CGTP-IN,

muitas das reclamações apresentadas pelos professores são do foro jurídico. Poderão, assim, contar com o apoio dos advogados dos sindicatos. Outras pertencem ao foro negocial. De acordo com um comunicado da FENPROF, o assunto a aguardar resolução há mais tempo é o do complemento de habilitações aos vinculados com habilitação suficiente. A solução deste problema está pendente desde 1979. Mais recente é

a falta de pagamento — em 7 de Outubro continuava por satisfazer — do mês de Setembro aos docentes do ensino especial.

A estes a outros problemas vem juntar-se, como se sabe, a questão dos aumentos salariais para 1993, no que respeita à Função Pública, mas incidente também no ensino particular. Trata-se de reivindicações que fazem convergir na acção todo o movimento sindical.

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Contrariando optimismo do Governo

# "Economia portuguesa sob o espectro da recessão generalizada"

— alerta Octávio Teixeira, no Parlamento

Numa espécie de antecipação em traços largos ao que irá ser o debate em torno do Orçamento do Estado para 1993, Oposição e Governo dirigiram na passada semana, no que foi o primeiro debate sobre o tema, argumentos sobre o estado da economia portuguesa e das principais orientações que norteiam neste domínio a política do Executivo.

Dois modos distintos de interpretar a realidade actual, escusado será dizê-lo, prevaleceram ao longo de todo o debate, pondo em evidência o enorme fosso que separa uns e outros em matérias-chave que dizem fundamentalmente respeito ao futuro

da economia nacional e dos portugueses.

Ao optimismo deslocado do Governo, protagonizado muito especialmente pelo seu inefável ministro das Finanças, que não se eximiu a garantir que em termos económicos "Portugal é o melhor dos países", havendo por isso no seu entender razão para "uma esperança acrescentada", contrapôs a oposição, em tom crítico, o País real, invocando a propósito o que pensam do estado actual das coisas os agentes económicos e a população em geral.

Longe do "país das maravilhas" e do oásis por si proclamado, Braga de Macedo

viu-se assim confrontado com a acusação de que a realidade objectiva da situação e da evolução da economia portuguesa desmentem de forma peremptória as suas afirmações propagandísticas.

Veemente nas suas críticas, em nome da bancada comunista, o seu líder, Octávio Teixeira, acusou mesmo o Governo de autismo, por não ouvir as opiniões dos agentes económicos e acompanhar a informação relevante do INE, lembrando a este respeito que é convergente a confirmação de que "não só a conjuntura económica nacional é extremamente difícil como é uma

evidência que a recessão atinge já a agricultura, as pescas e a indústria transformadora, e que o próprio crescimento do sector dos serviços entrou em desaceleração".

Em sintonia com o Governo, revelando aparentemente a mesma falta de percepção da realidade, a maioria veio à liça através do seu deputado Rui Carp inquirindo a Câmara se "podem ainda os críticos do Governo afirmar que o sucesso ou milagre económico português se deve à boa conjuntura internacional, quando os principais parceiros de Portugal enfrentam crises desagradáveis ou políticas económicas bem



A opção do Governo pela concessão de privilégios à esfera financeira e especulativa redundou em prejuízo do crescimento económico e da necessária e urgente modernização da economia

rigorosas". Batendo na mesma tecla, o deputado da maioria insistiu mesmo em considerar a "coerência, a firmeza e a consistência" do Governo e de Braga de Macedo como a chave capaz de explicar "o sucesso" do caso português.

O que não disse, porém - e disso o lembrou Octávio Teixeira - é que passada a conjuntura externa excepcionalmente favorável, o País continuou sem uma "política económica orientada para o reforço estrutural da nossa economia e para a valorização da sua especialização produtiva" ao mesmo tempo que se "acentuaram as vulnerabilidades fundamentais da economia nacional e as suas dificuldades para resistir ao aumento da concorrência externa".

"A política económica dos últimos anos tem transformado a economia portuguesa numa economia de subcontracção, crescentemente especializada em actividades onde predomina a intensidade do trabalho de baixas qualificações e remuneração", salientou Octávio Teixeira, acrescentando por outro lado que estamos em presença "cada vez menos de uma economia de produção e cada vez mais de uma economia de mera intermediação e comercialização, com a redução permanente da produção agrícola, piscatória e de múltiplos ramos da indústria".

E se é indesmentível, do ponto de vista da bancada comunista, que se tem vindo

a assistir à desindustrialização da economia e à crescente inserção dependente da indústria nacional nas cadeias de produção das economias mais desenvolvidas da CEE, não é menos verdade, sublinhou-o o dirigente comunista, que a política do Executivo de "privilégio da esfera financeira e especulativa", assente nos princípios do neoliberalismo e do monetarismo, "tem redundado em prejuízo do crescimento económico e da necessária e urgentemente indispensável modernização da estrutura produtiva portuguesa".

A perda de competitividade das empresas e produções nacionais, em resultado das políticas cambial e monetária executadas pelo Governo, foi ainda recordada por Octávio Teixeira como mais um exemplo concreto do carácter nefasto desta política que coloca a nossa economia "perante o espectro da recessão generalizada", com os custos daí decorrentes não apenas para as "empresas produtivas e os agricultores", mas também, "de forma muito pesada", para os trabalhadores.

Em nome do PS, António Campos, depois de considerar o ministro das Finanças "um homem de miragens cor-de-rosa", afirmou que "há uma incompetência governativa que é silenciada pelo dinheiro", sublinhando que "os dinheiros foram consumidos numa política de manutenção e não de mudança".

## Alterações à Lei da Greve

# Entregue pedido de inconstitucionalidade

Os deputados Jerónimo de Sousa (PCP) e João Proença (PS) entregaram segunda-feira no Tribunal Constitucional o pedido de inconstitucionalidade das alterações à Lei da Greve, aprovadas na Assembleia da República na anterior sessão legislativa.

Esta diligência surge na sequência da aprovação na AR, na semana finda, do Diário da Assembleia da República da sessão plenária de 18 de Julho de 1992, que contém a votação das propostas de alteração à Lei da Greve, o qual comprova a falta de votação de algumas normas da lei de alteração à Lei da Greve, como na altura própria logo chamou a atenção o Grupo Parlamentar do PCP.

Para comunistas e socialistas, recorde-se, o projecto

do PSD não se pode tornar lei, porquanto, argumentam, alguns dos seus pontos e alíneas não foram votados na especialidade pelo plenário.

Com a publicação da acta da referida reunião plenária,

ultrapassada fica assim a impossibilidade invocada pelo Tribunal Constitucional para apreciar a inconstitucionalidade formal do diploma suscitada pelo Presidente da República.

Para além do PCP e do PS, subscrevem o requerimento agora entregue ao Tribunal Constitucional o Partido "Os Verdes" e os deputados da Intervenção Democrática e UDP.



Os deputados Jerónimo de Sousa (PCP) e João Proença (PS) entregam no Tribunal Constitucional o pedido de inconstitucionalidade do diploma de alteração à Lei da Greve

## Regularização de imigrantes ilegais

# PCP chama diploma à ratificação e subscreve medidas de apoio

O pedido de ratificação do Decreto-Lei 212/92 que prevê a "regularização extraordinária dos imigrantes ilegais" residentes em Portugal foi já agendado para a sessão plenária do próximo dia 6 de Novembro.

Com esta iniciativa, destinada no essencial a corrigir deficiências e a suprir lacunas e omissões no diploma governamental, a formação comunista pretende nomeadamente alargar de quatro para seis meses o prazo para

entrega dos requisitos necessários à regularização dos cerca de 100 000 imigrantes existentes no nosso país, instituindo simultaneamente o efeito suspensivo do recurso à decisão tomada pelo Grupo Técnico (a presente lei admite a possibilidade de expulsão do requerente enquanto aguarda decisão do recurso para apresentar em tribunal).

Com esta sua diligência, os deputados comunistas querem ainda ver inscrito no diploma, como válido, o

reconhecimento da união de facto como relação familiar, pretendendo ao mesmo tempo que sejam considerados no agregado familiar todos os órfãos a cargo do imigrante, uma situação também frequente e que pela actual lei os coloca vulneráveis a uma ordem de expulsão do País.

A juntar a estas propostas, não deixarão de estar presentes no decorrer do debate outras medidas subscritas pelos parlamentares comunistas, constantes de um pro-

jecto de lei por si apresentado sobre esta matéria no qual se prevêem acções de apoio à regularização extraordinária de cidadãos não comunitários em território nacional.

Muitas destas medidas, assinala-se, foram apuradas a partir de uma análise conjunta em reuniões de trabalho entre o Grupo Parlamentar do PCP e associações representativas das comunidades imigrantes no nosso país, a última das quais teve lugar terça-feira na Assembleia da República.

## Revisão constitucional e OE mobilizam atenções

O debate e votação da revisão constitucional foi agendado para a primeira semana de Dezembro, o mesmo sucedendo com o debate na especialidade e votação final global do Orçamento do Estado e das Grandes Opções do Plano para 1993, com data marcada para os dias 10 e 11 do mesmo mês.

De acordo com estas decisões da última conferência de líderes parlamentares, a ratificação do Tratado de Maastricht deverá assim recair, tudo o indica, nas vésperas do Natal.

Até lá, prossegue entretanto nas comissões parlamentares o debate na generalidade iniciado no passado dia 21 sobre o OE e as GOPs, que se prolongará até dia 13, estendendo-se depois ao Plenário com respectiva votação nos dias 18, 19 e 20.

Antes do debate e votação final, os dois documentos serão ainda apreciados entre 23 de Novembro e 4 de Dezembro pela Comissão de Economia, Finanças e Plano.

## Reformas na segurança interna Meios não há e as medidas são más

De grande importância e actualidade, com incidência directa na vida dos cidadãos, que em relação a esta questão se mostram particularmente sensíveis, a segurança interna esteve em foco no Parlamento. Tema forte e polémico, complexo pela sua própria natureza, se foi pacífica a consideração quanto à oportunidade de o trazer para a ordem do dia - a subida a ritmo crescente dos índices de criminalidade impôs que o Governo finalmente despertasse para a gravidade do problema -, já o mesmo não se pode dizer relativamente às soluções e medidas por si adoptadas.

Em causa está, concretamente, um quadro de reformas das Forças de Segurança, erigido por Cavaco Silva a "verdadeiro imperativo nacional", cuja concretização, disse, exige "muita coragem e empenho" por parte do Executivo.

Enunciadas por Dias Loureiro, as reformas obedecem no essencial à ideia de que é necessário racionalizar os meios existentes e que o combate à criminalidade "resolve-se em boa medida com a presença das forças de segurança na rua", razão pela qual, entre outras medidas, é defendida a concentração dos agentes em detrimento da actual dispersão, com consequente criação de grandes esquadras em vez das tradicionais divisões de bairro.

Aparentemente correctas, porém, quando sujeitas a análise mais atenta, ultrapassado o efeito mediático, estas medidas não resistem ao confronto com a realidade e não são de molde a deixar descansado o cidadão comum. Porquê? Desde logo porque as medidas propostas carecem de vultuosos investimentos e de meios financeiros que não estão assegurados, circunstância a que se junta, como assinalou no

debate João Amaral, o facto de afastarem o cidadão do sistema de segurança (enfraquecendo a confiança do cidadão e dificultando-lhe o acesso ao sistema), deixarem intocadas várias estruturas do sistema (como a militarização da GNR, estatuto completamente desadequado para as missões específicas de segurança que lhe cabem), deixarem em estado de preocupante indefinição toda a problemática da fronteira marítima do controlo e punição das infracções fiscais e aduaneiras.

Daí que as medidas no seu conjunto tenham sido consideradas como estando muito aquém de corresponderem às exigências e desafios do momento, admitindo mesmo a bancada comunista que elas se resumam "afinal a uma certa desresponsabilização do Governo e da Administração Central nesta área da segurança".

Em qualquer dos casos, com efeito, o que parece estar subjacente às propostas é uma lógica puramente "orçamental", o que por outras palavras significa que no horizonte do Ministério poderá estar com grande probabilidade "a redução da despesa à custa da segurança dos cidadãos", facto tanto mais preocupante quanto é certo que o dispositivo proposto, de poucas esquadras, exigiria investimentos imediatos, designadamente em meios de transporte e em sistemas de comunicações, investimentos estes que, como sublinhou João Amaral, "não estão feitos nem o Orçamento para 1993 assegura".

Neste contexto, para a bancada comunista, o encerramento de esquadras constitui em si mesmo "uma medida desastrosa", não tendo igualmente qualquer cabimento os argumentos invocados por Dias Loureiro

quanto à existência de muita "função burocrática" e de muita "notificação judicial".

Isto porque, como tratou de realçar João Amaral, se há muita burocracia, ela "não deixa de haver com as super-esquadras", mas sim com a "reforma e simplificação dos procedimentos administrativos e o investimento em meios informáticos", do mesmo modo que não deixa de haver muita notificação judicial, caso não sejam feitas melhorias, as quais, todavia, alertou, devem merecer cuidado, porquanto, "não se pretenda substituir as notificações pessoais por meios tão expeditos que acabem por pôr em perigo os direitos dos cidadãos".

"Queixa-se que há polícias ocupados com estas funções. Mas o senhor Ministro não fala dos cerca de 5000 guardas que constituem unidades de reserva da GNR, dos quais 3000 estacionados na zona da Grande Lisboa", lembrou a propósito o deputado comunista, sublinhando que essa, sim, "é que é uma enorme reserva de homens, que, depois de adequada preparação, poderiam reforçar todo este aparelho de esquadras e as funções aí exercidas".

Explicitando a posição do PCP em relação à "reforma de fundo" que no seu entender importa operar na GNR, João Amaral sustentou que "não é possível manter a qualificação militar para uma força de segurança, crescentemente envolvida no contacto com os cidadãos", enquanto que em relação à Guarda Fiscal o essencial das suas críticas vai, para além da mesma lógica orçamental que enferma as medidas tomadas, para a "indefinição "existente", de tal ordem "que não pode deixar de se falar de ponderação governamental".

vos à GNR e Guarda Fiscal sobre a anulação do estatuto militar, e de um projecto consagrando o direito de associação sindical aos profissionais da PSP, o Grupo Parlamentar comunista entregou ainda no próprio dia do debate na Mesa da Assembleia um outro projecto de lei preconizando a criação dos Conselhos Municipais de Segurança dos Cidadãos.

Trata-se de um diploma, que, sem interferir na linha de comando das forças de segurança, conforme referiu o deputado comunista, procura criar um "espaço de diálogo e cooperação entre as diversas forças e entidades empenhadas na segurança das populações, na área-chave do município".

Dele fariam parte responsáveis autárquicos, responsáveis de forças de segurança, directores de escolas, organizações sociais e económicas, "num esforço conjunto de diagnóstico, de troca de opiniões, de elaboração de pareceres e sugestões".

## As "conversações com o PS" com vista às autárquicas Esclarecimento do PCP

Face a diversas notícias que têm sido publicadas sobre alegados encontros, conversações ou «pacto secreto» entre a FAUL do PS e a DORL do PCP com vista a eventuais coligações em diversos municípios do distrito de Lisboa (designadamente Sintra e Cascais) nas próximas eleições autárquicas e dado que os comentários de dirigentes do PCP a essas notícias têm sido objecto de deturpação e manipulação, o Gabinete de Imprensa do PCP está em condições de esclarecer:

1. O PCP é completamente estranho a tais notícias, não foi contactado para nenhum encontro com estruturas do PS sobre tal matéria e não recebeu nem fez quaisquer propostas concretas de entendimento eleitoral com o PS como as referidas nas citadas notícias.

2. O PCP, além de já ter reiterado a sua disponibilidade para a renovação da «Coligação Por Lisboa» no quadro do respeito pelos princípios programáticos e das posições e responsabilidades dos dois principais partidos em presença (PC e PS), manifestou também - em termos gerais e de acordo com a sua orientação de sempre - a sua abertura para o exame em comum, numa base de seriedade, das possibilidades de entendimento entre forças democráticas que tenham em vista derrotar a direita e assegurar a conquista de maiorias e posições no interesse das populações.

Estão naturalmente fora da possibilidade de qualquer consideração ou exame ideias absurdas como as aventadas em diversas notícias insinuando que o PCP, em eventual coligação com o PS, poderia apoiar em Sintra a candidatura de um socialista, sendo oportuno lembrar que naquele concelho foi o candidato da CDU que, nas últimas eleições, ficou a 2800 votos de ser eleito Presidente da Câmara.

3. Importa ainda salientar que o PCP não só não examina, não discute e não trava conversações sobre estas matérias com outros partidos através da comunicação social, como têm a experiência suficiente para resistir a operações mediáticas concebidas com a esperança de enredar as suas organizações, quadros e militantes em falsas expectativas.

4. Nada distrairá ou afastará o PCP da linha fundamental, prioritária e dominante da preparação da sua intervenção nas próximas eleições autárquicas e que consiste numa dinâmica, confiante e audaciosa afirmação autónoma da CDU, do valor do seu trabalho, da sua obra e das suas propostas, da importância das suas candidaturas e do reforço geral da sua influência e posições.

23.10.92

O Gabinete de Imprensa do PCP

## Adriano Correia de Oliveira homenageado no Porto

«Há dez anos que Adriano Correia de Oliveira nos deixou, mas o seu canto e a sua luta marcaram tão profundamente quantos o conheceram e acompanharam que a sua evocação constitui hoje um acto natural de homenagem e reconhecimento», afirma-se no texto divulgado em 23 do corrente pela Direcção da Organização Regional do Porto do PCP. Homenagem e reconhecimento a que a DORP se junta, evocando o militante e o artista:

«Pelo seu exemplo cívico, pois sempre o encontramos nas grandes jornadas de luta pela liberdade e pela paz, que culminaram na revolução de Abril e na emancipação das colónias portuguesas, e mais tarde nos anos exaltantes da construção e defesa da democracia.

«Pelas suas qualidades humanas, pela bondade, o desprendimento de si e a capacidade de se dar, a afectividade que envolvia o seu convívio com todos, a generosidade e o impulso solidário que nele sempre venciam desencantos e amarguras.

«Pelo seu canto - límpida água e puro cristal - que incansavelmente levou tanto às grandes manifestações urbanas como às mais longínquas aldeias, numa oferenda de beleza e emoção, melodia e voz que ficavam na memória de quem o ouvia, em canções que falavam de amor, do povo, da terra e da paz, do trabalho e da luta, das trevas e da rebeldia, e sempre do amor.

«Como cidadão, como homem, como artista, Adriano não pode ser esquecido.

«Nestes dias cinzentos, de restauração de oligarquias, de regresso de antigas discriminações e privilégios, de perversão da democracia, em que os direitos constitucionais vão sendo administrati-

vamente anulados, em que os cidadãos se transformaram em «clientes», em que a soberania nacional vai cedendo aos sucessos da engenharia monetária, em que se acentuam os contrastes sociais e nascem novas pobreza, se constringem as instituições democráticas e se promove o lobbismo, dias em que se recompensam e desculpam os pides e se esquecem ou expurgam os Capitães de Abril, se aumentam os preços dos bens vitais e o Estado entrega milhões a milionários para que estes lhe comprem o que ao Estado pertence, porque são também tempos de luta e resistência, o cantar de Adriano faz falta.

«Mas o seu canto, umas vezes heróico outras vezes magoado, mas sempre humano, continuará a ouvir-se, estamos certos, apesar do voto de silêncio a que o obrigam a televisão e a rádio dominantes.

«E a sua voz de menino, que nunca amadureceu para os mercados de consciências, continuará presente nos sonhos e nos combates de hoje.

«Por isso, a DORP do PCP, partido a que Adriano Correia de Oliveira pertenceu desde muito novo até ao fim da vida, tem promovido e apoiado diversas iniciativas que recordam a sua acção corajosa e o rico património artístico que criou.

«Recentemente, propôs na Assembleia Municipal do Porto que o seu nome passasse a integrar a toponímia da cidade, proposta que foi aprovada por ampla maioria.

«No dia 26 de Outubro realizou-se uma «Evocação de Adriano», na Cooperativa Árvore. A DORP do PCP apela à participação nesta iniciativa e noutras que se anunciam para breve, em homenagem a Adriano Correia de Oliveira.

## Uma alternativa coerente

Como é habitual na sua postura, o Grupo Parlamentar não se limitou no decorrer do debate a fazer críticas ao que considera serem as más soluções adoptadas pelo Governo. Medidas e propostas alternativas, num todo coerente, foram por si defendidas, assumindo algumas delas a forma de projectos de lei.

No essencial, como frisou João Amaral, essas medidas subordinam-se ao princípio de que as forças policiais devem inserir-se e aproximar-se nas comunidades e junto dos cidadãos; devem assentar na disseminação do dispositivo de esquadras e postos fixos, garantindo uma presença física permanente; devem conter medidas de investimento com carácter urgente, para melhoria dos equipamentos; devem permitir a dignificação dos agentes, a melhoria da sua formação, o respeito pelos seus direitos, a promoção das suas condições de vida.

Assim, para além dos projectos relati-

# «É inaceitável mais austeridade»

— diz a DORS do PCP

Em comunicado divulgado na passada semana, o Executivo da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP manifesta a sua preocupação face às intenções governamentais de impor mais austeridade e de preparar medidas políticas, económicas e sociais que, «no essencial, iriam piorar drasticamente a instabilidade do emprego, o nível de vida, o bem-estar e a segurança dos trabalhadores, das classes mais desfavorecidas e das populações em geral».

«Julgamos serem inaceitáveis mais medidas de austeridade, quando, ao contrário, aquilo que a situação exige é a tomada de medidas que ajudem a resolver os graves problemas sociais que a população e em particular os trabalhadores enfrentam neste momento.

«De facto, milhares de trabalhadores do distrito são

confrontados com a perspectiva de ou o encerramento das suas empresas, como são os casos da EPSI/NESTE, algumas das empresas da SAPEC, TELEQUIPO, SISTEL, TECNIMETAL, METEM, CONVEX, VIEGAS E LOPES, entre outras.

«Os salários em atraso voltam a ser uma realidade sem que muitas ds dívidas

antigas tenham sido pagas. São exemplo a UCAL, a GEFA, a SADIFRIO, a NAVIPICA, etc.

«Com o estafado argumento de que é indispensável vencer o desafio da integração europeia (recorda-se que os salários dos portugueses são 3 ou 4 vezes inferiores aos dos restantes países da CEE enquanto os preços dos produtos que consumimos são iguais), têm sido levadas a cabo chamadas reestruturações em muitas empresas e sectores económicos cujo único objectivo alcançado foi o da criação da instabilidade no emprego, aumento insuportável dos ritmos de produção e dos acidentes de trabalho, despedimentos, substituição de trabalhadores efectivos por contratados, desarticulação dos processos produtivos, perda de direitos e regalias por parte dos trabalhadores e a obtenção de chorudos subsídios financeiros por parte de alguns capitalistas enfeudados e protegidos pela política de direita do governo PSD. São prova disto as situações vividas na EXTRA, Sociedade Industrial Setubalense, Siderurgia Nacional, Mague Setúbal (M7), Pingo Doce, e para dar o exemplo a seguir pelos grandes capitalistas é o próprio Governo que se prepara para despedir milhares de trabalhadores ao publicar a Lei dos Dispositivos da Administração Pública.»

## Restauração do grande capital

«A recente decisão do Governo sobre a privatização da Siderurgia Nacional enquadra-se na política de restauração do poder do grande capital, que tem sido obstáculo a uma estratégia nacional de modernização da economia portuguesa, de

valorização do seu perfil de especialização produtiva e da sua inserção activa na divisão internacional do trabalho. A irresponsabilidade política é total. Só na última reestruturação da empresa o Estado gastou 40 milhões de contos e reduziu o número de trabalhadores em 50%. Agora propõe-se entregar todo o património e mercado da Siderurgia Nacional a grandes grupos internacionais por apenas 20 milhões de contos. O Partido Comunista Português, ao mesmo tempo que denuncia esta decisão do Governo, exorta os trabalhadores a prosseguir a luta pela salvaguarda dos seus direitos e a defenderem os interesses nacionais.

«A EDP, a CP e as empresas criadas a partir da Rodoviária Nacional, que prestam serviços de carácter eminentemente social, estão a ser preparadas pelo Governo para serem entregues ao grande capital. Daqui resultará que o objectivo supremo a perseguir é a obtenção de lucros, pelo que muitos serviços indispensáveis que têm sido prestados, não sendo lucrativos, vão deixar de ser prestados. Simultaneamente, os trabalhadores são pressionados a abandonar as empresas e os seus direitos e regalias retirados.»

Mais adiante, concluindo, o Executivo da DORS afirma:

«A vida tem mostrado que só vence quem luta e que não há espartilho legal que impeça os trabalhadores de lutarem pela sua dignificação pessoal a uma vida digna. É possuído desta convicção que o Executivo da DORS do PCP exorta os comunistas a, em conjunto com todas as camadas laboriosas do distrito de Setúbal, dinamizarem e participarem na luta social contra a ofensiva do Governo aos seus direitos.»

## Convívio em Setúbal comemora trabalho

Cerca de 50 militantes e amigos da organização concelhia de Setúbal do PCP levaram a cabo, no passado domingo, uma jornada de convívio e contactos com a população das Pontes e da Gâmbia.

A ideia foi a de juntar alguns daqueles que, ao longo de muitos fins-de-semana, contribuíram voluntariamente para a implantação da Festa do «Avante!» ou que nela tiveram tarefas nos vários pavilhões ou serviços. E assim se concretizou um almoço nas instalações da Cooperativa de Habitação das Pontes.

Mas, juntando o útil ao agradável, parte significativa dos participantes dividiram-se em vários grupos e, antes e depois do almoço, contactaram com 33 membros do Partido, do que resultou a entrega de 24 cartões de militante do PCP, a recuperação de quotas no valor de 27080\$00 e a convocação de uma reunião para discussão dos documentos preparatórios do XIV Congresso do PCP e eleição de delegados ao mesmo.

A iniciativa proporcionou também o porta-a-porta junto da população local, para a distribuição do folheto do PCP sobre Maastricht, onde o Partido defende a realização de um referendo e o «Não!» ao Tratado.

No final da jornada, a camarada Helena Martins, do Secretariado da Comissão Concelhia de Setúbal do Partido e responsável a este nível pela Festa do «Avante!», dava mostras da sua satisfação: **dos 33 contactados apenas uma camarada não aceitou manter-se no Partido, por razões de ordem particular, mas assegurando o seu voto no PCP e na CDU! Mas recrutaram-se mais 2 novos membros para as nossas fileiras.**

De registar ainda que 7 jovens da Gâmbia se inscreveram na semana passada na JCP, entrando de imediato na preparação do Encontro Distrital da JCP que se realizará no próximo sábado, em Setúbal, com a presença do camarada Carlos Carvalhas.

## S. Paio de Oleiros

É tempo agora ù finalmente, dirão os camaradas de S. Paio de Oleiros, Santa Maria da Feira — de darmos conhecimento de uma carta que nos foi entregue na «mini-Redacção» que o «Avante!» manteve na Atalaia, durante a Festa. O caso é que, com as «mudanças», a carta quase se ia extraviando. Nela recordam os camaradas o tempo da primeira Festa do «Avante!», realizada na FIL, em Lisboa, no ano de 1976. Foi nessa altura que a Comissão de Freguesia de S. Paio de Oleiros do PCP realizou a sua primeira excursão. E os camaradas recordam:

«Foi nos arredores da Festa que montámos as nossas tendas e aí, como uma só família, convivemos durante os dias da Festa em ambiente de franca camaradagem, acabando por se gerar entre todos verdadeiros laços de amizade.

«É animados por este são espírito de amizade e camaradagem, pelo ambiente saudável e alegre, que nos propusemos a organizar todos os anos a deslocação à festa do «Avante!».

«Foi com agrado que, a partir do penúltimo ano da Festa no Alto da Ajuda, verificámos que o entusiasmo dos primeiros acabou por contagiar outros camaradas e amigos, sendo necessário dois autocarros.

«O êxito desta iniciativa contribui numa forma muito significativa para a implantação do Partido e seus militantes em várias colectividades e também para a presença de um elemento da CDU na Junta da Freguesia.»



## CAMARADAS FALECIDOS

### CAROLINA MONTEIRO

Militante do Partido desde 1974, muito activa na Organização de Freguesia da Damaia, onde era muito conhecida e estimada, faleceu no princípio deste mês a camarada Carolina Monteiro.

### GUALDINO PEREIRA

Faleceu no passado dia 6, em Torres Novas, de onde era natural e residente, o camarada Gualdino Pereira. O camarada era membro da Organização do Partido naquela cidade, desde 1975.

### MANUEL ANTÓNIO PINA

Com 74 anos de idade, faleceu o camarada Manuel António Pina. Pertencia à organização local de Casal do Marco, onde se destacava pelo seu trabalho militante.

### JOAQUIM ZENHAS

Faleceu, no passado dia 14 de Outubro, Joaquim Abrantes Zenhas, de 66 anos de idade. Engenheiro Silvicultor reformado, era natural da Freguesia de Lavos-Figueira da Foz e pertencia à organização concelhia de Oliveira de Azeméis há longos anos.

Resistente antifascista desde os seus anos de estudante, fez parte das fileiras do MUD e membro do Partido no início dos anos 50. Pela sua competência profissional e grandes qualidades humanas, granjeou grande prestígio. Foi um dos impulsores do movimento cooperativo agrícola na região.

### BERNARDO SANTOS

Faleceu, no dia 12 do corrente, no Hospital Garcia de Orta, em Almada, após prolongada doença, o camarada Bernardo Glória Santos, de 73 anos de idade. Era membro do Partido desde 1974, organizado na Freguesia da Cova da Piedade. Natural de Alcantarilha, exercia na Cova da Piedade a profissão de barbeiro.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

# Comunistas repudiam despedimentos na «Baptista Russo»

Repudiando o anúncio, feito pela administração da «Baptista Russo», de despedir colectivamente 130 trabalhadores, o Organismo de Direcção do Sector Oriental de Empresas do PCP, da Cidade de Lisboa, divulgou um comunicado em que pode ler-se:

«A Administração da Empresa Baptista Russo anunciou aos ORT's da empresa a sua intenção de proceder a um despedimento colectivo de 130 trabalhadores. O argumento é igual a tantos outros: contenção de despesas e condições para a

viabilização. Só que, violando a própria lei, não apresentaram um projecto que garanta aos restantes 300 trabalhadores a efectiva reestruturação.

«A empresa Baptista Russo junta-se, assim, aos despedimentos colectivos já concretizados na AEP e na DIALAP, ao fecho da UTIC e da DSM-Resinas de Portugal, ao quadro de excedentes da INDEP e também às anunciadas medidas de reestruturação (algumas já em curso) nos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (Manutenção Militar, Labo-

ratório Militar e as OGFE), no Instituto Pasteur, na CITC/A Nacional, na Sociedade de Parafusos Fluorescentes, na Metalurgia Luso-Italiana, na Sociedade Nacional de Sabões, na Vitameal e na Betão Liz.

«O Organismo de Direcção do Sector Oriental de Empresas do PCP repudia veementemente mais esta intenção de despedimentos, denunciando em primeiro lugar a política laboral de direita que tem permitido na Zona Oriental de Lisboa o fecho de empresas e a destruição de largos milhares de

postos de trabalho por via de despedimentos, rescisões e reformas, a maioria delas de forma antecipada.»

Destacando as responsabilidades do Governo e do PSD nestas situações, o comunicado conclui:

«O OD do Sector Oriental de Empresas do PCP saúda a luta, a unidade e a combatividade dos trabalhadores da zona contra o fecho de empresas, o desemprego, a lei antigreve, pela redução do horário de trabalho e contra o Orçamento de miséria que o PSD quer impor aos portugueses.»

# Congresso de deficientes exige igualdade de oportunidades

Os deficientes portugueses estiveram no fim-de-semana passado em Congresso. São oito por cento da população e têm muitas razões de queixa do Governo

Os cerca de 400 delegados do quinto Congresso Nacional de Deficientes exigiram, no Porto, a revogação da nova Lei Orgânica do Secretariado Nacional de Reabilitação.

Os representantes de 21 associações de deficientes portugueses contestam a redução de 40 para apenas duas organizações não governamentais naquele secretariado imposta pela nova lei.

A Lei Orgânica do SNR, que os deficientes pretendem seja dependente da presidência do Conselho de Ministros e não do Ministério do Emprego e Segurança Social, prevê que as duas organizações não governamentais sejam nomeadas pelo Executivo.

«O Governo assim não dialoga, faz um monólogo», disse à Agência Lusa um dirigente da União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes (UCNOC), que organizou o Congresso.

Após dois dias de trabalho, os congressistas que representam cerca de 800 mil deficientes existentes em Portugal, aprovaram um caderno reivindicativo com mais de 40 pontos que exige a realização e um recenseamento nacional de deficientes e a criação de um Cartão Nacional de Deficiente.

O caderno reivindicativo incide principalmente na reabilitação dos deficientes propondo o lançamento pelo Governo de um programa de sensibilização para a prevenção da deficiência, a criação de um Serviço Nacional de Reabilitação dotado de centros regionais e a abolição da «Administração» entre deficientes civis e militares. Os deficientes portugueses exigem que a sua organização nacional, a UCNOD, seja considerada pelo Governo como parceiro social e participe no

Conselho Económico e Social, argumentando que a estrutura representa quase oito por cento da população portuguesa.

O documento aprovado por maioria e aclamação reivindicava ainda a aprovação pelo Governo e autarquias de um plano de eliminação das barreiras arquitectónicas, o cumprimento das quotas de emprego para deficientes, a sua prioridade no acesso à Função Pública e a criação de condições para o trabalho no domicílio.

A integração da criança deficiente no sistema regular de ensino, a garantia de escolaridade obrigatória gratuita para a criança deficiente e um maior apoio às instituições de ensino especial são outras das cerca de 40 reivindicações dos participantes no congresso, que defendem também o lançamento, pelo Governo, de uma campanha de âmbito nacional de esclarecimento e sensibilização para a vacina contra a Hepatite B.

Além de reclamarem que esta vacina seja «cem por cento comparticipada pelo Estado», os deficientes pretendem ainda que a hemofilia seja considerada «doença social com direito a medicamentos gratuitos».

Num dos pontos do caderno reivindicativo apela-se para o governo no sentido de conceder subsídios para alta competição aos atletas deficientes, principalmente aos que participaram nos Jogos Olímpicos para Deficientes de Barcelona e conquistaram, «ao contrário dos outros», várias medalhas.

A ratificação e implementação pelo Executivo português da declaração de Harare sobre igualdade de oportunidades para deficientes e a criação de um Instituto Nacional para a Gestão dos Acidentes e Doenças Profissionais são outras das reivindicações.

# Quase 750 mil deficientes

Actualmente existem cerca 738 mil deficientes, segundo dados de Dezembro de 1991, incluindo pessoas com deficiências físicas, mentais, visuais, auditivas e outras.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas tem cerca de 13 000 associados.

A zona de Lisboa e Vale do Tejo é aquela onde habita o maior número de deficientes, 284 800.

Na zona Norte residem 196 300, na zona Centro 190 400, no Alentejo 39 200 e no Algarve 27 300.

A Guerra Colonial nas três frentes de combate causou perto de nove mil mortos e 30 mil feridos portugueses, de acordo com as estatísticas oficiais.

O Estado-Maior do Exército divulgou recentemente dados, referindo um número de 8290 mortos militares daquele ramo entre 1961-74 (Angola, 3258, Moçambique, 2962 e Guiné-Bissau, 2970).

No mesmo período, os feridos ascenderam a 26 223.

Na primeira Grande Guerra (1914 a 1918) faleceram nos territórios de operações da Europa e África 7208 militares e ficaram feridos 14 884, ainda segundo estatísticas oficiais.

Entre 1961 e 1973, estiveram em serviço militar em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau mais de 1300 mil soldados, uma parte substancial de recrutamento local.

Mais de 50 por cento desses soldados (mais de 700 mil) passaram por Angola, seguindo-se Moçambique (perto de 350 mil) e Guiné-Bissau (cerca de 270 mil).

# PCP defende revogação do aumento das propinas e denuncia manobra em torno do Orçamento

O Gabinete de Imprensa do PCP emitiu na passada sexta-feira uma nota a propósito do aumento das propinas e do chamado «contrato» com as associações estudantis, que transcrevemos:

«A tentativa do Governo impor um aumento significativo das propinas nas Universidades e nos restantes estabelecimentos públicos do ensino superior, como primeiro passo no sentido dos alunos passarem a pagar o chamado custo real do ensino público, constitui uma medida contra a qual o PCP desde a primeira hora se manifestou.

«Porque se trata de uma política contrária aos interesses nacionais e ao desenvolvimento do país, que justificado exige o alargamento do ensino superior público e a elevação da sua qualidade.

«Porque é uma medida que fere profundamente os direitos educativos do povo português e em particular da juventude, que tornam indispensável não menos mas mais democratização do ensino, e não menos mas mais garantias no que respeita à igualdade de oportunidades e de acesso e êxito escolar.

«E porque se trata, também, de uma política do Governo e do PSD que viola flagrantemente o espírito e a própria letra da Constituição, que expressamente fixa a incumbência do Estado «estabelecer progressivamente a gratuitidade de todos os graus de ensino».

«Contra a demagogia e o primarismo dos argumentos do Governo, que desde o ministro da Educação ao próprio Primeiro-Ministro, se empenham em justificar o

aumento brutal das propinas com propósitos de «justiça social», que além de deslocados do domínio fiscal em que era legítimo que tivessem lugar, se revelam inverdadeiros face à injustiça redistributiva que está consagrada na proposta de Orçamento do Estado apresentada na Assembleia da República, os estudantes das Universidades têm vindo (com o significativo apoio de muitos professores e de importantes estruturas académicas) a desenvolver um massivo e cada dia que passa mais generalizado movimento de resistência ao

pagamento do aumento das propinas.

«O PCP, ao mesmo tempo que sublinha o crescente isolamento em que o Governo se encontra e que valoriza as expressões de unidade e de combatividade que os estudantes estão a dar provas, chama vivamente a atenção para as manobras que estão em curso para tentar quebrar a justa resistência ao aumento das propinas.

«É o caso do chamado «contrato» com associações estudantis, em que o Governo pretende apresentar como contrapartida ao aumento das propinas medidas que,

além de insuficientes, elementarmente fazem parte dos seus deveres básicos em relação ao ensino superior público.

«Constitui motivo de particular denúncia o facto do Governo, face à legítima oposição de órgãos académicos ao aumento das propinas, pela calada e através do artigo 55º da proposta de lei nº 37/VI (Orçamento do Estado para 1993), pretender retirar aos órgãos competentes das Universidades e dos Institutos Politécnicos o direito de fixarem o montante das propinas, o que viola de uma forma grosseira o

princípio da autonomia universitária.

«O PCP reafirma a sua solidariedade e apoio aos estudantes do ensino superior em luta. E coerente com a posição que desde a primeira hora assumiu, defende e reclama a revogação da Lei nº 20/92 que estabelece o aumento brutal das propinas e junta a sua voz ao largo movimento de opinião que se vem manifestando no sentido da sua não aplicação».

23 de Outubro de 1992

O Gabinete de Imprensa do PCP

## Odete Santos Rectificação

Na peça sobre a Câmara Municipal de Setúbal, publicada a semana passada, referimos, por lapso, que a camarada Odete Santos havia solicitado a suspensão de mandato de vereadora da CDU na CM de Setúbal «por motivos de ordem particular». Na verdade, o acto não teve nada a ver com questões particulares, pois a camarada Odete Santos pediu a suspensão do mandato de vereadora pela linear impossibilidade de continuar a compatibilizar essa tarefa com a de deputada do PCP na Assembleia da República, onde, naturalmente, continua.

A nossa camarada e aos leitores, apresentamos desculpas pelo lapso.

## VI Conferência Nacional Exigir estatuto de parceiro social para o MURPI

Sob o lema «Só o Portugal de Abril respeitará o Outono da Vida» o MURPI (Movimento Unitário dos Reformados Pensionistas e Idosos) vai realizar no próximo sábado, em Loures, a sua sexta Conferência Nacional onde o movimento irá exigir o estatuto de parceiro social, tempo de antena na rádio e na televisão e a participação em todas as estruturas oficiais cuja actividade diga respeito aos idosos: «Não poderemos continuar a ser discriminados e ignorados pelos responsáveis governamentais e outros órgãos do poder, bem como pela comunicação social, com destaque para a televisão», afirma-se numa moção que irá ser apresentada pela Coordenadora Nacional do MURPI ao plenário desta conferência.

A conferência realizar-se-á no Pavilhão Paz e Amizade e da ordem de trabalhos destaca-se a discussão e votação da proposta de alteração dos estatutos do MURPI, a ratificação

de novas adesões ao MURPI, a análise da situação económica e social dos reformados (com discussão em pontos específicos sobre habitação, saúde, tempos livres e segurança social) e a aprovação de um caderno reivindicativo de onde serão destacadas algumas reivindicações prioritárias.

Esta conferência vai fazer igualmente o balanço do trabalho do MURPI desde a V Conferência Nacional, realizada em 1987. O MURPI representa milhares de reformados, pensionistas e idosos organizados em centenas de Associações e Comissões espalhadas pelos vários distritos do país.

O MURPI tem desenvolvido intensa actividade reivindicativa junto dos órgãos de soberania: Presidente da República, partidos políticos, grupos parlamentares com assento na Assembleia da República em defesa dos interesses dos reformados, um universo que hoje constitui mais de dois milhões e 300 mil indivíduos.

# JCP repudia a imposição do pagamento das propinas

Reunido no sábado passado em Lisboa, o Executivo da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa «apreciou os aspectos mais relevantes da atitude do Governo de pretender utilizar o Orçamento do Estado para impor a aplicação da contestada Lei das Propinas». Apreciou ainda a «exigência da revogação do recente despacho sobre trabalhadores-estudantes e aspectos da actividade da

JCP, designadamente no âmbito da participação dos jovens comunistas no XIV Congresso do PCP e ainda a realização de diversas iniciativas no âmbito do 13.º aniversário da JCP».

Da nota enviada à nossa Redacção destacamos os seguintes passos:

«O Executivo denuncia vivamente a atitude do Governo de, face à justa contestação dos estudantes do Ensino Superior à Lei das

Propinas e à resistência que tem sido oposta à sua aplicação, tentar impor, na Lei do Orçamento do Estado, a fixação automática do valor das propinas, ao contrário do que dispõe a lei que o próprio Governo fez aprovar e em clara violação da Autonomia das Universidades e dos Institutos Politécnicos.

«A JCP repudia a atitude do Governo de, ao mesmo tempo que procura impor por formas ínvias o pagamento

de propinas elevadíssimas, procurar enganar os estudantes e quebrar a sua oposição à Lei das Propinas, através de um chamado "contrato social" cozinhado entre o Governo e a JSD, que não passa de uma encenação de promessas, cujo cumprimento é inclusivamente desmentido pela proposta restritiva de OE para 93 que o Governo apresentou na Assembleia da República.

«O Executivo da DN exige a imediata revogação do despacho conjunto 35/SEEPS/SERE/92, por considerar que esta medida do Governo é uma afronta ao trabalhador-estudante e claramente violadora do seu estatuto, e demais legislação vigente (nomeadamente no que diz respeito à intromissão na relação trabalhador-estudante/entidade empregadora, e na ingerência nas incumbências previstas na lei 26/81 que estipula nomeadamente no que cabe ao trabalhador-estudante, fazer prova junto da entidade empregadora da sua condição de estudante, comprovar a sua assiduidade às aulas no final de cada período, para beneficiar das regalias previstas na Lei).»

# Maastricht em debate em Coimbra e na Figueira

No passado dia 16 realizou-se em Odemira, no Teatro Avenida, uma sessão-debate sobre Maastricht, que teve como principal orador convidado o camarada João Amaral, deputado à Assembleia da República e membro do Comité Central do PCP.

A iniciativa, a que assistiram mais de 150 pessoas, foi promovida em conjunto pela Comissão Concelhia de Coimbra e pelo Sector Intelectual de Coimbra do PCP e decorreu com viva participação do público, que formulou à mesa numerosas e variadas questões acerca do significado, alcance e consequências da eventual ratifi-

cação daquele Tratado por Portugal e para os portugueses e acerca da inaceitável forma como o Governo e a Assembleia da República, com a grave culpabilidade do PS, mantêm o povo português afastado do debate e do esclarecimento sobre Maastricht.

Também no dia 16 do corrente, com a participação de cerca de 80 pessoas, realizou-se na Figueira da Foz, no Hotel Costa de Prata, uma sessão-debate sobre o mesmo tema, com a participação do camarada Sérgio Ribeiro, deputado comunista no Parlamento Europeu. Igualmente neste debate, promovido pela Comissão Concelhia da

Figueira da Foz do PCP, a participação do público foi muito activa e interessada.

Ambas as iniciativas se integraram no numeroso conjunto de acções que a DORC do PCP tem impulsionado por todo o distrito e inserem-se na campanha em curso pela realização de um grande debate nacional e de um referendo pela não ratificação do Tratado de Maastricht.

## O falecimento de Seíça Neves

A propósito do recente falecimento de Seíça Neves, destacado democrata que foi deputado eleito nas listas da CDU, representando então o MDP nas legislativas de 85/87, o Secretariado da Direcção da Organização Regional de Aveiro do Partido Comunista Português emitiu uma nota em que expressa publicamente o seu pesar pelo desaparecimento do dr. João Manuel Caniço de Seíça Neves, ocorrido em 14 do corrente, e que «foi ao longo dos anos companheiro de muitas lutas e acções».

## A «reestruturação» das polícias

«Ao contrário do que o Governo anunciou, esta reestruturação não assegura a melhoria das condições de segurança das populações», afirma uma nota do Executivo da DORL do PCP, que apela «à população do distrito, às autarquias locais e outras organizações para o necessário esclarecimento sobre o problema e consequente oposição a todas as medidas que em concreto contribuem para aumentar a intranquilidade dos cidadãos e agravar as tensões e problemas sociais».

## Despedimentos em Ovar

«Generalizam-se os despedimentos sob a capa de rescisões, ditas por mútuo acordo», denuncia a Comissão Concelhia de Ovar do PCP. «Assiste-se por este meio à redução drástica de postos de trabalho em duas importantes unidades industriais de Ovar: «F. Ramada» e «Efacec Motores».

«Depois de recorrer a todas as formas de pressão e intimidação, a administração desta última empresa chega mesmo ao cúmulo de elaborar uma lista de 18 trabalhadores disponíveis — na sua esmagadora maioria dirigentes e activistas sindicais —, procurando consumir um verdadeiro despedimento político».

## A Lei da Rolha

O Sector de Artes e Letras do PCP, em comunicado do seu Organismo de Direcção, «reclamam o fim das perseguições aos arqueólogos e o apoio à Arqueologia portuguesa.

«A instauração de processos disciplinares a quadros superiores do IPPAR por terem manifestado a sua solidariedade a Luís Raposo, também recentemente vítima de processo, é mais uma manifestação do isolamento da política do PSD na área da Cultura, em particular do Património», afirma o comunicado, que continua:

«Como todos reconhecem, no IPPAR de hoje tudo está pior do que já estava no IPPC de ontem. Os protestos realizados contra esta política vêm de todos os quadrantes de opinião.»

# PIDDAC de 1993 agrava marginalização do Alentejo

Numa primeira apreciação do PIDDAC para 1993, a Direcção da Organização Regional de Évora do PCP verifica, «por parte do PSD, o agravamento da marginalização do distrito e do Alentejo», afirma-se na nota do Gabinete de Imprensa da DOREV.

A nota sublinha que os investimentos caem para menos de metade do ano passado, «ou seja cerca de 3,3 milhões de contos para cerca de 1,5 milhões de contos, verba que corresponde a 0,3 por cento do total nacional do PIDDAC».

«Obras de grande vulto, como a citada Barragem dos Minutos, Hospital do Patrocínio, Pavilhão Gimnodesportivo em Évora e itinerários regionais não estão previstos para 1993. Com estas medidas o PSD veta mais uma vez a concretização de projectos fundamentais para as populações do Distrito e do Alentejo.

«Nesse sentido é oportuno lembrar que o sr. governador civil, afirmou publicamente que a Barragem dos Minutos iria ser considerada no PIDDAC/93, assim como outras obras. É caso para perguntar: andará o governador civil a brincar com o povo do Distrito? Consideramos que quem tem responsabilidades como o Governo Civil deve falar a verdade, ser transparente e responsável nas suas afirmações, o que não é o caso.»

E a nota DOREV continua:

«Num ano de grande seca, questão particularmente importante sentida pelos agricultores e populações alentejanas, o Governo PSD não inscreve nenhum investimento de vulto na área dos recursos hídricos e como é óbvio nada diz sobre o Alqueva, sendo ainda mais preocupante se tivermos em conta as declarações recentes a um jornal diário do ministro Valente de Oliveira, o qual coloca várias interrogações até à deliberação final sobre Alqueva.

«Em áreas tão importantes como as estradas algumas das quais tinham verbas no OE de 1992 e continham programação para vários anos, deixaram de constar na actual proposta de Orçamento de Estado.

«A DOREV do PCP repudia o comportamento da actual maioria na Assembleia da República para com quase 1/3 do território nacional e sua população e apela às diversas organizações sociais e económicas que tomem posição face a tão grave comportamento do Governo e do PSD.

«Rafirmamos o empenhamento do deputado do PCP eleito pelo círculo de Évora e de todo o grupo parlamentar do PCP no diálogo com as diversas organizações do Distrito para a elaboração de propostas concretas que vamos pôr na Assembleia da República, na defesa dos interesses do Distrito, do Alentejo e das populações.»

# Populações de Celorico sujeitas aos caprichos da Câmara Municipal

Em nota intitulada «Até quando as populações de Celorico da Beira estão sujeitas aos caprichos da Câmara Municipal», a Organização Concelhia do PCP dá conta da «situação calamitosa» a que chegou o concelho «quanto ao abastecimento de água nos últimos anos e a morte dos peixes no rio Mondego», exigindo medidas urgentes». Tal situação, afirma a nota, «exige ainda o empenhamento de todos os interessados, populações, autarquias e organizações sociais e políticas».

Para além das propostas que adianta, a organização do PCP em Celorico da Beira divulga ainda «algumas verdades» e faz algumas críticas:

«A extracção de areias autorizada em tempos pela Hidráulica do Mondego teve consequências muito negativas na diminuição do caudal do rio, já que, os açudes existentes perderam capacidade para segurar as águas. A proibição mais tarde decidida, por falta de fiscalização, foi incapaz de acabar com esta prática criminosa. Os processos levantados foram mais tarde arquivados por insuficiência de provas, ou melhor, foram feitos para não darem nada...»

«Mas a Câmara Municipal também tem responsabilidades. Em vez de atacar o problema a fundo, fazendo o levanta-

tamento dos açudes existentes, sua manutenção, e de outras medidas, lançou-se em acções ilegais e despropositadas, como aquela de ir com as máquinas para os Baldios de Videmonte para aí captar água. A população desta localidade opôs-se terminantemente e a Câmara teve de recuar ficando sem soluções imediatas. Falta a água à população, morrem os peixes no rio, a responsabilidade é da Câmara Municipal e da maioria PSD que a gere.

«O PCP e a CDU não fazem só críticas, também fazem propostas e tomam medidas ao seu alcance. No ano passado segundo da discussão do Orçamento de Estado foi o Grupo Parlamentar do PCP que propôs uma verba de 50 000 contos para o início das obras de abastecimento de água ao nosso Concelho. A maioria PSD na Assembleia da República votou contra e o PS absteve-se. Porquê? Não o sabemos. Seria bom que os habitantes perguntassem aos Deputados destes Partidos e aos responsáveis locais, o porquê de tal posição! A CDU propôs ainda, várias vezes e em diversos anos, que a Câmara procedesse ao levantamento dos açudes e se tomassem medidas para a sua conservação. Hoje, tal como ontem, propomos que desde já se tomem medidas para não chegarmos ao próximo Verão com falta de água.»

## Inglaterra

# Manifestação em Londres contra encerramento de minas

Mais de cem mil pessoas manifestaram-se em Londres, em protesto pelo encerramento de 31 minas de carvão e o despedimento de 31 mil mineiros. Uma manifestação que se transformou numa grande marcha de protesto contra o conjunto da política económica e social do governo.

A manifestação à que se segue a outra, realizada a semana passada, de solidariedade com os mineiros à começou nas margens do rio Tamisa e terminou em Hyde Park, onde discursaram o presidente do sindicato dos mineiros, Arthur Scargill, o líder trabalhista, John Smith, e o chefe do partido social-democrata, Paddy Ashdown.

«Se o governo ignorar este protesto, será o governo a ser despedido pelo povo», disse Scargill.

«Desça aos poços que quer fechar e veja o investimento e

maquinaria moderna que serão deitados fora se esta decisão for mantida», disse o dirigente trabalhista Smith, acrescentando à «Pergunte sobre as reservas de carvão que serão abandonadas e pense nos fornecedores, companhias britânicas e trabalhadores que vão perder os seus empregos».

A empresa nacionalizada «British Coal» anunciou, a 13 de Outubro, que ia parar a produção em 31 poços, com o despedimento de cerca de 30 mil mineiros.

Com cartazes em que se lia «A Inglaterra não pode trabalhar sem empregos» e «Despeçam Major, não os mineiros», os mineiros, famílias, sindicalistas e outros trabalhadores desfilarão pelo centro de Londres.

As manifestações contra a política governamental deverão continuar em Londres e noutras cidades do país.

## Semana do Desarmamento assinalada em Portugal



Em 1990, a generalidade dos países atribuiu 15 por cento do seu orçamento ao sector da defesa.

Este um dado inserido no último Relatório do Instituto de Pesquisas para a Paz de Estocolmo, e referido pelo director do Centro da ONU em Lisboa, Carlos Santos, em encontro com a Imprensa para divulgação das ini-

ciativas promovidas pelo Centro da ONU e o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), para comemorar a semana mundial de desarmamento das Nações Unidas.

O responsável das Nações Unidas sublinhou, em particular, que o orçamento gasto pelos países com a defesa daria para manter a ONU durante dois anos ou reduzir a fome e criar sistemas de cuidados de saúde para as populações mais carenciadas.

Falando em nome do CPPC, o dirigente do Conselho Português para a Paz e Cooperação, António Pedro Carvalho, anunciou as iniciativas que marcam a semana do desarmamento (24 a 30 de Outubro), com realce para os debates sobre o papel das Nações Unidas, desarmamento e desenvolvimento e conflitos regionais (este último a realizar dia 4 de Novembro, em Coimbra).

Saudou ainda a edição «Agenda para a Paz», do secretário-geral da ONU.

## Declaração do CPPC

«Apesar do desanuviamento Leste-Oeste, apesar do fim da guerra-fria, persistem, e nalguns casos acumulam-se, sinais preocupantes nas relações internacionais e na situação interna de alguns países que podem degenerar em conflitos de alta intensidade» à afirma-se na Declaração do CPPC, a propósito do «Dia das Nações Unidas» e da «Semana Mundial de Desarmamento das Nações Unidas», de que aqui reproduzimos largos extractos.

«Persiste a ameaça de proliferação das armas de destruição massiva e aumenta o chamado arsenal bélico clássico. Consolidam-se e reforçam-se blocos e alianças militares, nalguns casos aumentam as despesas com armas e na defesa. A insegurança social alimenta perigosamente o recrudescimento de movimentos racistas e de violência interétnica. A guerra voltou a ensanguentar o solo europeu 47 anos depois da 2ª Guerra Mundial.»

«As decisões tomadas pela comunidade internacional na histórica Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento estão muito longe de serem implementadas. Milhões de pessoas são vítimas da guerra, da seca e da fome. Continuam sem resolução as decisões há muito tomadas sobre o direito de alguns povos à independência e à autodeterminação, como são os casos do povo maubere e do povo palestino.»

«A solução de alguns conflitos nacionais ameaça arrastar-se ou recuar de forma dramática. Neste capítulo, o CPPC está particularmente preocupado com o desenrolar do processo eleitoral em Angola e o não cumprimento dos Acordos de Bicesse, bem como o não cumprimento dos Acordos de cessar-fogo em Moçambique e a resistência do Governo da minoria branca na África do Sul em reconhecer a plenitude de direitos da maioria negra.»

## Rússia

# Milhões de desempregados

A reestruturação da indústria russa irá gerar 10 milhões de desempregados até final de 1992, indicou, em Genebra, o Gabinete Internacional do Trabalho (GIT), confirmando a aceleração da degradação do mercado de trabalho.

Com base num estudo sobre 500 empresas industriais, o GIT refere que, entre Setembro de 1990 e Junho de 1992, as firmas suprimiram em média 15 por cento dos seus efectivos, tendo a

redução sido superior a 16 por cento nas sociedades estatais ou com vínculos ao Estado.

«A afirmação segundo a qual as empresas do Estado mantiveram os seus efectivos devido à sua inércia, não é confirmada pelos números», declarou Guy Standing, responsável do GIT.

A Organização Internacional do Trabalho confirma as previsões feitas no início do ano, prevendo que a situação vá ainda piorar, com

mais de 40 por cento das empresas a pretenderem afectar despedimentos até meados de 1993, enquanto 11 por cento apenas visam ajustamentos.

Entre as empresas que empregam mais de mil assalariados, 60 por cento vão proceder a reduções de efectivos.

Em nove meses, de Setembro de 1991 a Junho de 1992, os salários subiram em média 680 por cento, o que significa um ritmo infe-

rior ao da inflação durante o mesmo período.

Em Junho, o salário mensal médio de 3500 rublos representava menos de 20 dólares (menos de três mil escudos).

«A derrocada da produção industrial, o rápido declínio do emprego industrial e a queda dos salários reais conduzem a níveis de desemprego que ultrapassam os piores registados na Europa central e oriental», considerou Standing.

## Lituânia

Partido Democrático do Trabalho da Lituânia (PDTL), antigo partido comunista daquela República báltica, ganhou ao movimento nacionalista «Sajudis», actualmente no poder, as eleições parlamentares de domingo.

Segundo dados preliminares, dos 70 lugares do Parlamento votados por listas partidárias, o PDTL obteve 33, contra apenas 19 para o «Sajudis», cujo o presidente de honra é o actual chefe do Parlamento, Vitautas Landsbergis.

Os partidos de direita falam agora de ressurgimento da «ameaça comunista».

## Brasil

Presidente interino do Brasil, Itamar Franco, nomeou o deputado do Partido Progressista Social (antigo Partido Comunista), Roberto Freire, líder da coligação governamental na Câmara de Deputados.

Na palavras de Itamar Franco, o deputado progressista aceitou representar o governo no Congresso porque, a partir de agora, «os problemas sociais serão prioritários aos económicos».

## EUA

Capital federal norte-americana, Washington, encerrou durante um dia, por razões orçamentais, a maioria dos seus estabelecimentos públicos, designadamente as escolas, as repartições, as bibliotecas e todos os serviços considerados não essenciais.

A medida, aprovada por um juiz, abrange cerca de 43 mil funcionários municipais, que tiveram um dia de folga sem vencimento. Apenas os funcionários de serviços considerados essenciais à saúde e à segurança pública foram trabalhar.

Este encerramento é apenas o primeiro de uma série de doze a efectuar no espaço de um ano à medida de um por mês, no âmbito de um plano que permitirá economizar 36 milhões de dólares no orçamento municipal de Washington, que deverá ter este ano um défice de 490 milhões de dólares.

## Chipre

Os porta-vozes dos líderes das duas comunidades cipriotas retomaram em Nova Iorque as conversações sobre a reunificação da ilha de Chipre, cuja parte Norte está ocupada desde 1974 pelo exército turco.

O Conselho de Segurança da ONU pediu às duas comunidades que «mostrem a vontade política necessária» e cheguem a um acordo baseado num «conjunto de ideias» proposto pelo Secretário-Geral da ONU, Butros-Ghali.

O chefe da comunidade cipriota-turca, Rauf Denktash, continua a recusar «o conjunto de ideias» e o «documento Ghali» que fixa uma nova repartição territorial, conferindo 29 por cento de ilha à sua comunidade, contra os actuais 37 por cento.

Do lado cipriota-grego e do presidente George Vassiliou, aceita-se «o conjunto de ideias» de Butros-Ghali como um «quadro de negociação», mas colocam-se interrogações quanto à viabilidade das cláusulas sobre a partilha do poder.

## El Salvador

Quarenta e dois crânios e cadáveres humanos foram descobertos numa vala perto de um antigo mosteiro na localidade salvadorenha de El Mozote.

A descoberta foi efectuada por um grupo de peritos estrangeiros e salvadorenhas que investigam sob a supervisão da ONU um massacre perpetrado há onze anos.

Muitos dos crânios encontrados no local têm perfurações de bala e pertencem a crianças, enquanto os corpos mutilados apresentam vestígios de agressões, indicaram fontes judiciais na capital salvadorenha.

Testemunhas acusam as tropas do batalhão salvadorenho de elite «Atlatl» de terem morto, entre 11 e 13 de Dezembro de 1981, mais de mil camponeses por alegadamente serem «colaboradores» da guerrilha.

## Nuclear

Rússia efectuará «dois ou três» ensaios nucleares no arquipélago ártico de Novaia Zemlia, depois de terminada a 1 de Julho de 1993 a moratória e se os EUA retomarem os seus testes.

O anúncio foi feito na televisão pelo ministro da Energia Atómica, Viktor Mikhailov.

O presidente russo Boris Ieltsin prorrogou por oito meses uma moratória aos ensaios nucleares decidida em Outubro de 1991, pedindo à China e à Grã-Bretanha que sigam o exemplo da Rússia, França e EUA.

A França suspendeu os ensaios por um ano, a 8 de Abril, e os Estados Unidos decretaram a 2 de Outubro uma moratória de nove meses.

# Função Pública e Saúde são novas etapas Governo subverte papel do Estado

## PCP rejeita novo Estatuto do Serviço Nacional de Saúde

### «Para a política social restam apenas os carochos»

«Ao definir que "além do Estado respondem pelos encargos resultantes da prestação de cuidados de saúde prestados no quadro do SNS (...) os beneficiários na parte que lhes couber tendo em conta as suas condições económicas e sociais" (Artº 23º) e admitir que, por decisão dos Conselhos de Administração das ARS os preços a cobrar "são fixados em cada região de saúde... dentro dos limites mínimos e máximos... estabelecidos por portaria do ministro da Saúde" (Artº 25º) o que abre caminho a que se pague pelo mesmo serviço de forma diferente consoante se viva no Algarve ou no Minho, o Governo viola grosseiramente princípios fundamentais da Constituição tais como o princípio de igualdade dos cidadãos perante a lei (Artº 13º CRP) e o Artº 64º ao subverter o princípio de um SNS "tendencialmente gratuito" com uma prática que o afirma cada vez mais como tendencialmente pago» - esta uma das afirmações de José Soeiro, membro da Comissão Política do PCP, numa conferência de imprensa sobre o novo Estatuto do Serviço Nacional de Saúde onde o dirigente comunista fez o levantamento de algumas das mais negativas características da chamada «Reforma Arlindo».

Do texto lido nessa conferência de imprensa realizada a semana passada, e onde participou o deputado do PCP e médico, Luís Peixoto, transcrevemos algumas passagens:

«Desde logo chamo a atenção para um dos seus aspectos mais gravosos, que há muito vínhamos denunciando, e que é o facto do Governo vir a impor aos portugueses o pagamento dos cuidados de saúde prestados no quadro do SNS, procurando assim empurrá-los para os braços das seguradoras e outros esquemas privados de saúde, transformando o direito à saúde num desenfadado negócio, em que o lucro se sobrepõe aos interesses dos cidadãos, com custos incontroláveis para a maioria dos portugueses e gastos crescentes para o país sem que tal signifique obrigatoriamente, qualquer melhoria dos cuidados prestados mas sendo certo que se traduzirá num maior agravamento do já difícil acesso, por parte de um número cada vez maior de portugueses, a este direito fundamental que é o direito à saúde»

(...) «Dir-se-ia que, inspirado na Europa a duas velocidades para que tem vindo a empurrar Portugal, o Governo Cavaco/PSD procura impor agora a criação de uma Serviço Nacional de Saúde a várias velocidades.

«Velocidades diferentes para os portugueses com mais recursos e os que deles carecem e, com a criatividade e imaginação a que nos têm habituado ao longo da sua governação, velocidades diferentes consoante a região do país onde se reside.

«Quanto ao chamado Seguro Alternativo de Saúde (Artº 24º) pode afirmar-se que ele é parte integrante da estratégia que o PSD tem vindo a desenvolver no sentido de abrir portas ao negocismo e tráfico de influências das Seguradoras e outras esquemas de saúde privados através da imposição da sua consigna "quem quer saúde paga-a!"

«Na verdade, ao impor o pagamento, no todo ou em parte, dos custos dos cuidados de saúde, o Governo sabe que os portugueses, conscientes que não terão meios para suportar esses mesmos custos e confrontados com a necessidade de evitar situações dramáticas no futuro, acabarão, aparentemente de forma voluntária e à custa de novos sacrifícios na sua vida familiar, por cair nas malhas das Seguradoras que, certamente não por mero acaso, têm vindo a intensificar a sua aliciante propaganda no sentido de nos convencer da sua necessidade.

«É significativo que, sobre matéria tão relevante, o "decreto-lei" nos remeta para uma portaria a publicar ulteriormente, permitindo entretanto o ministro da Saúde que sobre o assunto se vão avançando as mais diversas e controversas teses. «Dizer-nos que aguardam os resultados de estudos em curso é atirar-nos com areia para os olhos ou então teríamos que concluir estar perante uma grande irresponsabilidade e leviandade não só de Arlindo de Carvalho como de todo o Conselho de Ministros. Se aguardavam estudos como explicar tanta pressa na aprovação do decreto-lei? Se aguardavam estudos porque violaram a própria legalidade fugindo à obrigatoriedade de audição das organizações representativas do sector?»

«Por outro lado, falar em subsídios de 25 mil escudos ou mesmo mais, a descontar no IRS, é contar-nos o conto do vigário. Toda a gente sabe que qualquer seguro de saúde individual, para garantir uma razoável cobertura, atira logo para 40 contos e um seguro familiar, para um agregado de 4 pessoas, saindo mais económico, atirará sempre para mais de 150 contos.

«E não será de mais lembrar que os actuais seguros chamados de "cobertura total", apesar dos custos referidos, não só não cobrem o total dos custos como cobrem valores limitados, por um período de tempo determinado e cessam aos 65 anos que é exactamente quando mais se necessitaria deles.

«Pode assim afirmar-se que o chamado Seguro Alternativo de Saúde não é, na realidade, mais do que um imposto complementar para a saúde, aparentemente voluntário, que os portugueses irão pagar e que irá directamente, não para os cofres do Estado ou para o SNS, mas para os cofres das Seguradoras. «Outra grande questão que o novo Estatuto levanta é a entrega da gestão de instituições e serviços do SNS a entidades privadas ou grupos de médicos em regime de Convenção (Artº 28º). Como no resto de todo o documento a filosofia não pode ser mais clara. O Estado investe e o privado explora o que lhe convém e seja lucrativo. O Estado deixa de ser providência para os trabalhadores para o ser cada vez mais para o capital que o parasita de forma crescente.

«Mas não menos grave é o facto de apesar de se invocar o concurso público como regra, ficar aberta a possibilidade para "a entrega ser feita por ajuste directo mediante a resolução do Conselho de Ministros" (Artº 29 ponto 2).

«Tendo presente os escândalos e negociações feitas em torno das empresas do SEE não será difícil ver nesta abertura a excepção que passaria à regra transformando a entrega de instituições e serviços do SNS, criadas com o investimento público, num descarado tráfico de influências, corrupção e novos escândalos.

«Mas, outras linhas avançadas em relação à gestão privada e regime de convenção merecem a nossa crítica e condenação.

«A admissão de privatização de diferentes serviços numa mesma unidade de cuidados de saúde é uma delas. Tal medida levaria a uma autêntica babilonização dessas unidades que perderiam todo o carácter integrado que as devia caracterizar com a passagem do doente de utente a cliente e de cliente a utente, vítima dos interesses contraditórios de serviços distintos com ópticas e lógicas de funcionamento diferentes, uns apostados no bem-estar físico e mental do cidadão, outros no lucro fácil, ganancioso e desumano.

«Isto sem referir já as consequências financeiras de todo este esquema que resulta exactamente no inverso do que se anuncia, ou seja aumento das despesas para o Estado.

«Há já a experiência no país onde se podem verificar os resultados negativos desta opção. Unidades de saúde que meteram serviços em regime privado de funcionamento, a partir de uma hora determinada, sofrem já as consequências dessa situação. Com efeito os utentes beneficiários de subsistemas passaram a recorrer aos "horários privados" ficando assim essas unidades, privadas de receitas próprias que resultavam da prestação de serviços aos subsistemas.

«Mas, se por exemplo, o pagamento for por acto médico como refere o Artº 33º vamos assistir à sua multiplicação mesmo quando os mesmos sejam dispensáveis, situação típica da medicina convencional a grande escala. «Veja-se o que se passa em França. Se o "contrato de gestão" for pago não ao acto médico mas por valor global a lógica do lucro irá necessariamente sobrepor-se à quantidade e qualidade dos actos prestados. Na prática os doentes serão afugentados daqueles serviços e quando admitidos, maltratados com o mínimo de meios e de gastos.

«A gestão privada contribuirá igualmente para a degradação da formação dos profissionais de saúde.

«Em Portugal não há qualquer tradição de ensino médico privado e têm sido os hospitais públicos, embora com limitações e oscilações, as grandes escolas responsáveis pelo eleva-

«Arlindo de Carvalho e o Governo Cavaco Silva têm má consciência. Conhecem a gravidade das decisões tomadas, sabem como elas são más para os portugueses e por isso fogem ao debate público das mesmas revelando assim a sua visão administrativista e totalitária da sociedade e a dificuldade que têm em adaptar-se à vivência e às regras da democracia», disse José Soeiro na conferência de imprensa da semana passada.



SEMPRE COM O POVO  
VOLTADOS PARA O FUTURO

do nível da medicina portuguesa. A privatização dos serviços públicos vai fatalmente diminuir drasticamente as possibilidades e nível de formação dos jovens médicos e outros profissionais de saúde e, pelo menos a médio prazo, fazer baixar consideravelmente o nível técnico da medicina portuguesa.

«Sem obrigações de financiamento ao nível da qualificação ou da experiência os privados ficarão em situação privilegiada para aliciar mais facilmente os técnicos mais competentes formados no sector público parasitando-o também por esta via o que, também se reflectirá por sua vez na qualidade de formação dos novos quadros.

«De salientar é ainda o facto de no "novo Estatuto do SNS" o Governo Cavaco/PSD, prosseguir com a farsa da pretensa regionalização e participação das populações. Na verdade a concentração das 18 actuais ARS, que 15 anos depois não passaram do regime de instalação, em apenas 5 não passa de uma operação de desconcentração governamental sem qualquer relação com a instalação de verdadeiras regiões de saúde que logicamente, deveriam ser instituídas no sentido de um genuíno processo de regionalização administrativa do país que Cavaco Silva e a sua maioria parlamentar teimam em obstaculizar.

«É particularmente grave, condenável e inaceitável que o Governo insista numa linha de criar factos consumados com o claro objectivo de impor soluções não debatidas e decididas em sede própria.

«No "novo Estatuto do SNS" é o ministro que tudo decide. O ministro nomeia os Conselhos de Administração das ARS com "perfil adequado" (Artº 8º) os coordenadores sub-regionais (Artº 9º) e, não vá o diabo tocá-las, a própria direcção dos grupos personalizados" (Artº 13º).

«O ministro aprova o regulamento das ARS, (Artº 6º), cria os "grupos personalizados de saúde" (Artº 13º) determinará a criação das "Unidades de Saúde" (Hospitais e grupos personalizados de Centros de Saúde) e aprovará os respectivos regulamentos (Artº 14º) aprova os planos e programas (Artº 15º); define a política de recursos humanos (Artº 17º), decide das admissões temporárias (Artº 18º) aprova os quadros de pessoal (Artº 19º) etc., etc.

«Mas a farsa atinge o seu auge quando se define a forma de "participação das populações na definição da política de saúde".

«Para tal cria o Governo PSD/Cavaco Silva dois órgãos: os "Conselhos Regionais de Saúde e as Comissões Concelhias de Saúde" (Artº 7º). Primeiro, e certamente para evitar leviandades, fixa-se a participação apenas com carácter consultivo (Artº 10º e 11º); segundo, o número de membros de cada uma das entidades que compõem o órgão é determinado por regulamento a aprovar por portaria do sr. ministro da Saúde (Artº 10 e 11º); terceiro, não é feita qualquer referência expressa à participação dos trabalhadores de saúde admitindo-se que, com muito boa vontade, se possa considerar estar a mesma contemplada na alínea b) do ponto 3, do Artº 10º no que concerne aos Conselhos Regionais. «É no entanto claro que essa participação está inequivocamente excluída nas Comissões Concelhias de Saúde; quarto, às Comissões Concelhias de Saúde nem são sequer especificadas quaisquer competências (Artº 11º), o que constitui mesmo um recuo em relação às actuais Comissões Consultivas dos C. Saúde.

«Quanto à propagandeada "participação das populações»

é remetida para "um representante dos interesses dos utentes eleito pela Assembleia Municipal" (Artº 11º alínea f)). Organizações de utentes, do movimento sindical, dos reformados e deficientes, entre outras, não merecem qualquer referência. As populações terão, assim, assegurado o direito à participação por duas vias fundamentais: uma o pagamento dos seus impostos, outra o pagamento dos cuidados de saúde quando tiverem a infelicidade de deles necessitarem.

«Finalmente, em relação aos trabalhadores do SNS o "novo Estatuto" abre portas à discriminação e põe em risco direitos fundamentais dos mesmos ao consagrar a perda de garantia do posto de trabalho para os que recorreram à licença sem vencimento (Artº 22º) e ao determinarem no Artº 6º, pontos 4 e 5, do diploma que o aprova que a colocação de pessoal nas ARS "é feita por lista nominativa homologada por despacho do ministro da Saúde" e que os "que não forem colocados... adquirem a qualidade de excedentes".

«Absolutamente inaceitável é a passagem dos trabalhadores da Função Pública para a dependência de uma hierarquia privada, não se esclarecendo quem, como e em que condições iria fazer a avaliação curricular dos mesmos (Artº 32º).

«Gostaria ainda de desmistificar a grande mentira a que se está a recorrer no sentido de inculcar na opinião pública a ideia de que as medidas agora preconizadas são a panaceia milagrosa para fazer face à situação financeira catastrófica que, como denunciamos no passado dia 29 de Setembro, atravessa a generalidade dos hospitais e ARS, criando a falsa ideia de que este é um problema universal que atinge todos os países da CEE.

«Há na verdade acesos debates e polémicas em torno dos gastos com a saúde e do seu peso em relação ao PIB na generalidade dos países da Comunidade. A verdade porém é que, se aprofundadas as razões, concluiremos exactamente o contrário daquilo que nos querem fazer crer os mais acérrimos defensores do novo Estatuto do SNS. E isto porque os elevados gastos nestes países resultam exactamente, não da existência de um SNS público, universal geral e gratuito, mas do negocismo desenfadado estabelecido na prestação dos cuidados de saúde nesses países, na base de esquemas privados, de seguros e convenções, e que geram não só as mais gritantes injustiças e desigualdades como, visando o lucro, fazem disparar os custos sem com isso elevar a qualidade dos serviços prestados. Sem comparar os valores dos respectivos PIB, o que teria valor em si, não é de mais recordar que Portugal gasta apenas 4% do PIB em saúde contra os quase 15% da França ou dos Estados Unidos e bem longe da média de 8% dos países da OCDE.

«O simples facto da OMS recomendar gastos na ordem de 5% do PIB para os países do 3º Mundo dispensaria mais comentários. Não se pode no entanto deixar passar o facto de Portugal ser o país onde o Estado cobre a menor fatia das despesas do Serviço Nacional de Saúde (53% contra 78% França ou 87% na Inglaterra.

«Os buracos no orçamento da saúde no nosso país, e que já se fala ser de 80 milhões de contos, não resulta pois da existência de um SNS mas da política miserabilista seguida no O. Estado e da gestão centralista, governamentalizada e incompetente imposta pelo Governo Cavaco/PSD. Fala-se muito nos êxitos e maravilhas de política económica do poder laranja mas, pelos vistos, para a política social restam apenas os carochos».

## Convergência e unidade na Administração Pública Greve nacional anunciada para dia 13

Pela primeira vez no nosso país todas as organizações sindicais representativas da Administração Pública convocaram uma greve nacional conjunta. Depois da reunião de 21 do corrente em Lisboa, o SET, a FESAP e a CNS emitiram um comunicado conjunto destacando que, «perante a gravidade das propostas e intenções já anunciadas pelo Governo», decidiram convocar essa forma de luta para 13 de Novembro próximo, uma sexta-feira.

O fundamento da acção convergente, que pode paralisar serviços indispensáveis às populações, designadamente a nível autárquico, deve-se à proposta salarial do Governo para 1993, que «é inaceitável, injusta e discriminatória» — afirmam as comissões negociadoras sindicais (CNS) da FESAP, da Plataforma Reivindicativa Comum (FNSFP) e o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado.

No ponto 1 daquele documento, aprovado após debate da situação no sector e do Orçamento do Estado (proposta do OE/93), destaca-se como inadmissível que «os trabalhadores da Administração Pública continuem a ser lesados pelo processo de convergência nominal com as restantes economias europeias, através da redução do seu salário real».

Pelo que veio a público nos últimos dias, as negociações entre Governo e sindicatos, representados por dirigentes nacionais da CGTP e da UGT, não permitirem desbloquear a situação devida sobretudo ao baixo nível dos aumentos salariais propostos pelo Executivo.

Os 4,5/5,5 por cento (níveis mantidos pelo Governo e em especial pelo ministro das Finanças nas negociações) levaram, por exemplo, a Assembleia de Delegados Sindicais (ADS) do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores (STFPSA) a «recomendar que nenhuma organização sindical assinasse qualquer acordo com o Governo que não contemple a subida do poder de compra dos trabalhadores».

Um possível acordo, que ainda não se vislumbra, deverá incluir o adicional de 2 por cento prometido pelo Governo além dos 8 por cento de aumentos decididos no ano passado pelo Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS) sem o acordo da CGTP.

A ADS reuniu a semana passada em Lisboa e afirmou «a justeza da reivindicação de 12 por cento de aumentos» em 1993.

A mesma Assembleia do STFPSA recomendou também, em 21 do corrente, «a convocação de uma manifestação nacional antes da greve», que pode ocorrer já no próximo dia 6, sexta-feira da semana que vem.

### Convergência real

No comunicado conjunto de 21, as organizações sindicais da CGTP, UGT

e Quadros Técnicos recordam que, «no parecer do Conselho Económico e Social (que substituiu o CPCS) sobre a proposta de Grandes Opções do Plano (GOPs) para 1993, a convergência real deve estar à frente da nominal» com as restantes economias europeias.

Nos termos das GOPs citadas pelos sindicatos, essa realidade é preferível «pelo que representa em termos de nível de vida e de bem-estar». É o próprio Governo que o afirma, como devendo constituir «o fim último» da sua actuação. Essa convergência real, citando mais uma vez as GOPs, «não deverá ser posta em causa».

O que sucede, no entanto, vai exactamente no sentido contrário.

Como pode ler-se no comunicado conjunto, o valor percentual proposto para os aumentos na Função Pública não se traduz num aumento real dos salários para 1993.

Por outro lado, os sindicatos não aceitam «aumentos salariais diferenciados» e reclamam um «referencial de inflação que mereça a credibilidade das organizações sindicais».

Em conjunto, reclamam também: «Uma política de emprego centrada na melhoria e modernização dos serviços públicos, bem como na salvaguarda da segurança de emprego, para o que se torna indispensável a participação sindical em todos os processos de extinção ou reestruturação orgânica de serviços, de que resultem redução dos postos de trabalho ou alterações na situação de emprego dos respectivos trabalhadores»;

«Uma política de emprego centrada na melhoria e modernização dos serviços públicos, bem como na salvaguarda da segurança de emprego, para o que se torna indispensável a participação sindical em todos os processos de extinção ou reestruturação orgânica de serviços, de que resultem redução dos postos de trabalho ou alterações na situação de emprego dos respectivos trabalhadores»;

«Refira-se, por último, que em documento próprio fundamentando reivindicações específicas e aderindo às formas de luta anunciadas, do Stal (Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local) defendia, no princípio desta semana, a «unidade contra a arrogância» do Governo e sublinhava que a greve «é a resposta a que fomos obrigados».

É provável que a maioria dos sindicatos de professores venha a aderir à greve. O da Grande Lisboa (SPGL) foi dos primeiros a anunciar essa decisão.



Também os professores vão aderir à greve da Função Pública (foto de arquivo)

# Indignos

1. As recentes "revelações" vindas a público nos EUA sobre aspectos relacionados com a guerra do Golfo foram praticamente silenciadas pela comunicação social portuguesa. Vindo de quem vem e tratando-se do que se trata, este silêncio não surpreende. Com efeito, a mais sonante destas "revelações" é a que confirma que os EU haviam dado luz verde ao Iraque para invadir o Kuwait - invasão que serviu de pretexto para o deflagrar da guerra do Golfo (a qual viria a revelar-se um chorudo negócio em todos os aspectos para os EUA). Como se sabe, foi a partir da negação do facto agora confirmado que a comunicação social desencadeou a gigantesca maré negra de manipulação e mistificação que poluiu todo o planeta.

Actuando como "arma suplementar do exército dos EU", os *media* mentiram e manipularam intencionalmente, transformaram a liberdade de informação em liberdade de desinformação. É a postura da comunicação social nacional, ramo extremista da nova ordem comunicacional mundial, que importa lembrar agora, tanto mais que ela foi a que mais fielmente cumpriu as decisões dos estrategos do Pentágono.

2. A ofensiva manipuladora assentou em duas "verdades absolutas" essenciais:

- a invasão do Kuwait pelo Iraque, acto de violação do direito internacional, constituía a primeira fase de um projecto de conquista do mundo por um tirano fortemente armado;

- a liquidação por todos os meios necessários deste projecto expansionista era um imperativo democrático, assumido pelo presidente Bush, sentinela vigilante da democracia, da liberdade do direito internacional e dos direitos humanos.

A partir desta grosseira falsificação da realidade uma multidão de escribas oriundos de um largo painel de opções políticas e ideológicas desunhou-se na fabricação de argumentos necessários para fazer triunfar a mentira.

A tese da responsabilidade exclusiva do Iraque, do seu fenomenal poderio militar e das suas ambições expansionistas foi exaustivamente referida:

"O que distingue a agressão iraquiana no Kuwait é a arrogância de um opressor armado até aos dentes e em vias de possuir a arma nuclear" - desinformava um (J. C. Espada); "Não se pode ignorar a responsabilidade última de S. Hussein (...) no desencadear da guerra, nos sofrimentos que ela causou e nas suas consequências", opinava outro (Vital Moreira), fechando um olho à outra parte da realidade; "Saddam vinha (...) armando o seu povo até aos dentes como o decurso da guerra tem vindo a demonstrar" - concluía outro (E. P. Coelho) sem qualquer preocupação de rigor.

Ao mesmo tempo, esfalfavam-se estes e outros na "demonstração" de que se tratava de uma guerra, "justa", "humana", "limpa", "cirúrgica", "sem mortos", graças à perspectiva "humanista" e "libertadora" do imperialismo americano e apesar das práticas criminosas de Saddam Hussein.

"Agora (...) que o terrorismo ecológico planeado antecipadamente se vai consumando, que se vai descobrindo o inimaginável arsenal de terror que ele acumula ...", clamava um "informado" analista (M. Sousa Tavares), o qual, bem bebido em fontes só suas, alertava ainda para o "arsenal de gases químicos e germes bacteriológicos" que Saddam estava prestes a utilizar; "informava" que o Iraque, "friamente envenenou as águas do mar", e numa manifestação de grande respeito pela verdade, pelo rigor e pelos seus leitores, afirmava que "se Saddam ganhasse não ficaria nada de pé no Médio Oriente e o mundo tornar-se-ia inabitável".

A demonstração da inevitabilidade e da justeza da ofensiva terrestre foi outra tarefa de que foram incumbidos os notáveis escribas. Sabendo que o que importava não era dizer a verdade mas, pelo contrário, mentir. Mentir muito, mentir o necessário para que a mentira se impusesse. E assim fizeram todos: se Saddam "tivesse revelado o mais leve sinal de abertura...", escrevia J. C. Espada, fingindo que ignorava a verdade; "Saddam Hussein aceitou deixar o Kuwait incondicionalmente" (...) mas "ignorou o ultimato americano para começar ontem a retirada do Kuwait tornando assim inevitável a batalha terrestre" (...) "Esgotaram-se de facto todos os meios de evitar a guerra" - opinava V. Jorge Silva, scientíssimo

de que estava a escamotear a verdade; e o voluntarioso E. P. Coelho mentia assim: "Tivesse ele (S. Hussein) dada um sinal e a paz era possível".

Toda esta fúria de análises vinha acompanhada de mortíferas intenções visando especialmente Saddam Hussein. Nesta matéria, o mais assanhado no conjunto de assanhados comentadores de serviço, foi o impetuoso E. Prado Coelho que a dada altura confessava: "Para nada esconder do que me vai na alma" (...) "a hipótese mais risonha" é a da "eliminação física de S. Hussein", e temendo que o seu estado de alma não tivesse chegado à Casa Branca insistiu posteriormente: "Fui daqueles que disseram sem qualquer hesitação que seria uma enorme alegria ver a morte de S. Hussein".

O ataque insultuoso aos partidários da Paz foi outra das linhas essenciais de intervenção destes belicosos comentadores. O pacifismo "ou é pura tontaria ou é mera hipocrisia" - sintetizava o bravo Coelho.

E perante tudo isto - que aqui se resume e relembra no momento em que a "revelação" da fraude é silenciada pelos que a difundiram - ganha força a síntese enunciada, no final da guerra, por M. Vázquez Montalbán: "Só o gangsterismo informativo esteve à altura do gangsterismo político e militar nesta guerra". E também a afirmação de M. Fitzwater, porta-voz da Casa Branca: "O presidente acha que a cobertura mediática desta guerra foi extraordinária".

3. Bush tinha, de facto, todos os motivos para achar o que achava e o agradecimento implícito na afirmação do seu porta voz constituiu um acto da mais elementar justiça para todos os que se puseram ao serviço da mentira e da manipulação; para todos os que, sabendo, ocultavam ou negavam: que a ocupação do Kuwait pelo Iraque tivera assentimento prévio dos EU e se inseria no projecto de instalação dos americanos naquela região e era um passo em frente na concretização da nova ordem imperialista; que o Iraque não era a quarta potência militar do Mundo; que o tirano Saddam era o instrumento de outro tirano, esse sim, poderosamente armado e com objectivos de domínio planetário; que os bombardeamentos cirúrgicos matavam e mataram mais de 300 mil pessoas; que o bloqueio posterior à guerra é já responsável pela morte de mais de 50 mil crianças e idosos; etc., etc., etc.

Ou seja: conheciam a verdade mas difundiram a mentira. E agora que uma pequenina parte da verdade é confirmada no próprio reino da mentira, fingem que não têm nada a ver com isso, assobiam para o ar e preparam-se para a próxima operação.

Actuaram e actuam, ao fim e ao cabo, à sua maneira: foram o que são: iguais a si próprios: dignos uns dos outros: indignos.



JOSÉ CASANOVA  
Membro da Comissão Política

Actuando como "arma suplementar do exército dos EU", os *media* mentiram e manipularam intencionalmente, transformaram a liberdade de informação em liberdade de desinformação.



# Um lançar de olhos sobre os catecismos

■ Jorge André

A irregularidade com que chega a informação sobre as actividades religiosas vai permitir-nos, em contrapartida, procurar melhorar o esclarecimento das circunstâncias em que irá ser divulgado, ao que se diz no próximo Natal, o novo «Catecismo da Igreja Católica».

Nos meios eclesiais acentua-se a expectativa, tanto mais que o texto deste catecismo foi longamente reflectivo pelo Vaticano, sob supervisão da «Comissão para a Defesa da Fé» a que preside, como é do conhecimento geral, monsenhor Ratzinger.

O entendimento vulgar de «catecismo» fica muito aquém da importância que lhe é atribuída pela teologia oficial e pelo cânones. Não se trata, como frequentemente se aceita, do anúncio de uma lista de perguntas e respostas destinada à preparação curricular dos alunos das catequeses locais. Os catecismos são depositários das posições que a hierarquia assume perante os problemas que as sociedades — laicas ou eclesiais — sucessivamente colocam.

Assim, os catecismos são padrões ou valores referenciais responsáveis pelas práticas políticas e sociais da igreja enquanto que, por outro lado, se revelam como barómetros sensíveis das tensões vividas no meio eclesial e das pressões exercidas pelas formações católicas dominantes sobre as outras formações.

Até agora, os catecismos têm privilegiado, no plano interno, a disciplina, a obediência e a organização. No plano externo e a nível global das relações entre a igreja e o mundo, os catecismos conhecidos favoreceram o dogma e a moral, a partir de conceitos repensados e redefinidos à luz dos progressos do pensamento laico.

## O Catecismo de Trento

Será sempre oportuno recordar que os catecismos católicos surgiram numa fase já adiantada da história da igreja. A publicação do primeiro catecismo é posterior a 1563, ano que assinalou a conclusão do famoso Concílio de Trento.

A assembleia tridentina foi verdadeiramente atribulada. Convocada em 1522, pelo papa Adriano VI, a reunião magna que gerou a Contra-Reforma só em 1545 iniciaria os seus trabalhos. Por sua vez, estes conheceriam duas longas interrupções originadas por guerras desastrosas para as populações europeias.

O Catolicismo vicia uma situação verdadeiramente catastrófica. A autoridade de Roma nunca se recompusera inteiramente das consequências do Cisma de Avinhão. Em pleno século XVI, via-se a braços com a reforma triunfante iniciada por Lutero e por Calvino. Senhora incontestada da Europa, a igreja confrontava-se também com a fulminante expansão do conhecimento humano. Caíam por terra as teses que a Escolástica impusera ao longo de centenas de anos. Os novos descobrimentos mudavam a face do mundo e mostravam que para além da Europa havia outras religiões e culturas pagãs. A corrupção, a ostentação e a luxúria permaneciam com apanágio de muitas cortes ocidentais sustentadas por cardeais-aristocratas e pelo alto clero, em geral. Multiplicando-se desordenadamente, as ordens religiosas fugiam à disciplina da igreja. A recente invenção da prensa tipográfica e a elevação do nível de vida de várias camadas sociais permitiam a fácil divulgação de livros em que, frequentemente, eram contrariadas ou omitidas as posições oficiais do Papa ou do Vaticano. O Concílio de Trento esconjurou estas ameaças e tratou o assunto com mão de ferro.

Publicada como conclusões conciliares, a «Profissão de Fé» (na verdade, o primeiro catecismo universal católico) definiu alguns princípios de forma incontroversa: a igreja de Roma é superior a qualquer outra; a Tradição tem o mesmo grau de credibilidade dos textos evangélicos os quais complementa; e todo o católico verdadeiramente crente deve cega obediência ao Papa.

Noutras medidas de funo, o Concílio de Trento manteve a interdição do matrimónio dos padres, estabeleceu

os primeiros seminários e «noviciados» para a formação do clero e instituiu a censura prévia para as principais publicações constituindo, nesse sentido, um «Index» ou lista negra das obras proibidas. Simultaneamente, a Companhia de Jesus foi instituída como principal ordem religiosa, tendo sido restabelecidos, nos estados que os reclamassem, os Tribunais do Santo Ofício ou Inquisição.

Fortemente apoiado no poder político do Sul da Europa, o Concílio de Trento controlou, assim, uma situação que ameaça destruir a igreja institucional, inverteu o curso dos acontecimentos e iniciou uma fase de grande expansão do catolicismo.

Resumindo, o Concílio de Trento afirmou categoricamente o «princípio da unidade» (uma só liturgia, uma só língua litúrgica, uma só obediência); e fez concentrar na Companhia de Jesus, a elite católica mais avançada para a época, o essencial dos recursos e das influências da igreja.

Numa fase da história em que a força das armas se sobrepuja decisivamente a tudo o mais, a Companhia de Jesus estruturou a sua organização a partir de uma dura

as camadas juvenis através da catequese ou do ensino cujo monopólio continuou a possuir.

No Novo Mundo, os padres católicos — sobretudo os dominicanos, os jesuítas e os franciscanos — acompanhavam os cruéis conquistadores. Levavam consigo o catecismo, impondo aos nativos a fé cristã dos colonizadores. Usaram-se, então, métodos que os católicos mais esclarecidos dos nossos tempos condenam vivamente. Mas, a igreja que o Concílio de Trento tipificou venceu a grande batalha de uma instituição em acelerado declínio e fez expandir a todos os continentes a influência do catolicismo e o inegável poder da Cátedra de S. Pedro.

## O «Catecismo Holandês»

A retumbante vitória da igreja católica tinha sido alcançada à custa de um agravamento da centralização e do extremo reforço dos laços que tradicionalmente uniam os poderes eclesiais e secular.

Nos três séculos seguintes assistiu-se à cristalização das políticas da Santa Sé. Impávidos, os éditos tridentinos perpassaram pelas revoltas dos comenenses, pelo «século das luzes», pela Revolução Francesa e pelas convulsões sociais da industrialização, afirmação do poder proletário, duas guerras mundiais com a ascensão do fascismo, e descolonização de parcelas imensas do até então chamado «campo de missão».

A igreja permanecera monolítica mas o mundo mudara. A rigidez da centralização, antiga chave do poder eclesial, transformara-se em factor de desagregação do mundo católico. Por caminhos ínvios, a história voltava a repor os cenários alarmantes que tinham justificado o concílio quinhentista de Trento.

Nestes quadros, e enquanto decorria o Vaticano II, foi impressa (1966) a primeira edição do chamado «Catecismo Holandês», o primeiro documento do género praticamente imposto ao Vaticano por qualquer Conferência Episcopal. Tão grande foi o escândalo, na época, que Paulo VI se viu na obrigação de nomear uma comissão cardinalícia para se pronunciar sobre a eventual natureza cismática do Catecismo Holandês. Curiosamente, da comissão fazia parte o, depois, tão falado monsenhor Lefèbvre!...

Acusando a passagem do tempo, a mesa censória absolveu os autores da obra e permitiu a sua publicação, embora com severas reservas.

Trinta anos passados, se relermos o texto de Niimegen, causar-nos-á estranheza que ele tenha parecido alguma vez herético. A forma de ver as coisas da igreja tem-se modificado aceleradamente.

No «Catecismo Holandês» afirmava-se que o Bispo de Roma apenas se distingue dos seus pares por razões de ordem escatológica e que é sua missão coordenar as acções dos outros bispos e manter a unidade da igreja. Defendia-se que o governo da igreja deve ser colegial e ter nos Concílios Ecuménicos o seu supremo órgão. O dogma da infalibilidade, acrescentavam os bispos holandeses, só deve ser invocado pelo Papa se este estiver certo de saber interpretar,

em cada momento, os sentimentos colectivos do povo católico.

Nunca mais se falou no «Catecismo Holandês». Mas ele pode continuar a ser usado como um paradigma que permita contrastar duas situações tão delicadas para a igreja, tão afastadas no tempo mas que o Vaticano soube ultrapassar: o previsível desastre do século XVI, colmatado pela dura centralização decidida no Concílio de Trento; e a degradação eclesial acelerada, detectada no Concílio Vaticano II e que os padres conciliares mitigaram, descentralizando.

Aguardemos pela próxima publicação do «Novo Catecismo» para, então, falarmos com conhecimento de causa. A palavra «catecismo», recordavam os sacerdotes holandeses, significa, em grego, «ressoar». Veremos que sons nos chegam, agora, da Santa Sé.



disciplina militar. A cadeia hierárquica dos jesuítas era constituída por um «Geral» (ou «General») responsável a nível mundial e por «Provinciais», verdadeiros lugares-tenentes do chefe principal.

A Ordem exigia de cada membro uma obediência total. «Perinde ad cadaver» — os jesuítas deviam aceitar incondicionalmente as determinações dos seus superiores, tal como um corpo sem vida.

Deste modo, do Concílio de Trento resultaram, a curto prazo, a pacificação das igrejas europeias ainda não maculadas pelo Protestantismo e a recuperação para a confissão católica das novas gerações de aquém-fronteiras da Reforma religiosa e cultural. Num combate impiedoso, esmaltado por episódios de pavor, o Vaticano não recuou perante os piores métodos de terror legal, estabelecendo a censura prévia e a Inquisição, ou manipulando

# Loures: entrevista com Demétrio Alves

## E da horta se fez urbe

■ Henrique Custódio

Com 330 000 habitantes e duas grandes cidades nos seus 192 km<sup>2</sup> (Loures e Odivelas), o município de Loures dirige o segundo maior Concelho do País do ponto de vista social (logo a seguir a Lisboa e já ultrapassando o Porto). À explosão populacional ocorrida a partir dos anos 50 - transformando a antiga "horta de Lisboa" numa gigantesca cidade - correspondeu uma geométrica multiplicação de carências e problemas infra-estruturais, a que só o Poder Local democrático saído da Revolução de Abril daria corajosa e eficaz resposta. Justo será realçar, neste como noutros casos, o papel determinante dos comunistas no "organizar do caos" em Loures, o que, aliás, se tem traduzido por consecutivas vitórias da CDU na autarquia. Hoje, como nos afirmou o presidente da edilidade, Demétrio Alves, "a jovem equipa responsável pela administração do Município está já a trabalhar afincadamente no planeamento e preparação dos anos relativos ao próximo mandato". São os pormenores desse planeamento, explicados na breve entrevista concedida por Demétrio Alves ao nosso jornal, que hoje aqui apresentamos. No próximo número daremos conta doutros aspectos do trabalho dos comunistas e seus aliados no Concelho de Loures, averiguados na mesma deslocação que ali fizemos.



Recebendo-nos num gabinete onde imperam gráficos e dossiers, Demétrio Alves advertiu, em jeito de preâmbulo, que "os grandes problemas do Concelho de Loures passam todos pela política catastrófica do PSD no Governo e na Assembleia da República", explicitando: "Quer em termos de produção legislativa, como na libertação de fluxos financeiros e de definição de políticas impostas pelo actual partido maioritário, verificam-se presentemente decisões gravíssimas para o

relevo a diversas questões, que derivam de grandes investimentos que vão ser feitos no território do Concelho", acentuou.

Um primeiro "bloco" de questões, enunciou-o Demétrio Alves com a facilidade de quem trata os problemas por tu: "São questões relacionadas com transportes e comunicações, nomeadamente com a nova ponte sobre o Tejo, a partir de Sacavém, o avanço rápido da CRIL, CREL, radiais da Pontinha e Odivelas e da via de cintura, com a chegada do Metropolitano a Odivelas e Loures e dos eléctricos rápidos a Sacavém e Moscavide e ainda com o novo cais fluvial de Bobadela".

Mas o futuro que em Loures se prepara não caminha apenas por estradas e pontes. O grande acontecimento da Expo-98, que toca parte do território ribeirinho do Concelho, está igualmente a mobilizar os talentos e energias do executivo camarário. Demétrio Alves explicou:

"Estamos já a estudar todas as questões relacionadas com as acessibilidades, a explosão de serviços variados e de turismo que a Expo-98 vai gerar. Foi mesmo criado um serviço próprio (a Direcção de Projectos Especiais) para trabalhar tudo isto. Trata-se de um grande desafio, com enormes dificuldades a ultrapassar, como aliás o reconheceu o Comissário nomeado para a Expo-98, Cardoso e Cunha, na conversa que tive com ele a semana passada e onde me informou que a Câmara Municipal de Loures integrará, na figura do seu presidente, o Conselho de Administração da empresa que irá promover a Expo-98".

Mas não se fica por aqui, "a preparação e planeamento dos anos relativos ao próximo mandato". A recuperação de cascos urbanos antigos (de que Sacavém é apenas um exemplo) e do mais variado património (edifícios, quintas, etc), faz também parte do horizonte de intervenção que a equipa dirigente da Câmara Municipal de Loures está a preparar. E ainda e sempre a recuperação do aterro de Beirolas e, sobretudo, do rio Trancão, a quem Demétrio Alves dedicou particular atenção:

"A Câmara vai apresentar no próximo mês de Novembro ao ministro do Ambiente um memorando com todas as propostas e projectos por nós elaborados, cuja concretização deixará o rio totalmente limpo. Entretanto também no próximo mês, concretamente a 18 de Novembro, irá realizar-se um *workshop* para discutir os projectos do Plano de Recuperação do Trancão, com a participação de várias entidades nacionais e estrangeiras".

À surpresa que manifestámos por a Câmara de Loures haver, ela própria, já resolvido, do ponto de vista de investigação e projecto, o gravíssimo problema da poluição do Trancão, respondeu-nos Demétrio Alves com um sorriso a empurrar na nossa direcção um gigantesco dossier de três volumes e milhares de páginas, enquanto dizia: "Está aqui, por exemplo, todo o projecto da nova ETAR de Frielas que, se consultado, confirmará que esta Estação irá ser o coração do tratamento do Trancão. É só ler! E, sobretudo, é só fazer - basta que o Governo esteja, como diz, empenhado na resolução deste proble-

ma e disponibilize as verbas necessárias para a obra...".

Outras questões estratégicas que estão a mobilizar a maioria CDU na Câmara de Loures relacionam-se com as estruturas autárquicas que respondem "pelos serviços prestados aos municípios quanto à limpeza urbana, recolha e destino final dos resíduos sólidos, as áreas verdes e o abastecimento público através da rede de mercados".

Demétrio Alves deteve-se também aqui com algum pormenor:

"Tenho fortes dúvidas - confessou - que através da actual estrutura autárquica se possa continuar a gerir adequadamente a prestação dos serviços acima referidos, de uma forma qualitativamente capaz, sobretudo devido ao quadro legal fortemente restritivo da flexibilidade de gestão e tendo em conta o crescente estrangulamento financeiro das autarquias imposto pelo actual Governo.

"Do ponto de vista de opções político-ideológicas - prosseguiu - sou pela opção pública do desempenho destes serviços, mas dado o quadro concreto atrás referido, e que nos é imposto pelo PSD, pelo seu Governo e a sua maioria na Assembleia da República, entendo que devemos responder com formas alternativas de gestão para evitar o mal maior, que é o mau serviço às populações".

Todavia, Demétrio Alves entende que as opções não são lineares, nesta matéria: "Não é forçoso - explicou - que as formas de gestão alternativa passem unicamente pela concessão ou adjudicação a privados. Como mostra o exemplo da GESLOURES (ver caixa), poderá ser constituída uma empresa pública municipal ou uma empresa mista, que dê respostas adequadas neste campo".

A conversa estava a chegar ao fim e outro encontro já aguardava o presidente da Câmara Municipal de Loures, que se despediu recordando "outro conjunto de preocupações para os próximos anos": o dos complexos desportivos e culturais.

Nesta matéria "estão em vias de lançamento ou em preparação diversos equipamentos, uns de iniciativa integralmente municipal e outros em conjunto com colectividades do Concelho. A título de exemplo, vamos ter novos equipamentos desportivos em Odivelas, Sta Iria da Azóia, Camarate, Apelação, Sacavém e Cabeço de Montachique e culturais na Quinta do Conventinho, no edifício dos antigos Paços do Concelho e na cantina D. Dinis, em Odivelas".

### O drama das barracas

O Concelho de Loures sofre, como outros, o flagelo das barracas que a política de "prosperidade" do Governo de Cavaco Silva faz nascer como cogumelos nos desvãos das grandes urbes, abrigando as vítimas mais extremas da pobreza, do desemprego e da emigração clandestina. Loures, sob pena de se ver a braços com uma desorganização territorial incontrolável, enfrentou o problema concreto que lhe caiu em cima (mais de 2000 barracas) actuando em dois sentidos: a da demolição e da prevenção. Disse-nos Demétrio Alves:

"Confrange-nos ter que actuar, demolindo todas as tentativas de construção de barracas, mas não podemos ceder um milímetro, se não o território - que temos o direito e, sobretudo, o dever de preservar - fica incontrolavelmente desordenado. Temos também a consciência de que por trás disto há um problema social gravíssimo, da responsabilidade e competência do Governo, ele, sim, responsável por uma política de gritantes distorções da sociedade portuguesa, chegando-se ao extremo de haver, hoje, 33000 fogos desocupados em Lisboa e dezenas de milhares de pessoas a refugiarem-se em barracas que são na ordem das 17000 em Lisboa, 2200 em Loures, 3000 em Oeiras, etc."

E frisou Demétrio Alves, lançando o dedo acusatório ao Governo:

"O Orçamento da Câmara Municipal de Loures para a Habitação é igual, e sublinho igual, ao que o Governo atribuiu no Orçamento de Estado de 1992 para a Recuperação Urbana e Habitação Social para todo o País: 700 000 contos".

Denunciando "as reacções farisaicas da direita acerca das demolições de barracas, quando ela é a grande responsável por todas estas situações", Demétrio Alves recorda que "esta é uma questão nacional, a ser enfrentada pelo próprio Estado. Quanto a nós, autarquias, a quem o Governo não dá meios para resolver estes dramas, não podemos consentir que o território seja completamente rebandado. E sublinho: o móbil principal da Câmara Municipal de Loures na questão da habitação social passa por uma política de construção e estímulo ao seu surgimento, e não por uma política de demolições, que só desencadeamos em desespero de causa".

futuro do nosso país, no que tem a haver com o papel das autarquias".

Naturalmente que isso não impede que se lute e, sobretudo, se trabalhe com determinação, enfrentando os problemas do presente e preparando o futuro. É, aliás, virada para o futuro que está a jovem administração do município de Loures, presidida por Demétrio Alves, "sendo, nesse sentido, que estamos a dar particular

### A empresa impossível

Segundo Demétrio Alves, a GESLOURES-EP é a concretização do "impossível". Trata-se de uma empresa pública municipal criada pela Câmara Municipal de Loures, com devida constituição legal e registo em notário, quando ainda é lugar-comum dizer-se que "não se podem criar" empresas públicas autárquicas porque o Governo continua sem produzir a devida regulamentação. A Câmara de Loures achou que a coisa não era bem assim, con-

frontou as autoridades com a legislação geral para esta matéria... e a GESLOURES aí está, devidamente constituída e a funcionar com grande eficácia.

A GESLOURES gere todas as piscinas municipais que, entretanto, constituíram a segunda escola de natação do País, só ultrapassada pela do Porto em número de pessoas inscritas, que em Loures são 4200. Entretanto, vai já iniciar-se em Novembro a escola de natação de bebés.

## Angola

## «Estamos a lidar com o imprevisível»

## — afirma responsável angolano

■ A. Villaverde Cabral

Já lá vai um mês desde que os angolanos foram às urnas. Na altura, observadores estrangeiros de todos os quadrantes disseram ao Mundo que tudo tinha corrido bem, que o povo tinha dado uma grande lição de civismo e de desejo de paz. Em Angola, também a generalidade das pessoas, logo que acabou a votação, se regozijaram com a forma pacífica como tudo tinha decorrido.

O director-geral das eleições, Onofre dos Santos, um homem da FNLA que teve papel de destaque na preparação e desenrolar do processo, disse mesmo que até tinha chorado de emoção quando viu a forma como tudo estava a decorrer.

Hoje já poucos se lembram do que foi dito há pouco menos de um mês. Assim que os números começaram a mostrar que a vitória do MPLA era retumbante e que o Presidente José Eduardo dos Santos vencia claramente - foi preciso contar os brancos e os nulos como votos claramente expressos para que José Eduardo ficasse aquém dos 50 por cento - as vozes começaram a calar-se. A custo, lá se foi conseguindo que até as Nações Unidas considerassem as eleições angolanas como «globalmente livres e justas». De um modo geral, sem entusiasmos e com pouca publicidade, a vitória foi atribuída ao MPLA e a José Eduardo dos Santos.

Então, por que diabo é que ainda se não avançou, no terreno, para a aplicação dos resultados à vida política angolana? Há necessidade de segunda volta para as presidenciais? Pois avance-se para a sua realização. O MPLA tem a maioria absoluta na Assembleia Nacional? Pois instale-se o parlamento e prossiga-se com o que está determinado.

Assim deveria ser. Mas não é.

Não é pela simples razão de que a Unita de Jonas Savimbi disse que não queria aqueles resultados, alegando fraudes que mais ninguém viu. E foi aí que começou a

grande fraude. A Unita, cujas forças armadas - as FALA - sempre estiveram prontas para tudo, ao contrário do preceituado nos acordos de paz, desencadeou uma ofensiva generalizada, ocupando localidades e municípios, expulsando um pouco por toda a parte administradores municipais e comunais. As províncias mais atingidas por esta flagrante violação dos acordos e das mais elementares regras da democracia foram as do Bié e do Huambo. A cidade do Cuito está ameaçada por uma importante força das FALA, o mesmo acontecendo, com efectivos maiores ou menores, a diversas outras capitais provinciais. Mesmo às portas de Luanda, na província do Bengo, existem efectivos das FALA preparados para cumprirem as ordens que Savimbi lhes quiser dar.

Entretanto, para tentar evitar o regresso da guerra, o MPLA dispôs-se a negociar. Duas vezes marcado, o encontro entre Jonas Savimbi e José Eduardo dos Santos ficou por duas vezes sem se realizar devido à falta do chefe da Unita.

Sem se perceber muito bem por que razão, Savimbi já mudou de ideia e de tom diversas vezes durante este perigoso processo pós-eleitoral. Depois de ter dito - invocando conversa com Butros Gali - que a realização da segunda volta era já «uma boa notícia», o senhor da Jamba deu o dito por não dito, após conversa com «Pik» Botha. Relação de causa e efeito? Quem sabe o que se passa no resguardo da vivenda de Savimbi no Huambo?

O que se sabe, por exemplo, é que «Pik» Botha, no final do seu vai-vem de Luanda para o Huambo, acabou por sugerir uma «solução» em tudo semelhante à que Frederik De Klerk propôs a Nelson Mandela e que foi por este rotundamente rejeitada. No essencial, tratava-se de constituir um colégio presidencial em que ambas as partes teriam a mesma representação, ou talvez mesmo menor representação fosse atribuída ao MPLA. O método, na

África do Sul, destinava-se a perpetuar no poder a minoria branca independentemente dos resultados que viessem a verificar-se em futuras eleições. Em Angola, tratava-se de dar tanto ou mais poder a Savimbi do que a José Eduardo dos Santos, isto apesar de o segundo ter claramente vencido as eleições. É a democracia vista à maneira de Pretória. Alguns dirão que é o «realismo» que impõe estas soluções.

Foi depois de ter falado com Botha e muitos outros antigos (e actuais?) apoiantes que o chefe da Unita propôs a constituição de uma comissão negociadora dos dois partidos com o objectivo de preparar a agenda para o seu encontro com o Presidente angolano. Em Luanda, ninguém tem dúvidas de que estas negociações não são mais do que um pretexto para Savimbi ganhar tempo e ver como pode resolver, a seu favor, esta situação. A tentação pela via militar é evidente. Não é por acaso que os manos Pena - Salupeto Pena e o General Ben Ben, ambos sobrinhos de Savimbi - estão arredados das conversas. Savimbi desenterrou o seu vice Jeremias Chitunda para chefiar a delegação da Unita a estas «negociações».

Desta delegação, claramente «civil» e por isso mesmo destituída de poder e até representatividade, faz parte a «ministra da Economia» Fátima Roque, a qual viajou rapidamente até Lisboa para tomar o pulso dos melhores amigos. Infelizmente, alguns dos mais importantes encontravam-se no estrangeiro.

No final da semana passada, a ofensiva militar da Unita parece ter abrandado ou mesmo parado. Em Luanda, um responsável governamental dizia que a «situação está estacionária». Mas recusou mostrar-se optimista. «Qualquer previsão carece de fundamento. Estamos a lidar com o imprevisível», dizia-me esse responsável na segunda-feira.

## FAO denuncia

## Fome

## e exploração

## duas faces da mesma moeda

O Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICR) lançou novo apelo a todos os países para a recolha de 58,8 milhões de francos suíços (5,9 milhões de contos) para minorar a situação de fome generalizada na Somália. Segundo estimativas avançadas por organizações não governamentais (ONG), cerca de um milhão de pessoas (em sete a oito milhões) já terá morrido de fome na Somália.

Entretanto, representantes das Nações Unidas alertaram para a difícil situação da população do Sul e Leste da Etiópia, que se debate com uma falta de alimentos que ameaça de fome mais de 200000 pessoas. A situação é particularmente crítica no Ogaden, região desértica no Leste da Etiópia, que faz fronteira com a Somália e por isso se tornou na «casa» de milhares de refugiados somalianos que fugiram da seca, da fome e da guerra no seu país.

Situações que ù com diferentes graus de gravidade ù se repetem em muitas outras partes do mundo.

Ainda recentemente, no Dia Mundial da Alimentação, comemorado neste mês de Outubro, o primeiro-ministro do Bangladesh, Sra. Khaleda Zia, referiu que uma em cada sete pessoas é vítima de má nutrição, e denunciou as «calamidades silenciosas» no seu país, onde «metade das crianças têm à nascença um peso inferior ao

normal», onde «em cada ano, quase 60000 ficam cegos por falta de vitaminas». No Bangladesh, acrescentou, «mais de 70% das nossas mulheres e das nossas crianças sofrem de anemia».

A FAO e a Organização Mundial de Saúde (OMS) organizarão, de 5 a 11 de Dezembro, em Roma, uma conferência sobre malnutrição, responsável por 15 a 20 por cento das doenças e incapacidade para o trabalho.

Por detrás desta dramática realidade de fome, doença e morte, está a exploração da enorme mancha dos países subdesenvolvidos pelos grandes do mundo industrializado, nomeadamente através das desiguais condições de troca.

Quando do Dia Mundial da Alimentação, em Roma, Edouard Saouma, director-geral da FAO (organização da ONU para a Alimentação e Agricultura), pediu uma revisão das regras que regem as trocas comerciais no mundo, e em particular que regem as trocas comerciais no mundo, e em particular entre o Norte, rico, e o Sul, que sofre um processo de constante subdesenvolvimento nomeadamente em torno da Somália, são «necessárias, mas a curto prazo». A solução está na «valorização» dos produtos do Terceiro Mundo no seio do sistema internacional de comércio.



# Dias momentosos em Inglaterra

Em Downing Street, punhais afiados voltaram a entrar em acção. Como em certos dramas shakespearianos. A carpe acha-se empapada de sangue. Uma pena, porque ainda está nova — foi lá colocada após a «sangrenta» deposição e o assassinio político de Margaret Hilda Thatcher.

Não será exagerado sugerir que estamos assistindo à formação dos ingredientes que constituirão a base das transformações em Inglaterra pelas quais o mundo espera para poder começar a transformar-se também. Após o Setembro negro, chegou o Outubro negro. Ontem, tivemos a desvalorização da libra nas condições apocalípticas que se conhecem — a Grã-Bretanha suspendera a respiração. Mas, hoje, assistimos ao romper das barreiras legais, físicas, psíquicas que durante vários anos condicionaram a acção militante dos povos destas ilhas.

## «Basta!»

Com efeito, caiu rotundamente o sentimento, a percepção, a famosa lenda vendida ao país pelos conservadores de que isto de greves, sindicatos, movimentos de protesto por parte dos trabalhadores eram coisas ultrapassadas sobre as quais a História declarara sentença de morte. Dez anos após o início da ofensiva thatcherista contra o socialismo de então e contra o movimento laboral britânico — mas a favor do pretenso sindicato «Solidariedade», na Polónia — os trabalhadores e o povo deste país reagiram, finalmente, e gritaram: «Basta!» ao atónico, incompetente, contraditório, medroso, cínico, oportunista governo «tory» do funcionário John Major.

As coisas passaram-se a um ritmo diabólico. Michael Heseltine, presidente do «Board of Trade» (ministro do Comércio e Indústria), o homem que iniciara o movimento anti-Thatcher no partido Conservador, que nunca desviara os olhos do n.º 10 de Downing Street, convencera-se de que o encerramento de mais 31 minas de carvão e o despedimento compulsivo de 30 000 mineiros (para não referirmos os das indústrias adjacentes) era uma medida política segura. A Inglaterra, pelos vistos, já estava habituada às derrotas dos mineiros. Ninguém levantaria um dedo por 31 simples minas, coisas antiquadas, aliás, em comparação com as novas geradoras a gás que a electricidade privada anda a montar por todo o país. O gás, privatizado também, — eis a energia do presente e do futuro. Carvão, mineiros, gente suja que antigamente falava alto e decidia através das gre-

## A luta começou

Mas, para além do que se passava nos corredores da política partidária e parlamentar, a temperatura do país elevava-se decisivamente. Em desafio das leis antilaborais instituídas pelos governos Thatcher, os trabalhadores das indústrias energéticas (nuclear e electricidade) solidarizaram-se com os mineiros. Nas metalúrgicas, a direcção sindical «moderna» que durante vários anos aceitara sem luta a submissão dos interesses dos trabalhadores aos da Grã-Bretanha «Yuppie», hoje totalmente falida, achou-se logo sujeita à imensa pressão dos seus filiados, eles também ansiosos quanto ao destino dos seus postos de trabalho.

O movimento sindical, como que acordou de um longo adormecimento. Revelava-se uma indestrutível realidade: defender os mineiros, era defender os empregos e o futuro de todos os trabalhadores destas ilhas. Era defender o país. Era defender a honra deste povo. E toda a Inglaterra que vive do seu trabalho ganhou, rapidamente, a compreensão do universo que tinha para conquistar se se agigantasse na defesa dos seus interesses, e de quanto tinha para perder se continuasse a conceder o benefício da dúvida ao governo que, erradamente, elegera em Abril passado. Mais: toda a Grã-Bretanha adquiriu o convencimento de que o presente sistema de relações socioeconómicas deixou de servir o país. A partir daqui, tudo será possível. Já dificilmente se permitirá a continuação da criminosa sangria dos postos de trabalho deste povo. Já ninguém aceitará o bárbaro encerramento de mais hospitais. A luta começou.

## Revoltas populares

Na 6.ª-feira, 16, John Major, apesar da indiferente manobra de diversão que constitui a convocação da cimeira de Birmingham, achava-se sob a mais intensa barragem



do a cabeça de Michel Heseltine, não estavam senão gritando pela vingança de Margaret Thatcher. O partido governamental encontra-se, portanto, numa abismal situação de discórdia interna e procura a todo o transe não perder o pulso ao país — nem que, para tal, seja necessário demitir John Major e o seu governo.

Nessa segunda-feira, 19, já os ministros britânicos confessavam abertamente que tinham cometido um erro. Mas os sindicatos mineiros chefiados por Arthur Scargill, e o «General Council» da TUC (Trades Unions Congress — central sindical nacional) declaravam-se à testa das revoltas populares contra a depressão e o desemprego.

«As ruas!» era o apelo do «Morning Star», o único jornal que defende, genuinamente, os interesses dos trabalhadores e do povo. Outros jornais declaravam abertamente que o primeiro-ministro não está à altura nem reúne condições pessoais ou políticas para presidir a um governo britânico. Em Chesterfield, Arthur Scargill declarava: «A luta dos mineiros é a luta do povo britânico!»

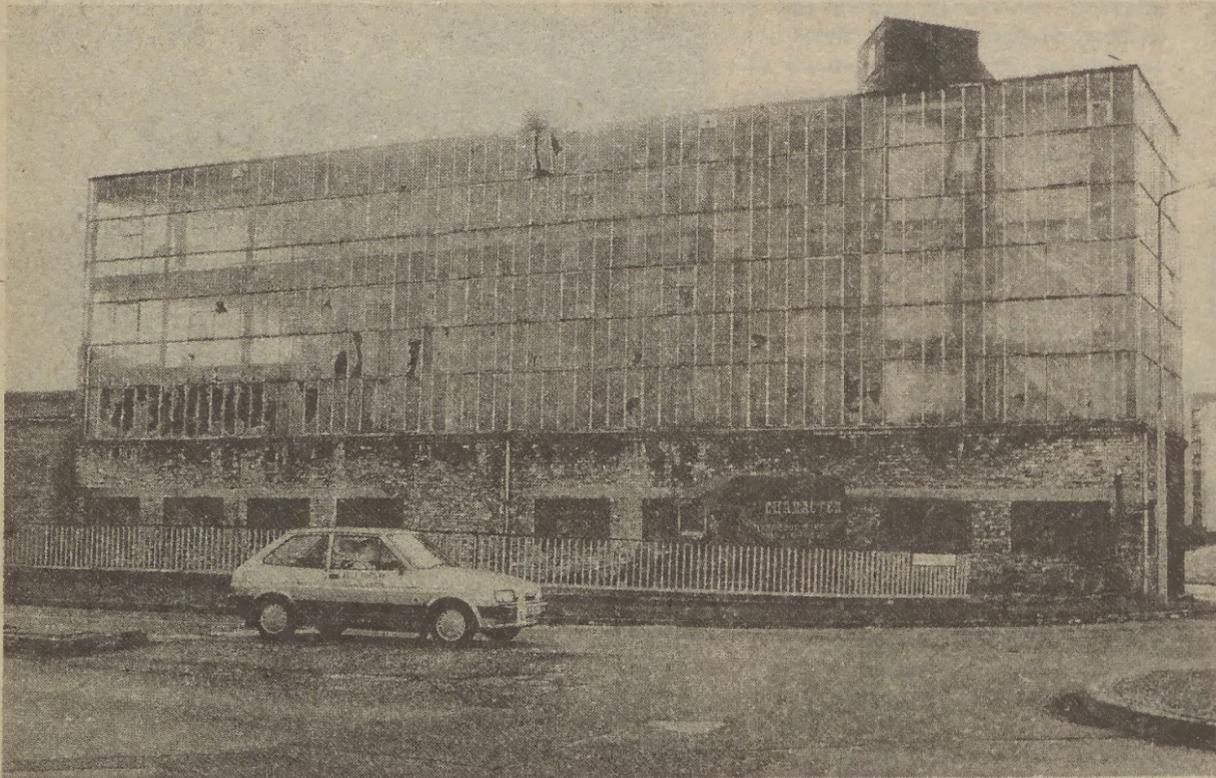
Os desempregados de Liverpool organizavam já um comboio especial para marcharem sobre Londres em protesto contra o governo e a favor da causa dos mineiros. Grandes manifestações estavam marcadas para 4.ª-feira, 21, e para domingo, 25. Muitos sindicatos começavam a aderir a estas manifestações. O país mobilizava-se.

## Um governo em fuga

A 20, o governo esclarecia que, afinal nenhuma das minas visadas fecharia antes do fim do ano. Só esta declaração revelava o mais espectacular recuo de um governo britânico nos últimos 20 anos. «Como foi que caímos nesta embulhada?», perguntava-se em círculos conservadores. As adesões à manifestação de 4.ª-feira eram tantas que o NUM (National Union of Mineworkers) e a TUC se viram na necessidade de transferirem a concentração popular para o grande espaço de Hyde Park em vez de Trafalgar Square. Os dirigentes sindicais e, acima de todos, Arthur Scargill, exigiam do governo a pura e simples anulação do decreto de Heseltine. Já toda a gente discute o assassinio que as privatizações têm constituído — a da electricidade, a do gás, a dos telefones, e o contínuo, monótono, encerramento dos hospitais para que prosperem os serviços hospitalares privados. Os nomes de Cecil Parkinson, assim como os de Lord Wakeham e de Margaret Thatcher, são designados como os coveiros da indústria energética nacional.

O «Morning Star» condena a decisão do governo de adiar o encerramento das 21 minas ameaçadas, por alguns meses apenas. Diz que se trata de um simples adiamento para satisfazer a revolta de diversos deputados conservadores que dizem estar preparados para, nos Comuns, votarem a favor da moção trabalhista. «Às ruas, amanhã!» «Às ruas, no domingo!» proclamava o jornal dos comunistas. E disse o secretário-geral do CPB (Communist Party of Britain), Mike Hicks: «Não se deixem iludir por Heseltine!»

O bispo de Norwich exige que o primeiro-ministro cancele o decreto de Heseltine. O pugilista Lennox Lewis, antes do seu combate para o título dos pesos pesados, fez ao sindicato dos mineiros uma doação de bilhetes no valor de £15 000 (3315 contos). Escreveu o «Financial Times»: «Temos um governo em fuga»: E acrescentou: «Major, acha-se em grandes dificuldades porque prometeu o fim da recessão, durante a campanha eleitoral, e, como se vê, falhou».



ves as suas inaceitáveis reivindicações coisas de que a Grã-Bretanha estava farta — eis o passado, eis toda uma concepção do mundo a que a Inglaterra moderna voltara as costas depois da derrota da grande greve de 1984. Michael Heseltine cometeu o erro da sua vida.

Consciente, finalmente, de que a grave situação económica presente já conduziu o país à maior crise desde os anos 30, o povo britânico ao ouvir falar na imediata implementação do decreto Heseltine colocou-se do lado dos mineiros. Eles eram e são, afinal e uma vez mais, quem se decidia a empunhar o facho da luta contra o governo e contra o sistema socioeconómico estabelecido. E foram de tal ordem os protestos, que logo um considerável grupo de deputados conservadores, fortemente pressionados pelos seus eleitores, disse ao governo que as medidas de Heseltine eram inaceitáveis e que, se estas não fossem retiradas ou atenuadas, votariam a favor da moção trabalhista na Câmara dos Comuns. Com uma maioria absoluta de apenas 21 deputados, o governo, se derrotado, teria de, no dia seguinte, colocar aos Comuns a questão de confiança.

de protestos por parte do seu próprio partido. O país, esse, manifestava o seu inequívoco repúdio pelo projecto do governo contra os mineiros. A 19, falava-se de revoltas populares. A redução das taxas de juros em 1% falhara completamente o seu visível objectivo — o de placar e amortecer a fúria da opinião pública. O próprio Sir Marcus Fox, presidente do comité 1922 (a direcção do grupo parlamentar conservador) declarou serem inaceitáveis as propostas do ministro Heseltine. E toda a imprensa conservadora, onde se abrigam muitos dos mais jurados inimigos dos trabalhadores e do progresso social, vendo o ritmo que as coisas começavam a tomar em toda a Grã-Bretanha, se colocava também ao lado dos mineiros.

Certamente que jornais como os vitriólicos «Daily Mail», «Daily Express», «The Sun» e o «Daily Telegraph» não descobriram, de repente, o seu respeito pela causa dos mineiros. Mas a situação no país tornava-se ameaçadora e os grandes jornais capitalistas não se achavam em condições de se verem distanciados das torrentes de protestos que cresciam em toda a Inglaterra. Por outro lado, exigim-

# No caos russo fermentam tensões sociais

■ Miguel Urbano Rodrigues

Em 1987, quando a URSS festejou os 70 anos da Revolução de Outubro, começava a ser transparente que o desenvolvimento da perestroika não correspondia aos objectivos fixados.

A convicção de que o socialismo criara raízes indestrutíveis no espaço soviético era, porém, tão forte que o economista norte-americano John Kenneth Galbraith a sintetizou num desabafo. Na sua opinião somente um paranóico poderia acreditar na possibilidade da volta do capitalismo à União Soviética.

E, contudo, o impossível aconteceu. O socialismo foi varrido do país da Revolução de Outubro.

A história desmentiu, contudo, as previsões daqueles que, na opção pelo capitalismo, viam o início de uma era de felicidade e bem-estar para o povo russo.

O fim do socialismo foi acompanhado pela desagregação do Estado multinacional que se formara a partir do século XVII. A Rússia, a maior e mais rica das repúblicas da antiga União, entrou em processo de decomposição social e de caos económico.

Gutierrez, director adjunto do Centro de Investigações da Economia Mundial, assinala que «os diferentes programas de transição para a economia de mercado preparados por vários académicos em 1991 foram sucessivamente postos de lado sem que houvesse substituição, num processo de luta política para alcançar o poder entre grupos e facções ligados à figura de Boris Ieltsin».

Em Janeiro foi decretada a liberalização geral dos preços, que visava a criar um equilíbrio a curto prazo entre a oferta e a demanda, e um estímulo à produção. Entretanto, transcorridos seis meses, nenhum desses objectivos fora atingido. Na prática, os preços aumentaram entre quatro e cinco vezes e a produção caiu de 16% a 18% comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

O processo de privatizações avança a passo de tartaruga. No campo, os kolkhozianos resistem ao desmembramento das suas unidades produtivas. Segundo estatísticas oficiais, o total de novos agricultores privados não excedia 55 000 no início do ano. O sector privado cresceu sobretudo através da criação de pequenos negócios, mas implantou-se de forma desordenada, num contexto que a imprensa da Europa Ocidental define como sendo de «privatização selvagem». Admite-se que a mafia controla entre 50% e 80% das pequenas empresas privadas.

O actual ministro da Economia, Andrey Nechayev, defende uma estratégia de fusão, reestruturação e encerramento de grandes empresas que apresentam prejuízos. Essa política, por ele qualificada de «plano de sobrevivência», poderá provocar despedimentos colectivos maciços. Segundo o próprio ministro, o número de desempregados poderia ser superior a sete milhões.

## As exigências do FMI

Na realidade, o plano Nechayev é uma versão retocada do projecto divulgado pelo «Izvestia» (27.6.92):

privatizar um conjunto de grandes empresas nos próximos três anos, no valor de 892 mil milhões de rublos; a fatia para 1992 seria de 72 mil milhões, a de 93 de 350 mil milhões e a de 94 de 470 mil milhões.

O projecto fracassou no berço: até Maio pp., as vendas de propriedades estatais não excederam 3,5 mil milhões de rublos. Um remendo aprovado em Junho estabeleceu que, para facilitar as privatizações, 35% de cada empresa a ser privatizada seriam entregues a troco de bónus distribuídos gratuitamente pelo governo, 25% atribuídos a colectivos laborais, e apenas 10% vendidos no mercado livre, em leilão, ficando em aberto a fórmula a adoptar para os restantes 30%.

O desastre russo é agravado pelo descalabro das pequenas e médias repúblicas da Comunidade de Estados Independentes.

A CEI, nascida de um golpe de Estado, é uma ficção. A Rússia e a Ucrânia geravam 77,5% do PIB da extinta URSS. Quando a Rússia mergulhou na maior crise da sua história, as economias das repúblicas de periferia afundaram-se também. O rublo continua a ser a moeda comum (provisoriamente),

## Manoel de Lancastro



## Hyde Park — um mar de gente

Manhã cedo, na quarta-feira, dia 21, há milhares de autocarros e comboios descendo o país em direcção a Londres. «Greve geral! Greve geral!», apela-se. E gente simples, na capital, que pouco perceberá de política mas que apoia a causa dos mineiros, lança uma nova campanha: «Olhem as nossas lojas. É tudo estrangeiro! Então a Inglaterra já não sabe fabricar frigoríficos, televisões, vídeos e automóveis? Comprem só produtos «made in Britain!»! Abaixo as mercadorias estrangeiras!»

Buscando defender-se da ira do país e das críticas do seu próprio partido, Major diz que vai impulsionar a economia através de uma política de crescimento económico. Ninguém acredita. As novas empresas privadas do sector da electricidade dizem que estão a ser apresentadas como bodes expiatórios em toda a situação. Possivelmente, já temem o dia em que venham a ser nacionalizadas.

Ao meio-dia, Hyde Park é um mar de gente. Toda a Grã-Bretanha apoia os mineiros. O trânsito em Marble Arch, em Oxford Street, torna-se impossível. Há gente, ali, proveniente de todos os cantos do país. Então, a gigantesca manifestação desce para Kensington uma das mais ricas áreas de Londres porque a polícia não permitiu que se dirigisse para Downing Street e para Whitehall e Westminster. Automobilistas param os seus carros e saem aplaudindo os mineiros. À frente, junto ao glorioso estandarte da NUM, Arthur Scargill, Tony Benn e Dennis Skinner, heróis das lutas operárias deste país. E, com o deles, bate o coração de todo o povo da Grã-Bretanha. Kensington, conhece um dia como jamais vira. Empregados de escritório, jovens secretárias, senhoras, chegam às janelas dos prédios batendo palmas e gritando: «Long live the miners!» (\*)

Lojas suspendem o seu comércio. Os empregados e as empregadas vêm todos para a rua. Enchem os passeios. E ao passar da manifestação, gritam com entusiasmo: «We support the miners!» (\*\*) Gente sem política mas com justiça na consciência, sentindo-se impulsionada pelo valor da manifestação e pela verdade nacional que arrasta consigo, não resiste e, emocionadamente, grita: «Forward! Forward! «We support you!» (\*\*\*) Estão nas ruas cerca de meio milhão de pessoas.

A noite, após o debate parlamentar, o governo viu a sua maioria reduzida para 13 votos, apenas. Não foram os seus deputados que o salvaram. Foram os ultra-reaccionários da Irlanda do Norte. Mas o decreto de encerramento das 31 minas achava-se, por agora, contido, e as figuras de John Major e de Michael Heseltine conheciam o ridículo político e o opórbrio público. Já não terão coragem para fechar as minas. Agora, ninguém neste país permitirá que se encerre seja o que for. Toda a política do governo, incluindo Maas-tricht, se encontra em ruínas. A luta começou.

## NOTAS

(\*) Vivam os mineiros!

(\*\*) Estamos ao lado dos mineiros!

(\*\*\*) Avante! Avante! Estamos convosco!

## A fome alastra

As situações de calamidade social e económica que têm por cenário a vastidão russa são mal conhecidas em Portugal.

Um inquérito promovido pelo jornal «Izvestia» em São Petersburgo (edição de 7 de Julho p.p.) revela que em cada 100 habitantes da antiga Leninegrado 40 declararam «ter fome diariamente» e igual número disse «sentir fome com frequência».

Posteriormente, a revista norte-americana «Newsweek» atribuiu a um alto funcionário do Ministério do Interior a afirmação de que na Rússia existem hoje três mil bandos mafiosos que controlam, intimidam e corrompem os funcionários da maioria dos Ministérios do país.

Num panorama de desordem e violência cada dia mais generalizadas, não tem cabimento falar-se de uma política económica minimamente coerente. José Luiz



## EM FOCO

mas a ruptura dos laços políticos, sociais e administrativos forjados ao longo de três séculos inviabilizam os ambicionados benefícios da preservação do espaço económico comum. Políticas diferentes e por vezes antagónicas contribuíram para o aprofundamento do caos. Simultaneamente, o desaparecimento do CAME — o mercado comum que integrava uma dezena de Estados socialistas — representou um golpe devastador para o comércio externo russo.

Hoje, o Estado russo encontra-se à beira da insolvência. Até final do ano, o pagamento de compromissos relativos ao serviço da dívida externa exigirá 22 mil milhões de dólares. Ora, a Caixa está vazia.

O ministro da Economia é apontado como o homem de confiança do FMI. O seu «plano de sobrevivência» é inseparável das exigências do Fundo contidas na Carta de Intenções assinada pelo governo russo.

Washington pretende impor uma política de ajustamento duríssima a um país no qual 18% da população vivem na miséria e 80% na pobreza. A Rússia está terceiro-mundizada e recebe o tratamento que os EUA costumam aplicar às nações latino-americanas.

O FMI não se mostra, porém, receptivo a argumentos de ordem moral e humanitária. Perante a sucessão de malogros das políticas de Ieltsin (porque o presidente russo não tem uma política), o Fundo exige agora:

- A estabilização do sistema monetário
- O desenvolvimento da actividade empresarial
- A drástica redução das despesas militares
- O encerramento de grandes empresas deficitárias
- A aceitação dos despedimentos colectivos como

necessidade inelutável.

O não cumprimento da Carta de intenções levará automaticamente ao corte do próximo empréstimo previsto, no valor de 24 mil milhões de dólares, ou seja, pouco mais do que o indispensável para pagar a fatia do serviço da dívida.

No próprio grupo de Ieltsin, também dividido, alguns tecnocratas compreenderam já que a Rússia foi enredada nas malhas da engrenagem que asfixia dezenas de países da África, da América Latina e da Ásia.

## A tutela americana

A situação apresenta contornos dilemáticos, isto é, todas as saídas possíveis são consideradas negativas.

Se o Governo não cumpre o seu próprio plano, dito de sobrevivência, ou mesmo se o suavizar para lhe atenuar o impacto social, o FMI apertará a corda. Será fechada a torneira dos dólares.

Se, pelo contrário, as receitas monetaristas forem aplicadas com rigor, o empobrecimento (e a miséria) da população atingirá níveis alarmantes. O choque violento entre o povo e o Governo será, então, inevitável, a curto prazo.

A proximidade do Inverno é tema de artigos carregados de medo do futuro imediato. Dezenas de milhões de russos, subalimentados, enfrentam a perspectiva de noites geladas. Os stocks de combustível para aquecimento das casas são mais baixos do que nos piores momentos da Segunda Guerra Mundial.

As tensas relações entre o primeiro-ministro Gaidar e o vice-presidente Alexandr Rutskoi não contribuem para o desanuviamento da crise. Gaidar foi praticamente obrigado a pedir a demissão na Primavera e somente recuperou o lugar quando o secretário do Tesouro norte-americano, Nicholas Brady, declarou que «a ajuda» à Rússia seria suspensa se o primeiro-ministro voltasse a chefiar o governo.

Ieltsin, cada vez mais contestado, assistiu como espectador ao braço de ferro entre o vice-presidente e Gaidar, arbitrado por Washington.

O que estava em causa, assinale-se, era o plano de Nechayev, vale dizer as exigências do FMI.

## O povo sai às ruas

As sondagens revelam naturalmente o desencantamento do povo. Presentemente, sete em cada dez russos afirmam que viviam muito melhor antes da chegada ao poder de Mikhail Gorbatchev em 1985.

O jornalista argentino Luis Bilbao, especializado em temas de política russa, em artigo publicado no «El Dia Latino-americano» esboçou um panorama sombrio da conjuntura social, do qual transcrevo esta expressiva síntese:

«A ansiada economia de mercado e o retorno ao capitalismo já não suscitam, como acontecia há um ano, o entusiasmo da população. Os protestos começam a assumir a forma de greves de professores, de médicos, de trabalhadores dos transportes e da indústria. Apesar da ausência de sindicatos e de outros organismos preparados para a defesa dos interesses económicos dos trabalhadores, a reactivação da actividade sindical explica-se à luz do que se passou com os rendimentos dos assalariados». (1)

O insuspeito semanário britânico «The Economist» informa que no ano corrente o poder aquisitivo dos salá-



rios é inferior a 40% da média de 1991. Quanto à inflação, assumiu proporções brasileiras. Era de 1000% em Junho, prevê-se que ronde os 3000 em finais de Dezembro...

O medo da explosão social tornou-se obsessivo para Ieltsin e Gaidar. Foi o temor da reacção das massas ao aumento galopante do desemprego que resultaria das privatizações que travou até agora a execução da política de ajustamento ordenada pelo FMI. «A crise aprofunda-se e o governo mantém-se no papel de espectador» — confessou Netchayev em conferência de imprensa, a 15 de Setembro pp.

O FMI está cansado de esperar.

## Um paiol de tensões sociais

Recapitulo: a Rússia terá de pagar 22 mil milhões de dólares nos próximos meses relativos ao serviço da sua dívida externa. O Tesouro, contudo, não dispõe de um centavo para liquidar esses compromissos.

Que fazer? O governo não encontra resposta para a pergunta.

Na vastidão russa, a tensão social cresce. Empurrado pela própria crise, o povo principia a sair às ruas, a fim de manifestar o seu descontentamento. O protesto é, ainda, espontâneo, falta-lhe organicidade. Nota-se a ausência de um partido revolucionário capaz de orientar a acção das

massas para objectivos concretos. Mas são positivos os indícios de que o povo russo, na fidelidade a uma grande tradição revolucionária, se prepara para retomar — embora lentamente — o seu papel de sujeito activo da história.

Washington acompanha a evolução do caos russo com crescente apreensão. As coisas não estão a seguir o rumo previsto. Causou espanto, por exemplo, que o general Evgueny Chaposnikov tenha feito uma declaração que contraria frontalmente outra produzida por Boris Ieltsin nas Nações Unidas. Sem papas na língua, o comandante-chefe das Forças Armadas da ex-URSS, afirmou que a Rússia retomará as experiências nucleares se as potências ocidentais não puserem fim às suas.

Ieltsin não reagiu. Foi mais um silêncio revelador de que o político que está a gerir o caos russo não controla nenhuma das forças que definirão o rumo da história num país desintegrado.

A escassez, o frio, a fome e o desgoverno tendem a transformar a Rússia num paiol de tensões sociais onde tudo pode vir a acontecer.

## NOTAS

(1) «Rússia — La descomposición social», Luis Bilbao, in «El Dia Latino-americano», México, 5.10.92.

# Maastricht

## A questão da alternativa

■ Sérgio Ribeiro

Para nós, não é novidade. Já quando se discutia a adesão de Portugal ao Mercado Comum, ou mesmo antes, quando só procurávamos processo(s) de integração económica, e nos detínhamos nas características da experiência europeia, da CEE, havia sempre quem, no final dos debates ou colóquios e à mingua de argumentos, nos lançava o aparentemente definitivo... e qual a alternativa?

Então, à pergunta, nem sempre colocada com boa-fé, isto é, com desejo de ouvir uma resposta, juntavam-se, por vezes, comentários como o da impossibilidade de se ficar isolado, ou aquele que já se fazia a modos de conversa terminada e como quem fecha a porta: «Se calhar, querias o Comecon!...». E nem valia a pena clamar que «nada disso», que se entendia a integração económica como um processo inevitável, mas que esse facto não impedia a saudável sobrevivência das Áustrias e das Suécias e que, além disso, havia maneiras diferentes de nos ligarmos a um processo de integração como o da CEE, sem ter de se levantar a questão da sua natureza de classe, não obstante ser essa a nossa posição de fundo; e nem valia a pena procurar agarrar o interlocutor pela aba do casaco, e procurar que ele ouvisse que «não, senhor... o Comecon é uma forma de ensaiar a integração de economias nacionais, mas é outra coisa e nunca uma alternativa para o nosso país...», mas que as havia fora dessa que se referia e tanto se repetia provocadoramente...

Também agora, que se discute Maastricht, que se pretendem abrir os caminhos para o aprofundamento da integração, quando falta vontade ou capacidade para contra-argumentar relativamente à caracterização do passo que se quer dar, quando a nota negativa e até a reprovação do acordado se impõe inelutavelmente, quando não há outra ponta por onde se pegar na defesa do acordo, lá vem a «estocada final»: «Pois... e qual a alternativa?»

Assim se ganham ou conservam adeptos para uma causa que seria perdida se fosse discutida com as cartas na mesa e sem batotas. Assim, aparecem interpretações auto-aureoladas de realismo que, sem negarem os objectivos malsãos, sem refutarem os malefícios explícitos e implícitos no acordo, sem recusarem as contradições latentes e as tensões insuperáveis, sem apontarem solução para as questões teóricas e os simples problemas técnicos, fogem para a frente e, apregoando falta de alternativa, aceitam o que seria inaceitável se houvesse alternativa e colocam as esperanças (suas e/ou de outros) no além, no depois do sim, no qual se corrigiriam os objectivos e a sua hierarquia, se transformariam os malefícios em bene-

fícios, se compatibilizariam as contradições e apagariam as tensões, se resolveriam as quadraturas dos círculos e se ultrapassariam os obstáculos técnicos...

Mas não haverá mesmo alternativa?

Pode começar-se por afirmar que Maastricht, tal como hoje se apresenta, é uma alternativa a Maastricht, tal como foi assinado em Dezembro de 1991. Mas já em Dezembro de 1991 o acordo foi assinado em resultado de muitos compromissos que se traduziram em múltiplos protocolos anexos e várias anexas declarações anexas, para além do texto ser, em si mesmo, muito confuso podendo ter mais de uma leitura, como consensualmente se admite, aceita e vem comprovando.

Na verdade, contendo o acordo de Maastricht alternativas em si mesmo, desde a assinatura, o processo de ratificação tem-no comprovado pois a alternativa irlandesa é mais ou menos liberalização no aborto, a luxemburguesa é mais limitada cidadania, a francesa lê possibilidade onde está escrito obrigação (também sobre a cidadania europeia), a espanhola é mais coesão à sua maneira, a britânica menos moeda e ainda menos banco central (a não ser, talvez, desde que a sede ficasse na grande ilha), a alemã mais marco, mais banco, mais federalismo que amarre os outros e liberte a RFA para políticas alternativas – e muito suas – dirigidas a leste. Sem falar da alternativa dinamarquesa que é a explícita necessidade (art. R oblige) de outro Maastricht (Maastricht 2?), ou de um novo Edimburgo, ou (quem sabe?) de um próximo Copenhague, porque é preciso não esquecer que a presidência que se segue, no primeiro semestre de 1993, é dinamarquesa. O exemplo das perspectivas financeiras é esclarecedor. Assinou-se o acordo, as ambições, sem se terem discutido os meios para concretizar essas ambições, quais, em que medida, qual a hierarquia e as prioridades. Ficou para depois e, como é evidente, as dimensões que possam vir a ter os meios de que se venha a dispor representarão outras tantas alternativas. E, em Lisboa, na cimeira do final do primeiro semestre, nem sequer se acordou qual o esforço global a fazer a prazo e como o repartir. As alternativas estão tão em aberto que, sem se ter aprovado Delors 2, poderá ser necessário um Delors 3 ou um X (a preencher com o nome de um eventual futuro presidente da Comissão) 1...

Quem recusa a existência de alternativa relativamente ao que é, em si mesmo, alternativas ambulantes, o que recusa é que haja alternativa para uma integração económica, financeiro/monetarista comandada pelo marco e

a correr para a moeda única e o banco central no meio das ruínas de um túnel chamado SME que a eles deveria conduzir, o que recusa é que haja alternativa para uma integração política com vocação federalista, que aponta com o indicador bem em riste para uma defesa comum assente no «casamento» da UEO com a NATO, com a apadriñamento dos EUA, e desprezando a cooperação externa entre Estados soberanos, a segurança colectiva, a segurança e cooperação europeias.

No entanto, precise-se que a posição não é uniforme; há quem, mais do que recusar a alternativa para uma tal integração, tenha desistido de lutar por ela, ou para que ela exista. E se disponha a, dado o pequeno passo que se estima ser Maastricht, nada corrigir do caminho empreendido e lutar por mais. Mas (mais em francês!) mais quê? Mais moeda única, mais banco central, mais Alemanha no comando da economia, mais segurança interna, ou seja, mais Europol, mais política externa comum, mais defesa comum, mais tutela dos Estados Unidos?

Ripostar-se-á que o mais que se pretende é naquilo em que Maastricht está mais falho, isto é, nos domínios social e regional, no caminho da coesão económica e social. Mas esse é o caminho da alternativa! Trata-se, em grosso, do que é imprescindível na verdadeira alternativa; trata-se de um caminho a percorrer pelo processo de integração que não mais ignore e subalternize a dimensão social, que faça com que esta deixe de ser uma vertente secundária e arrastada.

Será ela possível, essa alternativa, como resultado de uma colaboração entre fautores e apoletas, desde os incondicionais aos mais ou menos críticos, deste acordo de Maastricht? De que qualidades não se hão-de julgar possuídos os que dão o seu/deles sim crítico a Maastricht para se presumirem capazes de conseguir que os fautores e os apoletas não-críticos ou pouco-críticos, com o acordo ratificado entre mãos, venham a emendar a mão que o escreveu e assinou?

Existe a alternativa de um desenvolvimento do processo de integração por um outro caminho, em que o social seja valorizado e a coesão económica e social um verdadeiro, prioritário e viável objectivo. Mas essa alternativa existe agora, enquanto o acordo, por não ratificado, não é ainda Tratado. E só os capazes de lutar, agora, por essa alternativa, estarão em condições de, se ratificado o acordo, lutar pela minimização dos malefícios, por uma oportuna correcção do caminho acelerado em Maastricht e teimosamente prosseguido sem se ter em consideração as condições objectivas e todas as reservas, dúvidas, receios e aspirações populares que dividiram a tal Europa ao meio.

Denunciar a natureza de classe do processo de integração em curso, lutar por uma alternativa de fundo mas também contra o passo-a-passo ou salto-a-salto da sua concretização e das suas acelerações e, também, a forma de poder vir a prosseguir a luta das novas condições criadas pelos avanços num caminho que merece tanta (e a nossa) oposição. Esta, quanto a nós, é a forma de vir a lutar, coerentemente, e nas condições que forem as que se materializam, pelos interesses dos trabalhadores, por uma Europa de cooperação entre Estados soberanos em que o social, o ambiental e o regional ganhem um real estatuto de cidadania.



## PONTOS CARDEAIS

## Gazetilha

## Questão de bom senso

Perguntem às pessoas sem segredo se elas gostam do Braga de Macedo. Os jornalistas notas registavam: em cem delas, oitenta não gostavam.

Perguntando porquê, um questionado sacode os ombros, desembaraçado: — Se fez tão mal à massa que ele tinha que não fará com a minha?...

Às vezes mais do que o bestunto imenso vale a sabedoria do bom senso...

## Compreendem?

Crise? Crise não há. Garante o fulano que está no lugar importante.

Não, não é recessão. Há simplesmente, afinal «descapitalização do tecido empresarial...»

Eu explico, com licença: se trabalhar não pude não foi por causa da doença mas só por falta da saúde...

## Façam a conta

De espanto não me mordo quando oiço, etc. e tal, que o Ferreira está gordo, o ministro, o Amaral.

Sem mistério nenhum o sistema isto tem: se engorda um emagrecem cem...

E vendo a afronta de obesos (Ferreira ou não) façam a conta aos magros que aí vão...

O grande amigo da Democracia. A mais viva expressão da Liberdade. A Paz na sua máxima vontade. O amoroso canto da Alegria.

Mão pousada no vértice do dia. Todo o pão de ouro ondeando em cada herdade. O trânsito macio na cidade. O salto bem por cima da fasquia.

A promessa da Hora repousada. A poesia de olhar a madrugada com a semente do futuro brando.

Querer a concórdia pra nascer de novo. Aceitar a vontade do seu povo. É de Savimbi, olhai, que estou falando.

■ IGNOTUS SUM

## Probleminhas

O Presidente da República, Mário Soares, foi de visita aos lugares santos da Ásia Menor e aproveitou a oportunidade para mandar um recado à Comunidade Europeia: "É necessário ajudar a Turquia para evitar uma onda de fundamentalismo". Para Mário Soares, a CE não pode defraudar as expectativas daquele país em aderir à Comunidade, apesar da "jovem democracia" turca enfermar ainda de "alguns problemas" a nível dos direitos humanos, tais como prisões sem culpa formada, interrogatórios sob tortura, censura e a sistemática repressão dos curdos. Acresce ainda o facto de a Turquia continuar a ocupar militarmente Chipre, país reconhecido por todos os Estados europeus, o que está longe de contribuir para recomendar os turcos para a parceria europeia. Apesar destes "senões", Mário Soares acha que um perigo maior se perfila no horizonte turco: o fundamentalismo. Pelo que a CE deveria ser menos rígida na questão dos direitos humanos e aceitar a Turquia, com a sua "democracia musculada" e tudo. Na Indonésia, o ditador Suharto deve ter ficado contente. Afinal, não há razões para represálias

europeias. Mais direitos humanos menos direitos humanos, mais ocupação menos ocupação, o que é preciso é combater o fundamentalismo.

## Democracias

"Democracias musculadas" não faltam por esse mundo. Cavaco Silva, por exemplo, foi visitar uma delas - Israel - e reafirmar a disponibilidade portuguesa para o reforço dos laços de cooperação. Um gesto que agradou aos governantes israelitas, pois logo na cerimónia de boas vindas fizeram o favor de dizer ao primeiro-ministro português que os problemas resultantes das perseguições aos judeus em Portugal, no século XV, estão sanados e nada obsta à cooperação futura. Resta saber é se os portugueses poderão dizer o mesmo, designadamente os jornalistas, já que todos os que trabalham em Israel são obrigados a assinar um compromisso de honra, segundo o qual se dispõem a submeter o seu trabalho à censura militar. Uma prática muito "democrática" a que não escaparam nem os profissionais da informação que acompanharam Cavaco Silva a Israel, como se viu nas imagens televisivas transmitidas a propósito do

evento: "imagens visadas pela censura". Como nos velhos tempos do fascismo, mas desta vez com legenda.

## A cópia

Os alemães não têm de se preocupar com a União Monetária prevista no Tratado de Maastricht, pois a moeda alemã não será afectada e o "futuro banco central" dos Doze será "uma cópia do Bundesbank". Quem o afirma é o próprio governo alemão, que acaba de disponibilizar 12 milhões de marcos para uma campanha de publicidade ao Tratado de Maastricht. Nos últimos dias, a imprensa alemã foi invadida por anúncios de página inteira e outros textos de divulgação cujo único objectivo é convencer a população das "vantagens" da União Europeia.

Há anúncios para todos os gostos e todos os públicos, sem esquecer os mais populares, onde a imagem da Europa se traveste de "rainha de beleza". Que não se trata de propaganda, não senhor, garante o coordenador da campanha. Afinal, o Tratado é bom, as pessoas é que não sabem. Por isso é que agora andam todos os governos por aí a dizer "é bom, é bom, é bom..."

## frases da Semana

«Os arquitectos mais bem pagos do país são os que fazem desenhos à escala de 1 para 100 e nem põem os pés nas obras.»

☞ (Siza Vieira — «O Expresso», 24.10.92)

«É tempo de romper o pacto institucional com o PSD.»

☞ (Manuel Alegre — «O Jornal», 23.10.92)

«Tanto os democratas como os republicanos dão valor à família a diferença está em que os republicanos deixam as crianças morrerem à fome.»

☞ (Bill Clinton, citado em «Semanário», 24.10.92)

«Não sou um político.»

☞ (António Pedro Vasconcelos — «Semanário», 24.10.92)

«Antigos comunistas vencem eleições na Lituânia. A História ao avesso.»

☞ (títulos — «Público», 27.10.92)

«Usam-me para abater Pinto da Costa.»

☞ (Guarda Abel — «O Jornal», 23.10.92)

«Não estávamos preparados para morrer...»

☞ (Rui Marques, da operação «Lusitânia Expresso» — «O Diabo», 27.10.92)

«Qualquer governo que assista passivamente ao desenvolvimento do trabalho infantil é um governo irresponsável.»

☞ (Neil Kearney, Secr. Ger. da Fed. Int. dos Trab. Têxteis, citado em «Diário de Notícias», 27.10.92)

«Os números de que se fala não têm nada a ver com a nossa realidade.»

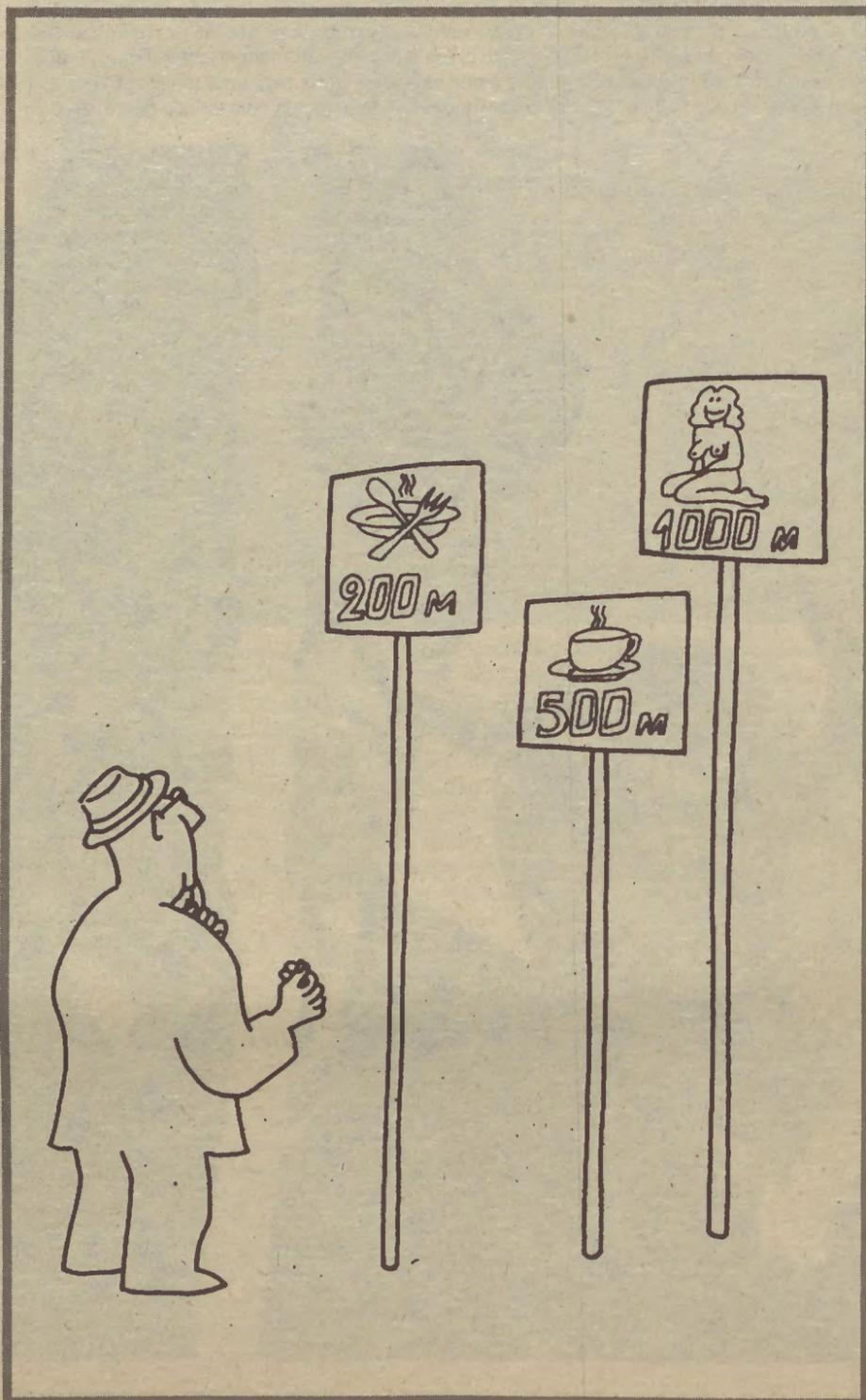
☞ (Silva Peneda, citado em «Público», 27.10.92)

«Não haverá em 1993 nem harmonização nem aumento de carga fiscal, mas apenas a consequência feliz e discretamente progressiva de um maior rendimento.»

☞ (Braga de Macedo, na AR, citado em «Público», 23.10.92)

«Escrevendo na véspera da Cimeira de Birmingham, faço votos para que os chefes de Governo, principais responsáveis pela crise actual da comunidade, tenham a lucidez de relançar o processo de construção europeia, confirmando o acordo político sobre o Tratado de Maastricht.»

☞ (José Barros Moura — «Notícias Magazine», 25.10.92)

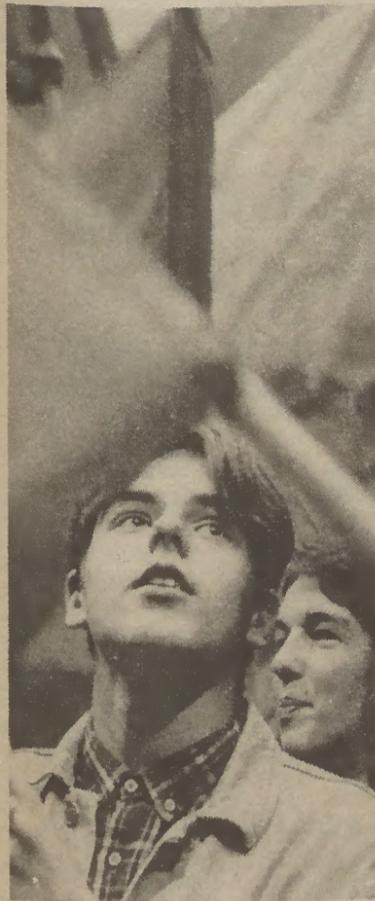


# Iniciativas preparatórias

congresso

PCP

ALMADA, 4, 5, 6 DEZEMBRO 1992



• **ALENQUER**  
Sábado, às 21 horas, plenário de militantes na Mercena. Quarta-feira, às 21 horas, plenário de militantes em Camarnal.

• **ALJEZUR**  
Sábado, às 21.30, reunião geral de militantes em Odeceixe/Maria Vinagre.

• **ALMADA**  
Hoje, no CT concelhio: às 18 horas, reunião de quadros técnicos, administrativos e membros dos ORTs da autarquia, com Jorge Pires, do CC; às 21 horas, reunião dos membros da JCP organizados no Partido.

Amanhã, às 21.30, no CT do Laranjeiro, plenário de militantes na freguesia.

Sábado, às 15 horas: no CT da Cova da Piedade, plenário das comissões locais de Barrocas, Romeira, Mutela, Caranguejais e Pombal; plenário de militantes da freguesia de Caparica, no CT do Monte; no CT

Alberio Araújo, plenário das comissões locais dos três bairros da freguesia de Almada.

• **AMADORA**  
Hoje, às 21 horas, no CT concelhio, plenário de militantes da freguesia da Mina. Amanhã, às 21.30, no Centro de Reformados, plenário de militantes da freguesia da Brandoa, com Joaquim Dias, do CC.

• **AZAMBUJA**  
Amanhã, às 21 horas, plenário de militantes na freguesia de Vila Nova de S. Pedro. Sábado, às 21 horas, plenário de militantes em Aveiras de Cima.

• **BARREIRO**  
Amanhã, às 21 horas, no CT concelhio, célula dos trabalhadores da Câmara Municipal.

Sábado, às 15 horas, no CT da concelhia, célula dos bairros 2A, 2B e 7 (freg. Alto do Seixalinho); organização da freguesia de Santo André, às 15 horas, no CT local.

• **CASCAIS**

Amanhã, às 20.30 (em casa do cam. Galharós), reunião de militantes do Bairro da Rebelva (Carcavelos), com Romeu do Rosário, do CC.

Sábado, às 12.30, almoço-convívio no CT da Parede; às 16 horas, plenário de militantes na freguesia de Alcabi-deche, no CT local (Rua Marquês de Angeja, 6), com José Casanova, da Comissão Política do CC.

• **CASTELO BRANCO**  
Amanhã, às 21.30, no CT, reunião de militantes nas empresas da cidade.

Sábado, às 15 horas, no CT de Castelo Branco, reunião de quadros dos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão, com Aurélio Santos.

Segunda-feira, às 21.30, no CT, reunião de militan-

## Agenda

tes da zona central da cidade.

• **CASTRO DAIRE**  
Sábado, às 21 horas, reunião de militantes (no escrit. da cam. Clotilde).

• **COIMBRA**  
Hoje, reunião plenária de professores, com Carlos Fraião, da CEN do CC. Amanhã, reunião plenária do sector sindical, com Vidal Pinto, do Secretariado do CC.

31.10.92 (Sábado): Coimbra. Reunião plenária da DORC do PCP para discussão dos documentos ao XIV Congresso.

• **CONDEIXA**  
Amanhã, às 21 horas, na Casa da Eira da Várzea, Condeixinha, assembleia plenária das organizações concelhias de Penela e Condeixa-a-Nova, com Vítor Dias, da Comissão Política do CC do PCP.

• **COVILHÃ**  
Sábado, às 16 horas, reunião de militantes em Boidobra; às 21.30, no CT da Covilhã, reunião de militantes na cidade, com Aurélio Santos.

• **ESPINHO**  
Hoje, às 21.30, reunião da organização de freguesia de Paramos.

• **ESTARREJA**  
Amanhã, às 21.30, no CT, plenário da organização concelhia.

• **FARO**  
Hoje, às 21.30, reunião com intelectuais e quadros técnicos, e reunião com o sector da saúde. Amanhã, às 21.30, reunião com o sector de serviços. Sábado, às 20 horas, jantar-convívio com intelectuais e quadros técnicos, em Santa Bárbara de Nexe.

• **FIGUEIRA DA FOZ**  
Amanhã, reuniões plenárias do sector operário e sindical e da organização de freguesia de Vila Verde.

# do 14º Congresso



## ÁLVARO CUNHAL EM VILA FRANCA DE XIRA

No dia 5, quinta-feira, para participar na reunião de quadros dos concelhos de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja e Vila Franca de Xira, que decorrerá a partir das 21.30, no Salão Nobre dos Bombeiros Vilafranquenses.

• **FUNDÃO**  
Amanhã, às 21.30, na Junta de Freguesia, reunião de militantes, com Aurélio Santos, da CEN do CC.

• **LAGOA**  
Amanhã, às 21.30, reunião geral de militantes.

• **LAGOS**  
Amanhã, às 21.30, reunião geral de militantes. Quarta-feira, às 21.30, assembleia plenária.

• **LEIRIA**  
Domingo, às 21.30, no CT de Leiria, assembleia plenária das organizações de Leiria

e Batalha, com Lino de Carvalho, do CC e deputado na AR.

• **LISBOA**  
Hoje, no CT Vitória: às 18.30, plenário da célula da Carris; às 19 horas, plenário da célula dos CTT. Às 15.30, reunião da célula da Lis-

boya. Às 18 horas, no CT do Beato, plenário das células da Manutenção Militar, CITC/A.Nacional, S.N.Sabões e Vitamealo, com Fernanda Barroso, do CC, no CT Vitória. Às 18 horas, no CT de Marvila, plenário de células de empresa do sector oriental (Olivais e Marvila), com Euclides Pereira, do CC. Às 18.15, no CT de Alcântara, plenário de militantes das empresas do Grupo Fnac, com Vidal Pinto, do Secretariado do CC. Às 12.30, no CT da Av. António Serpa, plenário da célula do Ministério da Educação. Às 19.30, no CT da Av. Duque de Loulé, assembleia da organização do sector de serviços.

Amanhã, às 18.30, no CT Vitória, plenário da célula da APL; às 20 horas, no CT da Av. Duque de Loulé, jantar-convívio das empresas Centro/Norte.

Sábado, às 13 horas, no CT de Marvila, almoço-convívio, seguido de debate, com Abílio Martins, do CC. Às 14 horas, na Junta de Freguesia de Alcântara, 2ª Assembleia de Organização da Zona Ocidental de freguesias de Lisboa, com António Andrez, da CEN do CC. Às 15 horas, no CT da av. Ant. Serpa, plenário da Auto-coope/Táxis.

Segunda-feira, no CT Vitória: às 19 horas, plenário do OD da Função Pública; às 21.30, assembleia do sector de Artes e Letras.

Terça-feira, às 19.30, no CT da Av. Duque de Loulé, plenário do sector de serviços.

Quarta-feira,

## SETÚBAL



Juventude Comunista Portuguesa

### Encontro distrital da JCP

Com a participação de Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP

Sábado, 31 de Outubro, a partir das 10 horas, no Edifício Arrábida (Av. 5 de Outubro, 35-2º)

Inclui um debate sobre «PCP - Democracia e Socialismo», inserido na preparação dos congressos da JCP e do PCP.



### Encontro concelhio da CDU

Domingo, 1 de Novembro, das 10.30 às 18.00 horas, no Hotel Esperança  
Com Luís Sá, da Comissão Política do PCP

C. T. Vitória

## Ciclo de Debates

### «A Batalha Ideológica na Luta de Massas»



29 de Outubro - 18.30 Horas

### «Internacionalismo, Cooperação, Solidariedade, Luta anti-imperialista»

com: Carlos Aboim Inglês  
Paula Henriques

## MAASTRICHT EM DEBATE

### Caldas da Rainha

Amanhã, às 21.30 horas, no salão da esplanada do parque, sessão/debate com Sérgio Ribeiro, deputado do PCP no Parlamento Europeu.

### Amarante

Amanhã, às 21.30, na Cozinha dos Frades, debate com Joaquim Miranda, suplente do CC do PCP e deputado no Parlamento Europeu.

### Vila Franca de Xira

Segunda-feira, às 21.30, no Arquivo Municipal, «Que Europa querem os comunistas?», com Domingos Lopes, supl. do CC.

### Castelo Branco

Dia 5, quinta-feira, às 21.30, no auditório da Escola Superior de Educação, com Domingos Lopes.

### Vendas Novas

Dia 6, sexta-feira, às 21 horas, no Centro de Dia dos Reformados, sessão com Joaquim Miranda.



no CT Vitória: 9.30, plenário de eleitos nas ERTs da banca; às 18.00, reunião do núcleo da CP de Stª Apolónia. Às 18.00, no CT da Av. Ant. Serpa, plenário da célula da TAP. Às 19.00, no CT da Av. Duque de Loulé, assembleia da indústria farmacêutica.

#### • LOURES

Hoje, às 21 horas, no CT de Odivelas, reunião de quadros (eleitos, dirigentes associativos, trabalhadores da JF), com Jorge Cordeiro, da CEN do CC.

Amanhã, às 21.30, plenário de residentes em S. Iria de Azóia, no CT; reunião de bairros da freguesia de Odivelas, no CT e no Centro de Dia de Reformados.

Sábado, às 14.30, plenário de militantes em Loures, no CT, com Helena Medina, do CC; no CT de Sacavém, às 15 horas, debate sobre «Internacionalismo e Luta Anti-Imperialista», com Manuela Bernardino, do CC; às 15.30, no CT de Odivelas, reunião com independen-



## PORTO

Amanhã, às 21.30, no CT da Boavista, debate aberto a todos os militantes, sobre «Mutações Económico-Sociais e Arrumações das Forças de Classe», com Agostinho Lopes, da Comissão Política, Ilda Figueiredo e Manuel Freitas, do CC.

## LEIRIA

Reunião de mulheres comunistas do distrito de Leiria, domingo, às 16 horas, no CT da Marinha Grande. Com Luísa Araújo, do Secretariado do CC.

Debate promovido pela Comissão Distrital da JCP sobre as Teses (nomeadamente integração europeia, PCP e identidade comunista, questões da juventude), sábado, pelas 18 horas, no CT de Caldas da Rainha. Com Albano Nunes, do Secretariado do CC.

tes e amigos do Partido, com Carlos Grilo, do CC; na Junta de Freguesia do Prior Velho, às 21.30, plenário de militantes.

Terça-feira, às 18.30, no CT de Sacavém, plenário de células de empresas.

• MANGUALDE  
Amanhã, às 21 horas, reunião de

militantes do concelho.

• MARINHA GRANDE  
Hoje, às 21.30, assembleias plenárias nos lugares da

# Agenda

Ordem (no salão do cam. Júlio Sousa) e Guarda Nova e Portela (no CT da M. Grande).

Segunda-feira, às 21.30, no CT da M. Grande, reunião do organismo de deficientes. Terça-feira, às 21.30, assembleia plenária do lugar da Amieirinha, na sede do clube local. Quarta-feira, assembleia plenária do lugar de Casal Galego, às 21.30, no CT da M. Grande.

#### • MATOSINHOS

Sexta-feira, às 21.30, na Junta de Freguesia de Santa Cruz do Bispo, reunião de militantes. Sábado, às 15 horas, reuniões de militantes em Custóias e na Senhora da Boa Hora, nos CTs locais.

#### • MOITA

Sábado, às 15 horas, assembleia da organização de freguesia da Baixa da Banheira, no CT local (pelas 13 horas, almoço-convívio, com Rui Paixão, do CC).

#### • MONCHIQUE

Amanhã, às 21.30, reunião geral de militantes.

#### • MONTE-MOR-O-VELHO

Quarta-feira, reunião da organização da freguesia da Ereira.

#### • MORTÁGUA

Amanhã, às 21 horas, reunião de activistas (em casa do cam. José Tomaz).

#### • ÓBIDOS

Domingo, às 21.30, assembleia plenária de militantes em A-dos-Negros.

#### • OEIRAS

Sábado, às 15 horas, no CT de Algés, plenário da organização de Paço D'Arcos, com Jorge Cordeiro, da CEN do CC.

#### • PORTALEGRE

Sábado, assembleias plenárias em Vila Boim (às 15 horas, no CT local), Maranhão (às 17 horas, na Junta de Freguesia) e Aldeia

Velha (20 horas, na Casa do Povo, com João Fernando Serra, do CC).

#### • PORTO

Hoje, às 21.30, no CT da Boavista, reunião de militantes das organizações de Cedofeita, Massarelos, Ramalde, Aldoar, Lordelo e Foz/Nevogilde, com Jorge Sarabando, do CC.

Segunda-feira, às 21.30, no CT do Barão de S. Cosme, reunião-debate com os militantes do Bonfim e organizações ribeirinhas, com Jorge Sarabando.

#### • SÃO BRÁS DE ALPORTEL

Quarta-feira, às 18.30, reunião geral de militantes.

#### • SANTIAGO DO CACÉM

Sábado, assembleias plenárias das freguesias de Abela (10 horas), Vila Nova de S. André (15 horas) e Alvalade do Sado (21.30); às 19.00, jantar-convívio em Alvalade do Sado, no CT, com Manuel Sobral, da CEN do CC.

#### • SEIXAL

Sábado, às 15 horas, assembleia plenária da organização de Paio Pires, no CT local.

#### SESIMBRA

Sábado, às 21 horas, assembleia plenária da freguesia de Santiago.

#### • SETÚBAL

Terça-feira, às 18 horas, no CT concelhio, assembleia plenária da célula dos trabalhadores da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados.

#### • SILVES

Amanhã, às 21.30, reunião geral de militantes em Tunes. Sábado, às 21.30, reunião geral de militantes em Silves.

#### • SINTRA

Sábado, às 15.30, no CT de Algueirão, plenário de militantes na freguesia de Algueirão-Mem Martins, com



## MAGUSTOS NA ATALAIA

7 de Novembro, a partir das 13 horas, promovido pela Concelhia do Seixal do PCP e pela célula da Festa do «Avante!».

8 de Novembro, a partir das 13 horas, promovido pelo Sector de Transportes da ORL, com José Casanova, da Comissão Política. Informações e inscrições no CT da Av. António Serpa (tel. 7969139) e no CT Vitória (3558176/7).

Alexandre Teixeira, do CC.

#### • SOURE

Sábado, às 21.00, na casa do cam. António Joaquim Lopes, assembleia plenária da organização de freguesia de Figueiró do Campo.

#### • TAROUCA

Amanhã, às 17 horas, reunião de militantes do concelho.

#### • TORRES NOVAS

Amanhã, às 21.30, no CT, reu-

nião de militantes em Torres Novas.

#### • VILA FRANCA DE XIRA

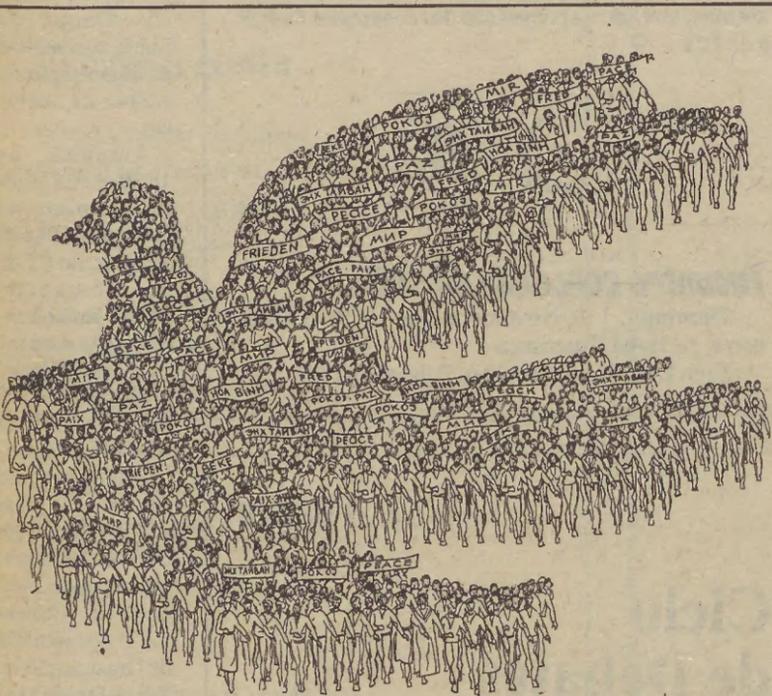
Hoje, às 15 horas, assembleia plenária dos reformados do PCP em Alverca, no CT. Sexta-feira, às 21.30, assembleia plenária de Arce-na, no CT local.

#### • VILA NOVA DE GAIA

Hoje, pelas 21.30, reunião de militantes de Mafamude, no CT de Gaia. Amanhã, às 21.30, no CT de

Gaia, reunião de militantes de Santa Marinha. Sábado, às 18 horas, reunião de militantes de Canelado (na Rua da Bélgica, 1411, junto ao café Nora); às 21.30, em Arcozelo (Av. Sacadura Cabral, 1484), assembleia plenária das organizações de Arcozelo e S. Félix da Marinha;

• VISEU  
Sábado, às 21 horas, no CT, reunião de activistas do Partido no concelho.



## NAÇÕES UNIDAS E DESARMAMENTO

Assinalando o Dia das Nações Unidas (24 de Outubro) e a Semana Mundial de Desarmamento das Nações Unidas (24 a 30 de Outubro), o Conselho Português para a Paz e Cooperação, com o Centro de Informação da ONU em Portugal, o Movimento ZLAN - Municípios pela Paz, Ambiente e Cooperação, e a Associação dos Médicos Portugueses para a Prevenção da Guerra Nuclear, promove um ciclo de debates, que se iniciou ontem e inclui ainda:

amanhã, às 21 horas, na Junta de Freguesia da Baixa da Banheira, debate sobre «As Nações Unidas, o Desarmamento e o Desenvolvimento», presidido por Brito Apolónia, com intervenções do general Rangel de Lima, de Viriato Soromenho Marques e de Helena Rato (iniciativa da Comissão de Paz da Moita);

quarta-feira, às 21 horas, no auditório da reitoria da Universidade de Coimbra, debate sobre «As Nações Unidas e os Conflitos Regionais», presidido pelo prof. dr. Jorge Veiga (vice-reitor da Universidade de Coimbra), com intervenções do brigadeiro Pezarat Correia, de António Arnault, de Avelãs Nunes e de Carlos Santos (director do Centro da ONU); serão convidados observadores portugueses do processo eleitoral em Agola e representantes das embaixadas de Angola e Moçambique e da Convergência Nacionalista de Timor (iniciativa do Núcleo de Paz do CPPC de Coimbra, com a reitoria da Universidade, a Associação Académica e o Sindicato dos Professores da Zona Centro).



## JCP/PORTO

Encontro distrital do Ensino Secundário, sábado, a partir das 10 horas, no CT da Boavista, para debater a política educativa, o movimento associativo e a actividade da JCP nas escolas.

## CUBA

Sessão cultural e de apoio a Cuba, amanhã, às 21.30 horas, na sede do Clube de Campismo de Setúbal, com Miguel Urbano Rodrigues, jornalista e deputado do PCP na AR, German Blanco, embaixador de Cuba, e Celeste Amorim, do coral da Academia de Música Lopes Graça.

Fim do ano em Cuba, «Embaixada de Paz e Solidariedade» - viagem de 12 dias (26 de Dezembro a 6 de Janeiro) organizada pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação, com o Movimento Cubano para a Paz e Soberania dos Povos. Viagem de avião Lisboa-Havana-Lisboa, estadia em hotéis de 3 e 4 estrelas em regime de meia-pensão (dormida, pequeno-almoço e jantar), visitas em autopullman às regiões de Havana, Cienfuegos e Varadero. Preço: 205 mil escudos (incluindo vistos). Inscrições até fins de Novembro (CPPC, Rua Rodrigo da Fonseca, 56-2º, 1200 LISBOA, telefones 3863375/6, fax 3863221).

Televisão



**A GREVE**

Realização: **SERGEI EISENSTEIN**  
mestre ou mestres, realizador de  
"O Couraçado Potemkine"

Sovexportfilm

SOVEXPORTFILM apresenta uma produção GOSKINO/  
PROLETKULT · GRIGORI ALEXANDROV, MAKSIM  
STRAUCH, MIKHAIL GOMAROV em "STATCHKA"  
· Fotografia de EDOUARD TISSÉ · Argumento e  
Realização de SERGUEI EISENSTEIN.



Impressionante reconstituição de uma greve operária na Rússia Czarista de 1912.

Do suicídio de um trabalhador à repressão maciça, a acção progride numa aceleração dramática sem precedentes e culmina em momentos de indescritível violência.

Este trabalho de estreia do jovem Eisenstein possui um fôlego épico, um esplendor visual, um ritmo alucinante que o transformam em muitíssimo mais que um simples panfleto.



SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

- 001 - O COURAÇADO POTEMKINE
- 002 - A MÃE
- 003 - ESCRAVA DO AMOR
- 004 - A BALADA DO SOLDADO
- 005 - AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 - A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos  
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

Cinema de qualidade em sua casa

**DESCONTO ESPECIAL**  
15%

Via CTT  À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:

crac serviços, CRL  
VIDEO crac filmes  
Apartado 90  
Queluz Ocidental  
2746 QUELUZ CODEX

Quinta, 29



- 07.30 Bom Dia
- 09.30 Rua Sésamo
- 10.00 Loja de Ideias
- 10.30 Notas para Si
- 11.00 O Vale Misterioso
- 11.30 Clube da Manhã
- 12.00 Culinária
- 12.20 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Gerações
- 13.55 Os Mestres da Animação
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.05 A Dama e o Bandoleiro (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Caderno Diário
- 16.45 Rua Sésamo
- 17.15 Brinca Brincando
- 17.50 Paraíso
- 18.45 Roda da Sorte
- 19.15 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Meu Bem, Meu Mal
- 21.40 Simpsons
- 22.15 Noticiário
- 22.10 O Fogo de Gabriel
- 23.15 Sexualidades
- 00.05 24 Horas
- 00.50 Remate
- 01.05 Murphy Brown



- 09.00 Videotexto
- 11.30 Que Família!
- 12.00 Infantil
- 12.50 John Ross
- 13.15 Cheers - Aquele Bar
- 13.40 Euroritmias
- 14.30 TV2 Informação
- 14.35 Agora, Escolha! (O Barco do Amor/Jerry Lewis Show)
- 15.50 TV2 Informação
- 16.00 Cidades em Guerra
- 16.55 TV2 Informação
- 17.00 Chá das Cinco
- 18.00 Vira o Vídeo
- 18.25 TV2 Informação
- 18.30 Luta Livre Americana
- 19.15 Magazine (Literatura)
- 19.45 Cristóvão Colombo
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.40 Barriga de Aluguer
- 22.30 A Escalada (ver «Filmes na TV»)
- 00.55 Ballado: New York City Ballet (cinco coreografias de Peter Martins)



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 MTV
- 17.30 Batman
- 18.00 Responder à Letra
- 18.30 Sic Notícias
- 18.40 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Praça Pública
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.35 Teresa Batista
- 21.35 Repórter da Meia-Noite
- 22.30 Conta Corrente
- 23.30 Deixem Correr o Sangue
- 24.00 Último Jornal

Sexta, 30



- 07.30 Bom Dia
- 09.30 Rua Sésamo
- 10.00 Loja de Ideias
- 10.30 Agora é Que São Elas!
- 11.00 A Flecha Negra
- 11.30 Clube da Manhã
- 12.00 Culinária
- 12.20 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 O Ártico
- 14.25 Ponto por Ponto
- 14.55 O Rapaz e o Índio (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Caderno Diário
- 16.45 Rua Sésamo
- 17.15 Brinca Brincando
- 17.50 Paraíso
- 18.40 Roda da Sorte
- 19.15 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Meu Bem, Meu Mal
- 21.40 Marina, Marina
- 22.15 Dança Comigo (ver «Filmes na TV»)
- 24.00 24 Horas
- 00.45 Remate
- 01.05 Asfalto de Fogo (ver «Filmes na TV»)



- 09.00 Videotexto
- 11.30 Que Família!
- 12.00 Infantil
- 12.50 John Ross
- 13.15 Cheers - Aquele Bar
- 13.40 Euroritmias
- 14.30 TV2 Informação
- 14.35 Agora, Escolha! (Os Jovens Cowboys/MacGyver)
- 15.50 TV2 Informação
- 16.00 Odlssela Animal
- 17.00 Chá das Cinco

- 18.00 Vira o Vídeo
- 18.50 TV2 Informação
- 18.55 Rotações
- 19.55 TV2 Informação
- 20.00 Talhados no Céu (1º epis.)
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.45 Barriga de Aluguer
- 22.30 Em Português Nos Entendemos
- 23.30 Dançando nas Nuvens (ver «Filmes na TV»)
- 01.10 Outras Músicas



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 MTV
- 17.30 Elvis
- 18.00 Responder à Letra
- 18.30 Sic Notícias
- 18.40 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Praça Pública
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.35 Teresa Batista
- 21.35 O Detective (ver «Filmes na TV»)
- 23.40 Cuidado com as Aparências
- 00.10 Os Amores de Lúcia
- 01.05 Último Jornal

Sábado, 31



- 08.00 Canal Jovem
- 13.00 Notícias
- 13.05 Parlamento
- 13.50 O Mundo Misterioso de A. Clark
- 14.15 Clube Disney
- 15.50 Noticiário
- 15.55 Intriga no Clube (ver «Filmes na TV»)
- 17.30 Feira de Música (conv.: Mundo Novo)
- 18.00 Noticiário
- 18.05 Arca de Noé
- 18.45 Você Decide
- 19.45 Totoloto
- 20.00 Jornal de Sábado
- 21.00 Pubilnário
- 21.10 Felicidade
- 22.20 Parabéns (conv.: Sousa Cintra)
- 23.30 Os Falcões da Noite (ver «Filmes na TV»)
- 01.20 Martin (ver «Filmes na TV»)



- 08.00 Caminhos
- 08.30 Novos Horizontes
- 09.00 Universidade Aberta
- 11.35 Hércules Contra o Filho do Sol (ver «Filmes na TV»)
- 13.30 Cinzas (Compacto)
- 16.00 TV2 Desporto
- 22.00 Jornal Nacional
- 22.30 Salomé
- 00.10 TV2 Informação
- 00.15 Força de Elite
- 01.00 Contradições



- 14.00 Sic Notícias
- 14.05 O Homem Árvore
- 14.35 Mundo Novo (1º epis.)
- 15.05 Comando Relâmpago
- 15.30 Futebol: Sporting-Porto
- 18.30 Sic Notícias
- 18.45 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Praça Pública
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.35 Teresa Batista
- 21.35 Wrestling
- 22.05 Água na Boca
- 22.55 Danielle Steel: Papá (ver «Filmes na TV»)
- 00.35 Último Jornal

Domingo, 1



- 08.00 À Mão de Semear
- 08.27 Canal Jovem
- 11.30 Missa
- 12.30 70 x 7
- 13.00 Notícias
- 13.05 A Menina do Futuro
- 13.30 Top +
- 14.30 Olha que Dois (conv.: Helena Roseta)
- 15.20 Noticiário
- 15.25 Beverly Hills 90210
- 16.10 A Praia do Adeus (ver «Filmes na TV»)
- 17.35 Sons do Sol
- 18.25 Chefe mas Pouco
- 18.50 Preço Certo
- 20.00 Jornal de Domingo
- 20.30 Felicidade
- 22.25 Casa Cheia
- 23.05 Grande Área
- 00.30 Conversa Afiada



- 08.00 Clássicos: Os Persuasores (1º epis.)
- 09.00 Tudo Menos Isso
- 09.30 Reglões

- 10.30 Forum Musical
- 11.30 Gente da Frente
- 13.00 Viagens
- 13.30 Realce
- 14.00 Marés Vivas
- 15.00 TV2 Desporto
- 20.15 Palavra Puxa Palavra
- 21.00 No Cumprimento do Dever
- 22.00 Jornal Nacional
- 22.30 Isadora (ver «Filmes na TV»)
- 02.05 Sinais do Tempo (Cuba)



- 14.00 Sic Notícias
- 14.05 O Livro da Selva
- 14.35 Um Planeta, uma Família
- 15.05 O Último Tango (ver «Filmes na TV»)
- 16.35 MTV
- 18.00 Raven
- 19.00 Encontros Imediatos
- 19.30 Gíras e Piroas
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.35 Cosby Show
- 21.05 Uma Mulher de Sonho (ver «Filmes na TV»)
- 23.25 Segredos
- 00.20 Último Jornal

Segunda, 2



- 07.30 Bom Dia
- 09.30 Rua Sésamo
- 10.00 Loja de Ideias
- 10.30 Agora É Que São Elas
- 11.00 Chicos Espertos
- 11.30 Clube da Manhã
- 12.00 Notícias
- 12.05 Culinária
- 12.20 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Gerações
- 13.55 América Selvagem
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.05 Entre Duas Mães (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Caderno Diário
- 16.45 Rua Sésamo
- 17.15 Brinca Brincando
- 17.50 Paraíso
- 18.45 A Roda da Sorte
- 19.20 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Meu Bem, Meu Mal
- 21.40 Apanhados
- 22.10 Entre Famílias
- 23.20 Outras Guerras
- 00.10 24 Horas
- 00.55 Remate
- 01.10 A Mais Bela História de Amor (ver «Filmes na TV»)



- 09.00 Videotexto
- 11.30 Que Família!
- 12.00 TV2 Informação
- 12.05 Infantil
- 12.50 John Ross
- 13.20 Cheers - Aquele Bar
- 13.40 Euroritmias
- 14.35 Agora, Escolha!
- 16.05 Documentário: «Sub»
- 17.00 Chá das Cinco
- 17.55 Vira o Vídeo
- 19.05 Acerto de Contas
- 19.30 Cinemazine
- 20.05 Separados mas Iguais
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.50 Barriga de Aluguer
- 22.45 Fogo Cruzado
- 23.50 Parsifal (2ª. Parte)
- 00.55 Últimas notas: «Unplugged» - Eric Clepton



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 MTV
- 17.35 Tracey Hulman Show
- 18.00 Responder à Letra
- 18.30 Sic Notícias
- 18.40 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Praça Pública
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.35 Teresa Batista
- 21.35 Justiça Negra
- 22.30 Jogo da Verdade
- 23.30 A Família do Senador
- 24.00 Último Jornal

Torça, 3



- 07.30 Bom Dia
- 09.30 Rua Sésamo
- 10.00 Loja de Ideias
- 10.30 Notas Para Si
- 11.00 A Verdadeira História de Spít McPhee
- 11.30 Clube da Manhã
- 12.05 Culinária
- 12.20 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 O Futuro
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.00 «Dias de Glória» (ver «Filmes na TV»)

- 16.45 Rua Sésamo
- 17.15 Brinca Brincando
- 17.50 Paraíso
- 18.40 A Roda da Sorte
- 19.20 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Meu Bem, Meu Mal
- 21.40 Isto S6 Vídeo
- 22.10 Até ao Último Centavo
- 23.00 Repórteres
- 00.10 24 Horas
- 00.55 Remate
- 01.10 Murphy Brown



- 09.00 Videotexto
- 11.30 Que Família!
- 12.00 Infantil
- 12.45 John Ross
- 13.15 Cheers - Aquele Bar
- 13.40 Euroritmias
- 14.35 Agora, Escolha!
- 16.05 Extra
- 17.00 Chá das 5
- 18.00 Vira o Vídeo
- 19.10 Eternos Novatos
- 19.35 Magazine: Ecologia
- 20.05 Sherlock Holmes
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.45 Barriga de Aluguer
- 22.40 Duas Mulheres, Dois Destinos (ver «Filmes na TV»)
- 00.30 Arsenio Hall Show
- 01.15 «Big Band Show»



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 MTV
- 17.30 O Quinteto do Lado
- 18.00 Responder à Letra
- 18.30 Sic Notícias
- 18.40 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Praça Pública
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.35 Meu Marido
- 21.35 O Meu Pé Esquerdo (ver «Filmes na TV»)
- 23.30 Placard Electrónico
- 24.00 Último Jornal

Quarta, 4



- 07.30 Bom Dia
- 09.35 Rua Sésamo
- 10.00 Loja de Ideias
- 10.30 Isto é Magia
- 11.00 Kelly
- 11.30 Clube da Manhã
- 12.00 Culinária
- 12.20 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Gerações
- 13.55 Paragem no Tempo
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.05 «Todas as Raparigas Devem Casar» (ver «Filmes na TV»)
- 16.45 Rua Sésamo
- 17.15 Brinca Brincando
- 17.50 Paraíso
- 18.40 Roda da Sorte
- 19.20 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Desenhos Animados
- 20.35 Meu Bem, Meu Mal
- 21.40 Vamos Jogar no Totobola
- 21.55 «Passagem para a Índia» (ver «Filmes na TV»)
- 00.40 Golo Europa
- 01.40 24 Horas
- 02.25 Remate
- 02.40 Murphy Brown



- 09.00 Videotexto
- 11.30 Que Família!
- 12.00 Infantil
- 12.50 John Ross
- 13.15 Cheers - Aquele Bar
- 13.45 Euroritmias
- 14.40 Agora, Escolha!
- 16.05 Ao Sol
- 17.00 TV Desporto: Vac-Benfica; Boavista-Parma
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.45 Barriga de Aluguer
- 22.45 Carlos Cruz - Quarta-Feira (Prof. Machado Caetano)
- 23.45 Artes e Letras - «Hermínia Silva»
- 00.45 «Cão de Palha» (ver «Filmes na TV»)
- 02.50 Pop-Off



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 MTV
- 17.30 Aventura
- 18.00 Responder à Letra
- 18.30 Sic Notícias
- 18.40 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Praça Pública
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.30 Meu Marido
- 21.35 Crimes
- 22.00 O Príncipe de Bel Air
- 22.35 Batalhas Conjugais
- 23.30 O Passageiro Imprevisto
- 24.00 Último Jornal

## Filmes na TV

### A Dama e o Bandoleiro

«The Lady and The Highwayman», (Gr.Br./1988). Realização de John Hough. Interpretação de Emma Sams, Oliver Reed, Claire Bloom, Christopher Cazenove, Lysette Anthony, Hugh Grant, Michael York, John Mills. Cor, 90 minutos.

Um grupo de intérpretes de alto nível e condições de produção de luxo não chegam para fazer deste telefilme baseado no romance de Barbara Cartland, com acção a desenrolar-se no século XVII inglês, um objecto artístico de pri-

### O Rapaz e o Índio

«Fish Hawk», (Can./1979). Realização de Donald Shebib. Interpretação de Will Sampson, Charlie Fields, Geoffrey Bowes, Mary Pirie. Cor, 100 minutos.

Will Sampson tornou-se famoso pelo papel que representava em «Voando Sobre Um Ninho de Cucos», de Milos Forman. Aqui, Sampson, naturalmente e mais uma vez num papel que excelentemente lhe quadra, é um dos principais intérpretes deste filme canadiano que nos dá conta da amizade entre um velho índio e um jovem branco numa história

pelo maccarthismo. Ainda com uma chamada de atenção para as interpretações de Remick, Bisset e Duvall, *O Detective* é uma obra lúcida e corajosa, atingida pela polémica na altura da sua estreia, que importa rever.

Sexta, 21.35, SIC

### Dança Comigo

«Dirty Dancing», (EUA/1987). Realização de Emile Ardolino. Interpretação de Jennifer Gray, Patrick Swayze, Jerry Orbach, Cynthia Rhodes, Jack Weston, Jane Bruckner. Cor, 96 minutos.

Forte, e decisiva, é a concorrência que, por mero acaso, a TV 2 faz à SIC, com a transmissão de um filme de idêntico género, mas muito maior qualidade, a acontecer quase à mesma hora. Última das frutuozas colaborações de dois magos do «musical clássico» (Gene Kelly e Stanley Donen), *Dançando nas Nuvens* encerra, também, o maravilhoso ciclo de *Um Dia em Nova Iorque* e *Cantando à Chuva*. Aqui, três antigos marinheiros encontram-se para comemorar o armistício dez anos após o termo da II Grande Guerra onde haviam combatido, concluindo, após tão longa ausência, que as suas vidas tinham evoluído em sentidos totalmente diversos uns dos outros. Mas o que no fundo mais nos importa é que, agora reunidos, se invente uma história em que possam transmitir-nos aquilo em que são por igual irrepreensíveis: a cantar e a dançar. E assim se sucedem grandes momentos musicais, como o bailado em patins de rodas de Gene Kelly ou o número dos três a dançar com tampas de caixotes de lixo, visualmente servidos pelo *cinemascope* e pela técnica do *écran repartido*. O problema é que, muito provavelmente, estas técnicas deverão ser assassinadas na cópia para televisão. Tal como as pernas de Cyd Charisse... A ver vamos.

Sexta, 23.20, TV 2

### Asfalto de Fogo

«Private Road», (EUA/1988). Realização de Raphael Nussbam. Interpretação de George Kennedy, James Van Patten, Greg Evigan, Mitzi Kapture, Brian Patrick Clarke. Cor, 95 minutos.

Mais um telefilme, desta vez à volta da história idiota do «caso» ocorrido entre um corredor de automóveis e a filha de um milionário na sequência do desastre que o primeiro tem ao acelerar de mota de encontro ao carro da segunda. Bem feita...

Sexta, 01.05, Canal 1

### Hércules Contra os Filhos do Sol

«Erocle Contro I Figli del Sole», (It./Esp./1964). Realização de Osvaldo Civirani. Interpretação de Mark Forest, Anna Maria Pace, Giuliano Gemma, Franco Fantasia, Angela Rhu, Giulio Donnini. Cor, 82 minutos.

Afinal, o outro dia, a famigerada dobragem de *O Maior Império do Mundo* não era, como aqui admitíamos, para a versão americana, mas sim, imagine-se, para a versão «francesa», com que a RTP resolveu brindar-nos! Neste caso, tratando-se de uma produção italo-espanhola, mas apenas com um americano no cartaz, é provável que (com Hércules em aventuras na América do Sul) a dobragem que nos vá ser oferecida seja a «castelhana», o que será um regalo para os ouvidos tal como, seguramente, o filme o não será menos para os olhos...

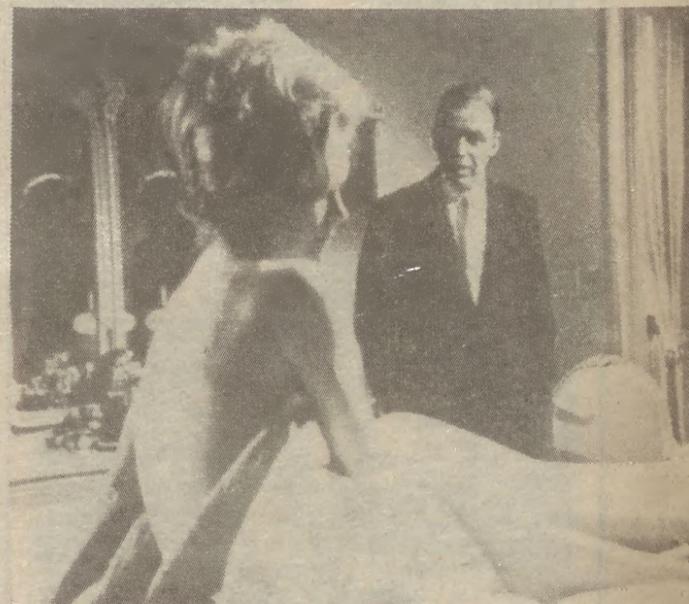
Sábado, 11.35, TV 2

### Buffalo Bill

«Buffalo Bill», (EUA/1944). Realização de William Wellman. Interpretação de Joel McCrea, Maureen O' Hara, Linda Damell, Thomas Mitchell, Anthony Quinn, Edgar Buchanan. Cor, 90 minutos.

Não é, nem de longe, dos melhores exemplos da arte de William Wellman, mas tem sempre o interesse de nos contar episódios da vida romaneada de um dos heróis do Oeste, embora «apimentada» com algumas patifarias ao estilo de Hollywood desferidas contra os índios. Maureen O' Hara e Linda Damell, belíssimas nos papéis de «raparigas» do pistoleiro, e Anthony Quinn, irreverente-quanto-baste na personagem do «chefe-índio», fazem excelente contraponto à figura do «rapaz», composta a carácter por Joel McCrea. Para passar o tempo e fechar o televisor em seguida.

Sábado, 15.10, SIC



Uma outra imagem de Sinatra: «O Detective»

### Intriga no Clube

«The Club», (Austrália, 1980). Realização de Bruce Beresford. Interpretação de Jack Thompson, Graham Kennedy, Frank Wilson, Harold Hopkins. Cor, 95 minutos.

Os problemas e os caminhos ínvios para o sucesso de um clube de futebol australiano estão no centro de uma intriga filmada pelo realizador australiano Bruce Beresford (*Miss Daisy*), que colheu boas referências.

Sábado, 15.55, Canal 1

### Papá

«Daddy», (EUA/1991). Realização de Michael Miller. Interpretação de Patrick Duffy, Lynda Carter, Sarah Watson. Cor, 120 minutos.

Baseado na pena *best-seller* de Danielle Steel, um telefilme estilo *charopada melodramática*. Uma espécie de «Olá-quentinho», para esquecer.

Sábado, 22.55, SIC

### Os Falcões da Noite

«Nighthawks», (EUA/1981). Realização de Bruce Malmuth. Interpretação de Sylvester Stallone, Billy Dee Williams, Lindsay Wagner, Persis Khambatta, Nigel Davenport, Rutger Hauer, Hilarie Thompson, Joe Spinell. Cor, 100 minutos.

As costumadas carradas de violência e terror, características destas *doses duplas*, alcinhadas de *sessões duplas* nos Sábados à noite do Canal 1. A primeira dose tem Sylvester Stallone, como protagonista...

Sábado, 23.30, Canal 1

### Martin

«Martin», (EUA/1976). Realização de George A. Romero. Interpretação de John Amplas, Linciln Maazel, Christine Forrest, Elyane Nadeau, Tom Savini, Sarah Venable. Cor, 94 minutos.

...e esta segunda dose, em vez de perseguições a terroristas, tem um moderno vampiro em busca de sangue. Ou seja, como vem sendo habitual, uma noite inteiramente para esquecer em termos de cinema televisivo, o que lhe permitirá, finalmente, fechar o aparelho. E exercitar a leitura ou a conversa.

Sábado, 01.20, Canal 1

### O Último Tango

«Mi Ultimo Tango», (Méx./1960). Realização de Luis Cesar Amadori. Interpretação de Sara Montiel.

Domingo, 15.05, SIC

### A Praia do Adeus

«Lifeguard», (EUA/1976). Realização de Daniel Petrie. Interpretação de Sam Elli-

ott, Anne Archer, Spepeth Young, Parker Stevenson, Kathleen Quinlan, Steve Burns, Sharon Weber, Lenka Peterson, George D. Wallace. Cor, 93 minutos.

Realizado por Daniel Petrie, um velho rotineiro da televisão vindo para o cinema, *A Praia do Adeus* resente-se da sua linguagem televisiva. Apesar da passagem dos anos, um nadador-salvador resiste em abandonar a profissão que abraçou quando mais jovem face à oportunidade de singrar no mundo dos negócios. Ou de como não há amor como o primeiro...

Domingo, 16.10, Canal 1

### Isadora

«Isadora», (Gr.Br./1968). Realização de Karel Reisz. Interpretação de Vanessa Redgrave, James Fox, Jason Robards, Ivan Tchenko, John Fraser, Bessie Love, Cynthia Harris. Cor, 153 minutos.

Uma das primeiras criadoras femininas do bailado moderno, e livre-pensadora que deu que falar no seu tempo, Isadora Duncan transformou-se, de uma personagem incómoda e irreverente, num autêntico mito - e tem, no brilhante papel representado por essa outra inconformista que é Vanessa Redgrave, uma intérprete à altura. E este filme de Karel Reisz, cineasta de origem checoslovaca e representante da primeira linha do saudoso *free cinema* britânico, constitui a excelente reconstituição biográfica de uma carreira e de uma vida tão intensas e repletas de êxitos como atravessadas pela paixão e pela tragédia. A recordar.

Domingo, 22.30, TV 2

### Entre Duas Mães

«Our Very Own», (EUA/1950). Realização de David Miller. Interpretação de Ann Blyth, Farley Granger, Jane Wyatt, Donald Cook, Ann Dvorak, Natalie Wood, Martin Milner. P/B, 93 minutos.

Uma jovem descobre que é filha adoptiva. Primeiro, o choque. Depois, o melodrama.

Segunda, 15.05, Canal 1

### O Inspector Lavardin

«Inspecteur Lavardin», (Fr./1986). Realização de Claude Chabrol. Interpretação de Jean Poirret, Jean-Claude Brialy, Jean-Luc Bideau, Bernadette Lafont, Herminie Clair. Cor, 100 minutos.

Investigada tão ao gosto de Claude Chabrol, a respeitabilidade da burguesia da província é, mais uma vez, posta em causa neste filme, uma complexa história policial em que o inspector Lavardin, ao desvendar o assassinato de um escritor, faz abafar um outro crime mais antigo cometido pela filha da mulher daquele, um seu amor de juventude, e provoca a condenação do seu autor moral.

Segunda, 23.30, TV 2



«Isadora», um filme sobre Isadora Duncan, com Vanessa Redgrave



Um êxito de bilheteira: «Dança Comigo»

meira água. Apenas escoreito e naturalmente fiel à média de qualidade inerente aos produtos televisivos de prestígio, *A Dama e o Bandoleiro* é mais um telefilme, entre tantos, de aventuras e romance.

Quinta, 15.05, Canal 1

### A Escalada

«The Eiger Sanction», (EUA/1975). Realização de Robert Daley. Interpretação de Clint Eastwood, George Kennedy, Vonetta McGee, Jack Cassidy. Cor, 128 minutos.

A escalada do Eiger, na Suíça, é o pano de fundo de um movimentado filme de espionagem que, segundo as referências, constantemente alterna entre um verdadeiro filme de Clint Eastwood e um produto de grande consumo ao estilo James Bond, desejado pelos produtores. É, assim, um filme menor de Eastwood, em que este faz o papel duplo de um professor de arte e de um temível agente secreto, pago por uma agência governamental, em perseguição de um espião que lhe escapa e que, no fim do filme, ele vem a verificar tratar-se do seu melhor amigo.

Quinta, 22.30, TV 2

de contornos ecologistas, filmada por entre belas paisagens.

Sexta, 14.55, Canal 1

### O Detective

«The Detective», (EUA/1968). Realização de Gordon Douglas. Interpretação de Frank Sinatra, Lee Remick, Ralph Meeker, Jacqueline Bisset, William Windom, Al Freeman, Tony Musante, Jack Klugman, Robert Duvall. Cor, 114 minutos.

Sinatra, num dos seus mais conseguidos papéis «sérios» no cinema: o de um detective irrepreensível que vem a descobrir que um homossexual, que ele levava à condenação pelo alegado assassinio do seu companheiro, afinal estava inocente. Mas o filme é muito mais do que isso: obra crua e realista e representativa do melhor cinema liberal e progressista norte-americano, ele constitui a condenação da corrupção instalada nos meios policiais e da administração local, a denúncia do desprezo discriminatório de uma sociedade pelas suas minorias, e o retrato do absurdo da pena de morte e dos desvios da justiça, na grande tradição do *cinema negro* dos anos do pós-guerra conjuntamente interrompida

Seguido, como seria inevitável, por uma curta sequela televisiva, este filme inegavelmente comercial obteve, na sua estreia, o êxito das grandes audiências. Com acção situada nos anos 60 (embora muita da música que se ouve - e de que vive - traia a sua origem nos 80), *Dança Comigo* conta a história das experiências sentimentais e coreográficas de uma «jovem de família» durante umas férias. A estética dos *videoclips*, área de onde vem o realizador, contrasta fortemente com os lugares-comuns da história, que fazem recordar o lado mais *kitch* das antigas comédias musicais. Entretanto, surpreendente é a prestação de Swayze, uma versão moderna de grandes bailarinos masculinos como James Cagney ou Gene Kelly, bem como a sensual coreografia de Kenny Ortega.

Sexta, 22.15, Canal 1

### Dançando nas Nuvens

«It's Always Fair Weather», (EUA/1955). Realização de Gene Kelly e Stanley Donen. Interpretação de Gene Kelly, Dan Dailey, Cyd Charisse, Dolores Gray, Michael Kidd. Cor, 97 minutos.

A Mais Bela História de Amor

«Suzanne», (Can./1980). Realização de Robin Spry. Interpretação de Jennifer Dale, Winston Rekert, Gabriel Arcand, Ken Pogue. Cor, 110 minutos.

O melodrama e o escândalo envolvendo o caso de um triângulo amoroso. Um filme inédito entre nós a que apontam o interesse (aliás, actual) de focar os conflitos entre católicos e protestantes no Québec.

Segunda, 01.10, Canal 1

Dias de Glória

«Days of Glory», (EUA/1944). Realização de Jacques Tourneur. Interpretação de Gregory Peck, Alan Reed, Maria Palmer, Lowell Gilmore, Tamara Toumanova. P/B, 86 minutos.

A estreia de Gregory Peck no cinema é o facto mais revelante deste filme que, com enredo localizado durante a II Guerra Mundial, é mais um exemplo hollywoodiano da sua visão «exótica» dos aliados de então: a sempre longínqua e secreta «Rússia», com um punhado de resistentes soviéticos, por acaso também em luta contra a Alemanha nazi, e levantando o moral da retaguarda americana... Um filme datado, para, também datadas, plateias americanas.

Terça, 15.05, Canal 1

O Meu Pé Esquerdo

«My Left Foot», (Irl./1989). Realização de Jim Sheridan. Interpretação de Daniel-Day Lewis, Brenda Fricker, Ray McAnally, Hugh O'Connor, Fiona Shaw, Cyril Cusack, Adrian Dunbar, Ruth McCabe, Alison Whelan. Cor, 103 minutos.

Trata-se de um filme extremamente impressionante desenvolvendo, com grande tacto e sobriedade, a história verdadeira de um escritor e pintor irlandês, Christy Brown, afectado desde o nascimento pela paralisia cerebral. Tendo como pano de fundo a dura existência de uma família operária irlandesa, de que o escritor foi originário, e o desamparo humilhante a que longamente foi sujeito, O Meu Pé Esquerdo, cujo argumento foi escrito pelo realizador Jim Sheridan a partir da própria autobiografia de Christy Brown, tem em Daniel-Day Lewis e Hugh O'Connor dois impressionantes intérpretes da personagem do escritor, na sua juventude e maturidade, tendo sido atribuídos ao primeiro e a Brenda Fricker dois Oscars da Academia. Destaque, ainda, para a brilhante partitura de Elmer Bernstein.

Terça, 21.35, SIC

Duas Mulheres, Dois Destinos

«Young Man With a Horn»,

Cinema

Table with 4 columns: Title, M. M. Luz, Manuel Neves, Paulo Torres. Rows include Sombras e Nevoeiro, Imperdoável, O Festim Nu, Jogos de Poder, A Dupla Vida de Veronique.

Classificação de ★ a ★★★★★

- A - Real. Woody Allen - Cine 222 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), King Triplex/1 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) - Lisboa.
B - Real. Clint Eastwood - Alfa/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras/4 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Fonte Nova/1 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45), Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45), S. Jorge/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Terminal/1 (15.15, 17.30, 19.45, 22.00) - Lisboa.
C - Real. Real. David Gronenberg - Quarteto/4 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) - Lisboa.
D - Real. Phillip Noyce - Alfa/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras/1 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Fonte Nova/2 (14.15, 16.30, 18.45, 21.15), São Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.15), Star (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) - Lisboa.
E - Real. Krzystov Kieslowski - King Triplex/2 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30) - Lisboa.

(EUA/1950). Realização de Michael Curtiz. Interpretação de Kirk Douglas, Lauren Bacall, Doris Day, Juano Hernandez, Hoagy Carmichael, Mary Beth Hughes. P/B, 112 minutos.

É a história dramática de um trompetista, com argumento escrito a partir do romance homónimo de Dorothy Baker e inspirado na vida de um dos primeiros grandes músicos de Jazz brancos - Bix Beiderbecke. Mas os cinéfilos e os amadores de Jazz ainda teriam de esperar bastantes anos até que, com Bird, de Clint Eastwood, ou sobretudo A Volta da Meia Noite, de Bertrand Tavernier, o cinema olhasse o Jazz com olhos de ouvir. Na banda sonora, Harry James dobra Kirk Douglas.

Terça, 23.30, TV 2

Todas As Raparigas Devem Casar

«Every Girl Should Be Married», (EUA/1948). Realização de Don Hartman. Interpretação de Cary Grant, Franchot Tone, Diana Lynn, Betsy Drake, Alan Mowbray. P/B, 85 minutos.

Uma comédia típica da época, em que Betsy Drake tenta arrastar o solteirão Cary Grant para o casamento, com Franchot Tone a espreitar uma oportunidade. Um espectáculo de boas interpretações.

Quarta, 15.15, Canal 1

Passagem para a Índia

«A Passage To India», (Gr.Br./1984). Realização de David Lean. Interpretação de Judy Davis, Victor Benerjee, Peggy Ashcroft, James Fox, Alec Guinness, Nigel Havers, Richard Wilson. Cor, 163 minutos.

Um regresso triunfal de David Lean, após 15 anos de retiro. Situada nos anos 20, Passagem Para

a Índia é a história da longa viagem de barco de uma jovem inglesa e da sua futura sogra para o que seria o encontro com o seu noivo. Magistralmente contada e brilhantemente encenado, encontramos, na história e no filme, todas as qualidades de um grande senhor do cinema: o criterioso balanço entre a epopeia e o intimismo, o colonialismo e o racismo, a emoção e o humor, a beleza da paisagem e a crítica social, a cumplicidade de duas mulheres, o choque de duas culturas. Não é do melhor que David Lean nos deixou, mas é um grande espectáculo e um regalo para os olhos. Um Oscar, justíssimo, para Peggy Ashcroft e um outro, menos justo, para Maurice Jarre.

Quarta, 21.45, Canal 1

Cão de Palha

«Norainu», (Jap./1949). Realização de Akira Kurosawa. Interpretação de Toshio Mifune, Takashi Shimura, Ko Kimura, Keiki Awaji. P/B, 118 minutos.

A reflexão de um grande cineasta sobre o Japão do pós-guerra, maravilhosamente insinuada através de um «policial» narrado à maneira ocidental.

Quarta, 00.45, TV 2

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Teatro

AUDITÓRIO DE BENFICA

Av. Gomes Pereira, 17. Tel. 7154565. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: O VERDADEIRO OESTE, de Sam Shepard, enc. António Feio, com Virgílio Castelo, José Pedro Gomes, Marques d'Arede, Fernanda Montemor.

CASA DA JUVENTUDE DE CACILHAS

Cacilhas, tel. 2740757. 5ª, 6ª e sáb. às 22.00: O DIA EM QUE TODAS AS PUTAS FORAM JOGAR TÊNIS, de Arthur Kopit, enc. de Luzia Paramés.

COMUNA

Praça de Espanha. Tel. 7271818 e 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: EDUARDO II, de Christopher Marlowe, encenação de João Mota.

INTERVALO

Palácio Ribamar, Algés. Sextas e sábados, às 21.30: O CABARET DO PRAZER E DA MEMÓRIA, pelo grupo de teatro Intervalo.

RITZ CLUB

Rua da Glória, 57. Tel. 3425140. De 2ª a sáb. às 21.30: A CANTORA CARECA, de Eugene Ionesco, enc. de Helder Costa, pela companhia A Barraca.

TEATRO AVENIDA

Coimbra. Tel. 33513. 2ª, 5ª e 6ª, às 21.30, 3ª e 4ª às 16.30 (até 11 de Nov.): O TRIUNFO DO AMOR, de Marivaux, encenação de Rogério de Carvalho, pela companhia A Escola da Noite.

TEATRO-CIRCO

Braga. Tel 29423. 3ª a dom. às 21.30: A GUIA, de Botho Strauss, enc. de Rui Madeira, pela Companhia de Teatro de Braga.

TEATRO DA CORNUCOPIA

Rua Tenente Raul Cascais, 1. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00 (últ. mês): APANHADOS NO DIVÁ, de Joe Orton, encenação de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

TEATRO DA MALAPOSTA

Rua de Angola, Olival Basto. Tel. 9373299. Sáb. (31) às 21.30 e dom. (1) às 16.00: YERMA, de F. Garcia Lorca, enc. de Yolando Alves, pelo grupo Teatro de Papel.

TEATRO MARIA MATOS

Av. Frei Miguel Contreiras, 52. Tel. 8497017. Dom. (1 e 8) às 11.00, sáb. (7) às 16.30: PIQUENIQUE NA FLORESTA, texto e enc. de Fernando Gomes, pelo Teatro Infantil de Lisboa.

TEATRO S. LUIZ

Rua António Maria Cardoso. Tel. 3471279. Sáb. às 19.00 e 22.30, dom. às 16.30, 2ª às 21.30: A ARTE DA COMÉDIA, de Eduardo de Filippo, encenação de Mário Viegas. - 6ª às 21.30: NÁPOLES MILIONÁRIA, de Eduardo de Filippo, encenação de Mário Viegas (produções da Companhia Teatral do Chiado).

TEATRO DO SÉCULO

Rua do Século, 41. Tel. 828294. De 2ª a 5ª às 22.00, 6ª e sáb. às 19.00 e 22.30: MEDEIA É BOM RAPAZ, de Luís Riaza, enc. Fernanda Lapa, com João Grosso e Rogério Samora.

TEATRO DA TRINDADE

Sala Estúdio, Largo da Trindade, 7-A. Tel. 3423200. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00 (até 15 de Nov.): UM SABOR A MEL, de Shelag Delaney, encenação de João Lourenço, pelo Novo Grupo.

PALAVRAS CRUZADAS

15x15 crossword grid with numbers 1-15 in both directions.

HORIZONTAIS: 1 - Satanás; Demónio; 2 - aves corredoras australianas; atraioar; súplica; 3 - antiga possessão portuguesa na Índia; devorais; ilha do arquipélago de Cabo Verde; 4 - aspecto; percebo; pago; graceja; 5 - marcados com listas ou vergões coloridos e concêntricos; 6 - espécie de tatu; costume; esturro na comida; 7 - socorrem; ninfa dos rios e das fontes; 8 - pão de milho; anel de cadeia; escritor francês autor de «Le Rêve»; 9 - aflitivos; 10 - Telúrio (simb.); brilho (fig.); filtra; porco; 11 - base aérea; aperfeiçoas; maior; 12 - texto; recipientes para a cultura de plantas; remuneração; 13 - depósito de armas; infelizes.

VERTICAIS: 1 - Impressão digital; trapaça ao jogo; 2 - chefe de tribo entre os árabes; duas num; líquido muito volátil; 3 - cinco cadernos; pedaços de papel; cont. prep. e art.; 4 - Ósmio (simb.); triture; popa; 5 - cútis; colocar; 6 - metal raro que acompanha o Cério nos seus minérios; encarece; 7 - agora; divindade do paganismo; igual; 8 - brejos; carnívoros ferozes que atacam o homem quando famintos; 9 - fecha as asas para descer (as aves); senhores; prep.; 10 - estéril; poente; 11 - pedido de socorro no mar; não acompanhado; 12 - brisa; executa; letra grega; 13 - pron. pess.; pejo; ilha no mar da Irlanda; 14 - escrava egípcia de Abraão e mãe de Ismael; doçura (fig.); vestimenta dos magistrado; 15 - consistente; frutos das amoreiras.

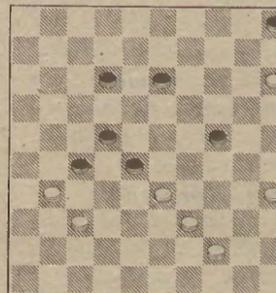
SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 - Evita; nabal. 2 - Namora; camisa. 3 - Adita; tom; reduz. 4 - Nora; Bubka; naca. 5 - Ir; Rui; uno; rr. 6 - Rás; ala; teo. 7 - Os; unira; vi. 8 - Vil; azo; lar. 9 - El; fio; fim; rá. 10 - Luva; sorte; elas. 11 - Odete; RAI; atada. 12 - Selava; amador. 13 - Alado; miolo.

VERTICAIS: 1 - Inanir; Veloso. 2 - Adora; ilude. 3 - Emir; Sol; vela. 4 - Votar; fatal. 5 - Ira; Ur; Pi; Eva. 6 - Ta; Bi; Os; ad. 7 - Tu; Ana; or. 8 - Mobilizaram. 9 - MK; aro; Ti. 10 - AC; Au; fé; ai. 11 - Bar; nu; Il; amo. 12 - Ameno; metal. 13 - Lida; til; lado. 14 - Sucre; arado. 15 - Lázaro; rasara.

DAMAS

CCCLXXIX 29 de Outubro de 1992 PROPOSIÇÃO N.º 1992D087 Por: GERMAIN AVID 3.º Prémio Het Dampsel, 1955 Pr.: [7]: 5-12-13-22-24-27-28 Br.: [7]: 15-31-33-35-37-39-44



Branças jogam e ganham

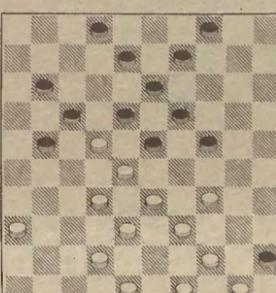
PROPOSIÇÃO N.º 1992D088

Por: J. v. d. BOOGARD

1.º Prémio De Leidse Ct, 1955/56

Pr.: [13]: 2-4-8-9-11-13-17-18-19-21-23-24-45

Br.: [13]: 22-28-32-33-34-36-38-39-42-44-48-49-50



Branças jogam e ganham

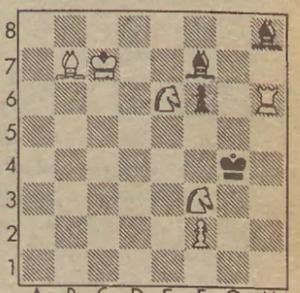
SOLUÇÕES DO N.º CCCLXXIX

N.º 1992D087 [G.A.]: 1. 15-10, (5X14\*); 2. 33-29 (24X33\*); 3. 37-32 (28X26); 4. 39X10 (27-32\*); 5. 10-5-D (32-38); 6. 5-37, (48-43); 7. 44-39; 8. 35-30 e 9. 37-48+

N.º 1992D088 [J. v. d. B.]: 1. 42-37, (18X27); 2. 33-29, (24X31); 3. 44-40, (27X38); 4. 36X7, (X); 5. 50-44, (X); 6. 39-33, (38X29); 7. 34X21, (45X34); 8. 21-17, (11X22); 9. 44-39, (34X43); 10. 49X9 + [OPOSIÇÃO]

XADREZ

CCCLXXIX 29 de Outubro de 1992 PROPOSIÇÃO N.º 1992X087 Por: FRANTISEK KOLLMANN Deutsche Schachzeitung, 1887 Pr.: [4]: Pf6-Bs.f7, h8-Rg4 Br.: [7]: Pf2-Cs, e6, f3-Bb7-Th6-Rç7



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1992X088

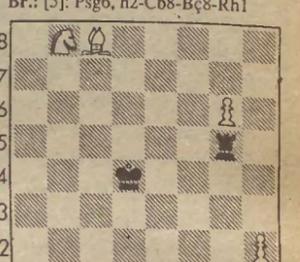
Por: ALEKSEI ALEKSIEVIK

TROITSKI

Deutsche Schachzeitung, 1913

Pr.: [2]: Tg5-Rd4

Br.: [5]: Psg6, h2-Cb8-Bç8-Rh1



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCLXXIX

N.º 1992X087 [F. K.]: 1. Th1! [Ameaça: 2. B64, B:66; 3. Th4++], Rf5, 2. Ch4+, R66/Rg4; 3. T61/Cf3++ J. ...., B6; 2. Rh4+, Rf5; 3. B64++

N.º 1992X088 [A.A.T.]: 1. Cç 6+, R63!; 2. h4!, t.P; 3. C67 ganha. Se: 2. C67?, Rf2; 3. h4, Tg 1++



Daniel Day-Lewis, em «O Meu Pé Esquerdo»

Tempo



Fim-de-Semana Continuação do tempo instável

## ÚLTIMAS

# a talhe de FOICE

## O opúsculo

A Secretaria de Estado da Integração Europeia publicou um opúsculo. É a cores, tem na capa o símbolo da Comunidade e na contracapa a bandeira portuguesa a comandar as restantes. Gostámos deste pormenor: ao nível de contracapa somos, para já, os maiores.

Todavia, o opúsculo não se fica por uma (aliás, bem sucedida) competição de estandartes. Ele quer e, sobretudo, vai mais longe. Em rigor, até vai muito mais perto, já que se propõe esclarecer em 24 páginas o que o Tratado de Maastricht precisou de esmiuçar nalguns milhares delas, reconfortante pormenor que também nos não escapou: o de uma capacidade de síntese inequivocamente imputável ao génio nacional. Tendo "por objectivo contribuir para a divulgação das novas perspectivas do processo de integração europeia, com base no Tratado de Maastricht", o opúsculo organiza-se em três "pilares". É verdade que, sendo apenas três, não chegam aos sete do Lawrence da Arábia, mas isso não é razão para lhes encontrarmos menos sabedoria. Aliás, nisto de pilares, quem tirar três já cumpre o seu dever.

O "1º Pilar" do Tratado, na enunciação do texto, "corresponde às actuais três Comunidades" (CEE, CECA e EURATOM) e, talvez por aguentar tantas Comunidades, está a abarrotar de "novas perspectivas".

Uma delas "promove uma maior protecção social dos trabalhadores" (está lá escrito) através da "protecção da saúde e segurança dos trabalhadores", da "igualdade de oportunidades entre homens e mulheres" e da "integração das pessoas excluídas do mercado de trabalho".

Deve ser por causa dessa "integração das pessoas excluídas do mercado de trabalho" que a Comunidade quer impor a descida de 14 para 13 anos como idade mínima para se entrar no mundo do trabalho, tal como será para garantir a "igualdade de oportunidades entre homens e mulheres" que se pretende oficializar o parto como uma "doença", cuja "baixa", substituindo a licença de parto, desobrigará o patronato do pagamento integral do salário, transferindo para a Segurança Social o encargo de pagar à trabalhadora... o ordenado mínimo.

Mais adiante, o pilar garante "a cidadania europeia, que cria direitos próprios dos cidadãos comunitários" (o que permitirá, finalmente, distinguir com força de lei um europeu dos bons dessa cambada de meridionais, africanos e outros asiáticos que para aí andam às migalhas), "institui uma União Económica e Monetária" (que liberta os Estados membros mais débeis da trabalhadora de definir a sua política económica, financeira e cambial) e decide que "a maioria qualificada é, no quadro do novo Tratado, a regra geral de decisão em Conselho de Ministros" (a qual configura a preciosa vantagem de serem os mais ricos a ordenar aos mais pobres o que devem fazer).

É claro que, tirando as citações, nada disto vem explicado no "pilar", mas em 24 páginas não se pode pôr tudo.

Porém, com mais dois pilares ainda se consegue enfiar alguma coisa. É o que faz o opúsculo.

No segundo, que "corresponde à política externa e de segurança comum (PESC)", o documento divulga a sua satisfação pelo facto de "a implementação de acções comuns" ser feita sempre com "a concordância de, pelo menos, oito Estados". Se for Portugal um dos que não são precisos para ordenar, por exemplo, uma guerra, os nossos opusculadores acharão, certamente, "democrático" que interesses alheios utilizem o povo português como vulgar carne fresca.

Quanto ao "3º Pilar", sustenta a "criação do sistema europeu de intercâmbio de informações criminais (EUROPOL)", sem que se saiba o que são "informações criminais", quais os seus limites, quem as deterá, contra quem ou para quê. De facto, este opúsculo é um autêntico pilar. E um Governo destes só à pilada.

■ HC

## Orçamento para a Educação Um retrocesso de pesadas consequências

O PCP manifesta-se contra a redução das verbas para a Educação e defende um ensino de qualidade e de uma qualificação para todos numa nota da Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP de terça-feira passada, que transcrevemos na íntegra, a propósito do Orçamento para a Educação no ano que vem.

«1. O Orçamento da Educação para 1993 que integra a proposta de Orçamento que o Governo apresentou na Assembleia da República, em sentido inverso a todas as declarações do ministro da Educação e do próprio Primeiro-Ministro relativas ao desenvolvimento do sistema educativo e da sua qualidade, representa um retrocesso de pesadas consequências para o país e um atentado aos interesses e direitos dos professores, estudantes e dos pais e encarregados de educação, de que é urgente que seja assumida plena consciência.

«Este facto é tanto mais grave para o futuro do país e em particular da juventude, quanto não pára de aumentar a distância educativa que separa o nosso país dos países mais desenvolvidos e em particular dos da CEE, com os quais a partir de Janeiro Portugal passa a integrar o mercado único.

«2. Sem prejuízo de uma ulterior e mais aprofundada análise ao Orçamento da Educação, que depende de informações complementares e de esclarecimentos que o Governo não apresentou ainda na Assembleia da República, a Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP entende chamar a atenção desde já para os seguintes aspectos:

«- de 1992 para 1993 a parte da Educação no total do Orçamento do Estado volta a cair, situando-se na

proposta do Governo apenas nos 13,2% do total;

«- as verbas para a Educação sofrem uma redução brutal (a preços constantes de 1992): menos 32 milhões de contos nas rubricas relativas ao funcionamento dos estabelecimentos do ensino, o que irá significar o despedimento de muitos milhares de professores e de outros trabalhadores das escolas, o agravamento de carências básicas existentes em muitos estabelecimentos do ensino e o aprofundamento dos problemas da qualidade do ensino; e menos também de 2,2 milhões de contos nas verbas relativas ao investimento, o que afecta sobretudo os programas relativos a instalações e equipamentos, num quadro conhecido de grandes carências e de grave degradação do sistema escolar no seu conjunto;

«- em relação ao ensino superior público no seu conjunto, cujas graves carências de financiamento são bem conhecidas da opinião pública, as verbas para investimento, em relação ao que a Assembleia da República havido programado para 1993, sofreram uma redução de quase três milhões e meio de contos, o que representa uma diminuição em percentagem de quase 22%, a preços de 1992; para além disso, o Governo opta pela inscrição de dotações não especificadas, o que compromete a garantia de financiamento de muitos projectos de investimento e limita drasticamente

as possibilidades de controlo de execução orçamental, que fica deste modo sujeita ao livre arbítrio do Ministério da Educação;

«- apesar das promessas do Governo de melhorar substancialmente a acção social escolar no ensino superior, a verdade nua e crua dos números do Orçamento desmente inteiramente os propósitos propagandados no chamado contrato social com associações estudantis: o total que o Governo se propõe gastar com os Serviços Sociais Universitários em 1993 (8,2 milhões de contos, a preços de 1992) pouco excede o orçamentado para 1993 o Centro Cultural de Belém (mais de 6,7 milhões de contos de um projecto que, em final do próximo ano, já terá custado ao país cerca de 40 milhões de contos!) e em termos reais regista em relação a 1992 um crescimento apenas de 69 mil contos; na parte do Orçamento respeitante ao investimento (PIDDAC) do conjunto do ensino superior o aumento real em relação ao que estava programado pela Assembleia da República para 1993 é apenas de 70 mil contos, o que retira qualquer credibilidade aos "compromissos" agora assumidos pelo Governo em relação às residências escolares; isto mostra bem que, quer o "contrato social", quer a promessa contida no artº 55º do Orçamento do Estado, não passam de manobras destinadas a impor o aumento das propinas, contra a vontade dos estudantes e dos órgãos académicos e com violação da autonomia universitária;

«- o Projecto Minerva, que assume o importante objectivo de promover o ensino da informática nas escolas, para o qual a Assembleia da

República havia programado para 1993 uma verba de 2 milhões de contos, aparece agora apenas dotado de 200 mil contos e sem qualquer continuidade nos anos seguintes, o que significa na prática o abandono desta importante linha de modernização educativa;

«- constitui um verdadeiro escândalo que a educação pré-escolar, área em que Portugal regista um dramático atraso em relação aos restantes países (uma taxa de cobertura que não excede os 35% face a uma média comunitária já superior a 85%) não tenha qualquer verba inscrita para investimento.

«3. A Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP, ao mesmo tempo que alerta a opinião pública em relação às graves consequências que o Orçamento para a Educação apresentado pelo Governo terá em relação ao futuro do sistema educativo no nosso país, apela aos professores, aos estudantes, aos pais e encarregados de educação, às autarquias locais, a toda a opinião pública, para um intenso esforço de informação e esclarecimento e para a mobilização activa e a luta convergente nas próximas semanas, durante o debate do Orçamento na Assembleia da República, contra a redução das verbas para a educação e em defesa de um ensino de qualidade e de uma qualificação para todos, questões cruciais para a juventude e para o desenvolvimento do País»

27/10/92

A Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP

## Caso Metalimex Perigo a céu aberto

Uma série de perguntas feitas pelo Partido os Verdes (PEV) ao ministro do Ambiente, Carlos Borrego, assinalaram nos últimos dias a evolução do caso Metalimex. «Cerca de 20 mil toneladas de escórias de alumínio contendo dioxinas», frisa o PEV, «foram recebidas e amalgamadas a céu aberto», no Vale da Rosa, em Setúbal, onde se sedia aquela empresa.

Embora Carlos Borrego tenha prometido em 31 de Março («Diário da República») o reenvio para a origem daqueles resíduos tóxicos, o PEV recorda, como veio a público na semana passada, que «mais de 1500 toneladas de escória se encontravam na área do Parque Natural da Arrábida».

Entretanto, um «grupo de

pressão», agindo no sentido de resolver o caso, impedia, sexta-feira passada, diz a Lusa, durante mais de três horas, a entrada de três camiões com escórias de alumínio nas instalações da Metalimex.

O grupo era constituído por cinco juntas de freguesia de Setúbal, Círculo Cultural e Clube de Montanhismo de Setúbal, e pela Delegação de Setúbal da Quercus.

Depois de comparar o caso Metalimex a vários atentados conhecidos mundialmente, o PEV pretende «ver esclarecidos urgentemente as seguintes questões»:

● Em definitivo, quando vão as escórias de alumínio ser enviadas para a Suíça?

● Nos muitos milhares de toneladas daqueles resíduos, qual é o quantitativo de dio-

xinas?

● Que efeitos terão na saúde pública e de impacte ambiental, a contaminação dos solos e das águas subterráneas da área, certamente ocorrida nos últimos cinco anos?

● Quando toma o Governo a atitude de encomendar um estudo de impacte ambiental e na saúde pública, a uma entidade de competência científica reconhecida?

● Quando serão tomadas medidas drásticas face às responsabilidades da Metalimex pela importação de resíduos tóxico-perigosos?

● Quando é que o ministro do Ambiente assume a responsabilidade de esclarecer objectivamente e com verdade todos os aspectos deste dossier sinistro?

● Quando é que o minis-

tro do Ambiente encerra definitivamente este caso, com a exportação destes resíduos para a Suíça; quando se fará um apuramento rigoroso das responsabilidades, que vão da negligência à falta de meios para tratar o produto, passando por financiamentos comunitários e do Estado, até ao profundo envolvimento do MARN e de outros departamentos do Governo e da Administração Central?

«Os Verdes», que convocaram uma conferência de imprensa em 22 do corrente no Vale da Rosa, desafiarão o ministro Carlos Borrego para um debate público sobre a situação e sugeriram ao Governo que promova um debate na Assembleia da República sobre a política de Ambiente.